

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Elisângela Maria Barbosa Martins

Da avaliação à ação: estudo de caso sobre a apropriação de resultados do Proeb
em uma escola de Jaíba, no Norte de Minas

Juiz de Fora
2025

Elisângela Maria Barbosa Martins

Da avaliação à ação: estudo de caso sobre a apropriação de resultados do Proeb
em uma escola de Jaíba, no Norte de Minas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins, Elisângela Maria Barbosa .

Da avaliação à ação : estudo de caso sobre a apropriação de resultados do Proeb em uma escola de Jaíba, no Norte de Minas / Elisângela Maria Barbosa Martins. -- 2025.
214 f.

Orientador: Wagner Silveira Rezende

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Simave/Proeb. 2. Apropriação de Resultados. 3. Formação. I. Rezende , Wagner Silveira , orient. II. Título.

Elisangela Maria Barbosa Martins

Da Avaliação à Ação: Estudo de Caso sobre a apropriação de resultados do PROEB em uma escola de Jaíba no Norte de Minas

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação
Profissional em
Gestão e Avaliação da
Educação
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Gestão e Avaliação da
Educação. Área de
concentração:
Educação

Aprovada em 26 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Wagner Silveira Rezende - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Cassiano Caon Amorim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Joaquim José Soares Neto
Universidade de Brasília

Juiz de Fora, 13/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Silveira Rezende, Professor(a)**, em 17/03/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassiano Caon Amorim, Professor(a)**, em 18/03/2025, às 23:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim José Soares Neto, Usuário Externo**, em 21/03/2025, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2245846** e o código CRC **D24FB53C**.

Dedico este trabalho com profundo carinho à minha família pelo apoio e compreensão das minhas ausências durante esse período. Aos alunos da EEZM, razão pela qual este trabalho existe e a maior motivação para buscar soluções que contribuam para a melhoria da educação. E a todos que torceram por esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela força, inspiração e pela luz que me guiaram ao longo de toda essa jornada. Foi em Sua presença que busquei resiliência nos momentos de dificuldade e humildade nos momentos de conquistas.

À minha família, o maior porto seguro que alguém poderia desejar. À minha mãe, exemplo de humildade, força e sabedoria. Apesar de ter tido pouco estudo formal, possui um conhecimento inigualável, que inspira minha jornada. Às minhas irmãs, companheiras de toda a vida, especialmente Hosana, que abdica de seu tempo para cuidar de minha filha, Ana Paula. Gratidão sempre.

Aos meus filhos, por compartilhar os momentos de estudo, pela troca de saberes, pela ajuda e colaboração em cada dificuldade, pela paciência, pelo amor incondicional e por me lembrarem todos os dias do porquê de lutar pelos meus sonhos. Ao meu esposo, Reginaldo, por ser meu maior parceiro, por acreditar em mim, mesmo quando as dificuldades pareciam insuperáveis e por cada gesto de apoio que tornaram essa caminhada mais leve.

À Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, pelo compromisso com a formação e com o desenvolvimento dos profissionais da educação, possibilitando iniciativas como esta, oferecida pelo Curso Trilhas do Futuro.

À Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, pelo suporte técnico e engajamento com a educação, orientando e oferecendo suporte ao decorrer do curso, contribuindo para a realização desta pesquisa.

À equipe do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), pelo suporte, pela dedicação e pela excelência em manter um ambiente acadêmico acolhedor, organizado e de alto nível, sempre atentos às necessidades dos estudantes e comprometidos com o sucesso de cada um. Aos professores, cujas aulas e orientações foram fontes inestimáveis de conhecimento, reflexão e inspiração, permitindo-me ampliar horizontes e aprofundar minha compreensão sobre os desafios e possibilidades na gestão educacional.

Aos componentes da banca de qualificação, os professores Doutores Cassiano Amorim e Joaquim José Soares Neto, pelas contribuições e reflexões que enriqueceram este trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende, cuja expertise e orientação foram fundamentais para a concretização desta dissertação. Sua dedicação foi essencial para que eu me superasse a cada etapa do processo. Um agradecimento especial à Juliana Magaldi, um suporte essencial do início à conclusão do trabalho.

Às Assistentes de Suporte Acadêmico (ASA): Juliana Cantarino e em especial à Vanely Andressa da Silva que, com olhar cuidadoso, SEMPRE me deu o suporte e apoio necessários, ajudando a moldar este trabalho em algo do qual posso me orgulhar.

Aos meus colegas do Programa de Mestrado turma 2022, cuja troca de ideias, incentivo e parceria transformaram a experiência acadêmica em um ambiente colaborativo e acolhedor. Quero deixar minha gratidão, aos membros do grupo C19, formado pelas colegas: Danielly Prates, Elisângela Medeiros, Kátia, Neurisvânia e Tatiane, cuja amizade e apoio foram verdadeiros pilares durante o desenvolvimento deste trabalho. Muito companheirismo e alegrias nos encontros presenciais e no grupinho de *WhatsApp* “Amizade para a vida toda”. Um carinho especial à Kátia, amizade que se solidificou mesmo com uma enorme distância. Gratidão eterna.

E, finalmente, aos meus colegas da Escola Estadual Zoé Machado que apoiaram a realização deste estudo, de modo especial aos professores de Língua Portuguesa, aos membros da equipe gestora e pedagógica que participaram desta pesquisa com generosidade e compromisso. Esta dissertação é fruto de muitos esforços compartilhados, e sou profundamente grata a cada um que acredita na educação e fez parte desta caminhada.

"...uma escola iluminada pelo brilho dos inícios".

(Rubem Alves, 2005, p. 44).

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação, do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O presente caso de gestão objetiva investigar como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa, do Simave/Proeb, são apropriados junto ao planejamento pedagógico dos professores do Ensino Médio da Escola Estadual Zoé Machado, situada no norte de Minas, para (re)formular as ações pedagógicas. Os objetivos específicos definidos para o estudo foram: (I) descrever os resultados da escola no Simave, especificamente em Língua Portuguesa e como é realizada a apropriação desses resultados pelos professores do Ensino Médio, no período de 2017 a 2023; (II) analisar os principais problemas na apropriação de resultados da escola nas avaliações externas de Língua Portuguesa do Ensino Médio; (III) propor um Plano de Ação Educacional a fim de capacitar os professores para a apropriação de resultados do Proeb e propiciar práticas que superem os entraves identificados como causadores da estagnação do desempenho dos alunos. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e os instrumentos, a aplicação de entrevistas à equipe gestora e pedagógica e questionários aos professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Para embasamento teórico dos temas referentes à apropriação de resultados, gestão escolar e gestão pedagógica buscou-se amparo em autores, como: Soligo (2010), Lück (2009), Brooke e Cunha (2011), Boudett *et al.* (2020), Freitas (2007), Machado (2012), Sousa (2014), Santos (2017), Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), Burgos (2020) e outros. Após a aplicação dos instrumentos de pesquisa citados, os resultados revelaram algumas fragilidades, que serão exploradas ao longo da dissertação. Diante disso, foi proposto um Plano de Ação Educacional voltado para a melhoria da qualidade do ensino, com ênfase em práticas de apropriação e uso dos resultados das avaliações externas. A proposta inclui a realização de oficinas de capacitação sobre apropriação de resultados das avaliações externas do Simave/Proeb e momentos dedicados ao planejamento colaborativo, destacando-se como um ponto forte para implementação da cultura do uso de dados na escola.

Palavras-chave: Simave/Proeb; Apropriação de Resultados; Formação.

ABSTRACT

This research is being developed within the scope of the Professional Master's Program in Management and Evaluation of Education at the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). This management case aims to investigate how the results of the Portuguese Language educational assessment from Simave/Proeb are incorporated into the pedagogical planning of high school teachers at the Zoé Machado State School, located in northern Minas Gerais, to (re)formulate pedagogical actions. The objectives defined for this study were: (I) To describe the school's results in Simave, specifically in Portuguese Language, and how these results were utilized by high school teachers from 2017 to 2023; (II) To analyze the main problems in the school's appropriation of the external assessment results in Portuguese Language for high school; (III) To propose an Educational Action Plan to train teachers in appropriating Proeb results and foster practices that overcome the barriers identified as causing stagnation in students' performance. A qualitative research methodology will be used, with interviews with the management and pedagogical teams, and questionnaires applied to Portuguese Language high school teachers as instruments. The theoretical framework for topics related to result appropriation, school management, and pedagogical management is based on authors such as Soligo (2010), Lück (2009), Brooke and Cunha (2011), Boudett *et al.* (2020), Freitas (2007), Machado (2012), Sousa (2014), Santos (2017), Bauer, Alavarse and Oliveira (2015), Burgos (2020), among others. After applying the mentioned research instruments, the results revealed some weaknesses, which will be explored throughout the dissertation. Therefore, an Educational Action Plan was proposed, focused on improving teaching quality, with an emphasis on appropriation practices and the use of external assessment results. The proposal includes training workshops on appropriating external assessment results from Simave/Proeb and moments dedicated to collaborative planning, standing out as a strong point for implementing a culture of data usage within the school.

Keywords: Simave/Proeb; Result Appropriation; Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Os Eixos da qualidade da Educação Básica	24
Quadro 1 – Matriz de referência de Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio	30
Figura 2 - Aspecto da escala de proficiência.....	34
Quadro 2 - Padrões de desempenho, de acordo a escala de proficiência, para o 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa no Simave/Proeb, em 2022 ...	35
Figura 3 – Mapa das Superintendências Regionais de Ensino: porte I e porte II, do estado (MG)	44
Quadro 3 – Municípios e escolas atendidos pela SER/Janaúba	45
Figura 4 – Mapa do município de Jaíba	49
Figura 5 – Mapa de Minas Gerais com a localização do município de Jaíba e do Projeto Jaíba.....	50
Figura 6 - Imagens do Projeto de Irrigação de Jaíba (MG)	51
Figura 7 – Imagens da construção do Parque de Energia Fotovoltaica de Jaíba (MG)	52
Quadro 4 - Distribuição das turmas e matrículas da Escola Estadual Zoé Machado: sede e anexo em 2023	54
Figura 8 – Níveis, faixas e valores da escala do Inse do Saeb (2021)	56
Quadro 5 – Quantitativo de funcionários da Escola Estadual Zoé Machado: sede e anexo (2023).....	58
Quadro 6 - Quantitativo de professores 2023 – anexo da Escola Estadual Zoé Machado/Povoado do Gorutuba	58
Quadro 7 - Quantitativo de professores 2023 – Escola Estadual Zoé Machado (Sede)	60
Quadro 8 - Atas de Módulo II que tratam sobre os resultados do Proeb	64
Quadro 9 – Descrição e quantitativo de colaboradores da pesquisa de campo	106
Gráfico 1 - Interesse por formações sobre avaliações externas.....	109
Quadro 10 - Respostas das entrevistadas sobre ações que incentivam a participação dos alunos nas avaliações externas do Proeb	119

Quadro 11 - Respostas das entrevistadas sobre como a escola utiliza os dados do Simave/Proeb para a melhoria da prática do ensino-aprendizagem dos alunos	120
Quadro 12 - Respostas das entrevistadas sobre o que pode ser feito para que os professores tenham uma maior habilidade em se apropriar e usar os resultados das avaliações externas do Proeb	121
Quadro 13 – Recorte das entrevistas: questão 1	122
Quadro 14 - Recortes das entrevistas: questão 3	125
Quadro 15 - Recortes das entrevistas: questão 5	127
Quadro 16 - Recorte das entrevistas: questão 6	130
Quadro 17 - Recorte das entrevistas: questão 7	133
Quadro 18 - Recorte das entrevistas: questão 11	135
Quadro 19 - Recorte das entrevistas: questão 9	137
Quadro 20 - Recorte das entrevistas: questão 10	140
Quadro 21 - Recorte das entrevistas: questão 12	142
Quadro 22 - Recorte das entrevistas: questão 14	144
Quadro 23 - Recorte das entrevistas: questão 16	145
Quadro 24 - Recorte das entrevistas: questão 18	147
Quadro 25 - Recorte das entrevistas: questão 20	149
Quadro 26 - Recorte das entrevistas: questão 22	151
Quadro 27 - Recorte das entrevistas: questão 24	152
Quadro 28 - Recorte das entrevistas: questão 25	154
Quadro 29 - Recorte das entrevistas: questão 26	155
Quadro 30 – Principais conclusões da pesquisa.....	157
Quadro 31 - Síntese do detalhamento das propostas do Plano de Ação Educacional	165
Quadro 32 – Passos para a execução da reunião de implementação do PAE	172
Quadro 33 – Descrição da reunião para a formação do Grupo Diretivo.....	174
Quadro 34 – Cronograma de atividades do Grupo Diretivo (GD) de 2025.....	176
Quadro 35 - Síntese da proposta do programa de formação de docentes	178
Quadro 36 – Sugestões de bibliografia e carga horária do curso de formação continuada aos professores.....	183
Quadro 37 - Formulário de mapeamento das habilidades.....	187

Quadro 38 – Cronograma de ações interdisciplinares por meio do trabalho colaborativo	188
Quadro 39 – Cronograma das reuniões de sensibilização	190
Quadro 40 – Formulário para monitoramento e avaliação do PAE.....	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicador socioeconômico da Escola Estadual Zoé Machado (2021)	57
Tabela 2 – Proficiência média das avaliações do Proeb de Língua Portuguesa, do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, entre 2017 e 2023	69
Tabela 3 – Evolução do percentual dos estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa no Proeb - Escola Estadual Zoé Machado (2017-2023)	71
Tabela 4 – Detalhamento da evolução do padrão de desempenho em Língua Portuguesa no Proeb (2022), por turma - Escola Estadual Zoé Machado: sede e anexo	74
Tabela 5 - Detalhamento da evolução do padrão de desempenho em Língua Portuguesa no Proeb (2023), por turma - Escola Estadual Zoé Machado: sede e anexo	76
Tabela 6 – Proficiência média de Língua Portuguesa no Proeb da rede estadual, da SRE e da Escola Estadual Zoé Machado – 3º ano do Ensino Médio, no período entre 2017 e 2023	78
Tabela 7 - Percepção quanto aos elementos que integram as avaliações externas	110
Tabela 8 - Relevância e apropriação dos resultados das avaliações externas/Simave	112
Tabela 9 - Análise e uso dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb	114
Tabela 10 - Acesso e entendimento dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb	115
Tabela 11 - Ações da equipe gestora e pedagógica sobre apropriação dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb	116
Tabela 12 - Conscientização e apresentação dos dados dos resultados das avaliações externas Simave/Proeb aos pais e alunos	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Assistentes de Suporte Acadêmico
ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CFB	Constituição Federal Brasileira
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EEB	Especialistas em Educação Básica
EEZM	Escola Estadual Zoé Machado
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GD	Grupo Diretivo
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inse	Indicador de Nível Socioeconômico
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MWp	megawatts pico
PAE	Plano de Ação Educacional
PEUB	Professor para Ensino do Uso da Biblioteca
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRA	Plano de Recomposição das Aprendizagens
Proalfa	Programa de Avaliação da Alfabetização
Proeb	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica

REG	Representante da Equipe Gestora
Ruralminas	Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário
SA	Supervisor A
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SB	Supervisor B
SC	Supervisor C
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL, O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E OS DESAFIOS DA ESCOLA ESTADUAL ZOÉ MACHADO	21
2.1 O DEBATE SOBRE A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL	21
2.2 TRAJETÓRIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS.....	26
2.2.1 O Currículo de Língua Portuguesa de Minas Gerais do Ensino Médio, alinhado à matriz de referência do Proeb	37
2.2.2 A Superintendência Regional de Ensino de Janaúba	42
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR.....	48
2.3.1 Contexto da Escola	49
2.3.2 A organização do trabalho pedagógico: reuniões e planejamentos	63
2.4 O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.....	67
3 APROPRIAÇÃO DE DADOS E ATUAÇÃO DA EQUIPE GESTORA, ASSOCIADA AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NAS AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PROEB	81
3.1 APROPRIAÇÃO DE DADOS E ATUAÇÃO DA EQUIPE GESTORA: REFLEXÕES TEÓRICAS.....	82
3.1.1 Apropriação dos resultados da avaliação externa do Proeb	83
3.1.2 A gestão educacional e escolar na condução da interpretação, da apropriação e da utilização dos resultados dos dados	90
3.1.3 Gestão pedagógica	96
3.2 PERCURSO METODOLÓGICO	99
3.2.1 Descrição do campo da pesquisa.....	104
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	108
3.3.1 Análise dos dados do questionário	108
3.3.2 Análise dos Dados das Entrevistas	122
3.3.3 Principais conclusões da pesquisa.....	157
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A CULTURA DO USO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS DO SIMAVE/PROEB.....	162
4.1 DETALHAMENTO DE AÇÕES DO PAE.....	171

4.1.1 Ação 1 - Reunião com equipe gestora, equipe pedagógica e professores para implementação do PAE	171
4.1.2 Ação 2 - Criação de um Grupo Diretivo (GD) entre a equipe de profissionais	173
4.1.3 Ação 3 - Formação continuada: oficinas sobre a apropriação de resultados das avaliações externas do Simave/Proeb	177
4.1.4 Ação 4 - Responsabilização e fortalecimento das atividades interdisciplinares com a criação de Plano de Intervenção.....	186
4.1.5 Ação 5 - Organização e promoção da divulgação dos resultados	188
4.1.6 Ação 6 - Promoção de momento de sensibilização da comunidade escolar	189
4.1.7 Ação 7 - Monitoramento e avaliação das ações do PAE.....	190
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS.....	196
APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada com a diretora e os especialistas da Educação Básica (supervisores pedagógicos) da Escola Estadual Zoé Machado	205
APÊNDICE B - Questionário on-line aplicado aos professores da Escola Estadual Zoé Machado	208

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, no campo educacional, os elementos que dificultam o progresso no desempenho dos alunos em avaliações externas têm sido minuciosamente explorados por pesquisadores como Boudett *et al.* (2020), Machado (2012), Brooke (2011), Bonamino e Sousa (2012), Luckesi (2005), Lück (2009; 2011), Soligo (2010), Sousa (2014) e Santos (2017). Esses estudos se dedicam a investigar os desafios das avaliações em larga escala e as dificuldades na apropriação de dados e dos indicadores educacionais, com o objetivo de evidenciar as possibilidades de promover uma educação baseada na excelência. Isso é especialmente relevante dado que a Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 estabelece, em seu artigo 206, inciso VII, a garantia de um "padrão de qualidade" como objetivo central do sistema educacional do país (Brasil, 1988, recurso *online*).

De acordo com Brooke (2012), nas últimas décadas, observa-se um significativo enfoque nos resultados dos processos de ensino-aprendizagem por parte das entidades governamentais responsáveis pela gestão da educação. Com as escolas desempenhando papéis decisivos no desenvolvimento humano e social, as reformas implementadas na década de 1990 impulsionaram uma mudança de perspectiva. Nesse novo contexto, os governos passaram a considerar a qualidade educacional como um componente indispensável para a modernização e o progresso.

A busca por uma educação de qualidade, que promova também a equidade, é uma das prioridades da sociedade, nesse contexto, as avaliações em larga escala emergem como instrumentos fundamentais para a análise e o aprimoramento da qualidade educacional. Em Minas Gerais, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública, o Simave, tem desempenhado um papel crucial na obtenção de percepções sobre o desempenho dos alunos e, por consequência, na formulação de políticas públicas eficazes.

Atuo como professora de Língua Portuguesa, na rede estadual de ensino de Minas Gerais, desde o ano de 2003. No início da carreira, atuei como professora designada/contratada, prestando serviço temporário em diversas escolas do estado. O fato de trabalhar em várias instituições oportunizou-me experienciar diferentes práticas pedagógicas e maneiras bem individualizadas de gestão. Fui aprovada no concurso público da Secretaria Estadual de Educação (SEE) de Minas Gerais, em

2015, e tomei posse em uma escola situada na cidade de Jaíba, no extremo norte mineiro, em 2017.

Como professora de Língua Portuguesa da Escola Estadual Zoé Machado (EEZM), desde 2017, percebi, por meio da organização das reuniões de Módulo II¹ e das práticas pedagógicas do dia a dia, que as equipes pedagógica e de docentes não se apropriam dos resultados das avaliações externas estaduais aplicadas anualmente na rede. Além disso, foi verificado que os estudantes, especialmente os alunos do 3º ano do Ensino Médio, vêm apresentando baixo desempenho nas avaliações externas, especialmente no conteúdo de Língua Portuguesa, disciplina a qual ministro.

Diante do baixo desempenho observado, emerge a necessidade de entender essa lacuna e os fatores que contribuem para esse cenário, visando identificar estratégias eficazes de melhoria.

Ao analisar os resultados obtidos pelos alunos do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, nas avaliações externas de Língua Portuguesa, no período de 2017 a 2022, fica evidente que o avanço registrado nos resultados é considerado insatisfatório. Essa constatação ganhou maior relevância quando iniciei as disciplinas do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP), do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, que me impulsionaram a delimitar o estudo de caso e refletir sobre as práticas pedagógicas da instituição. Neste sentido, o presente estudo procura analisar a seguinte questão: como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa realizada pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação (Simave) são apropriados pelos professores do Ensino Médio da Escola Estadual Zoé Machado, entre 2017 e 2023?

Logo, o objetivo principal desta dissertação foi estabelecido da seguinte forma: investigar como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação (Simave)/Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) são apropriados, junto ao planejamento pedagógico dos professores do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, para (re)formular as ações pedagógicas.

¹As Reuniões Pedagógicas, também conhecidas como reuniões do Módulo II, são realizadas coletivamente e a participação dos docentes é obrigatória. Esses encontros são organizados pela direção da escola, em parceria com os Especialistas em Educação Básica (EEB), abordando questões pedagógicas, administrativas e/ou institucionais.

Foi necessária ainda a delimitação dos seguintes objetivos específicos: I) descrever os resultados da escola no Simave/Proeb, especificamente em Língua Portuguesa, e como é realizada a apropriação desses resultados pelos professores do Ensino Médio; II) analisar os principais problemas na apropriação de resultados da escola nas avaliações externas de Língua Portuguesa do Ensino Médio; e, por fim, III) propor um Plano de Ação Educacional (PAE), a fim de propiciar práticas que superem os entraves identificados como causadores da estagnação no desempenho, por meio de oficinas de capacitação e formação.

Portanto, esta pesquisa se justifica com base nos resultados obtidos. Além disso, possibilitará a reflexão sobre formas de atuação diante do problema, considerando que a proposta do caso de gestão do mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação Profissional (PPGP) é a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE), com foco na abordagem dos achados identificados.

Para embasar as análises, serão abordados autores com experiência na área de avaliação em larga escala e na apropriação de resultados. As reflexões sobre as potencialidades e as limitações da divulgação e da apropriação dos resultados das avaliações em larga escala nas escolas serão apoiadas em Brooke (2012), Boudett *et al.* (2020), Soligo (2010), Lück (2009), Bonamino e Sousa (2012) e Luckesi (2005). As práticas pedagógicas no contexto da gestão escolar e gestão pedagógica, juntamente com a corresponsabilização de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e avaliação, serão discutidas com o auxílio de Lück (2009; 2011), Freitas (2007), Machado (2012), Araújo (2019) e Santos (2017) e Gatti (2008).

Quanto à estrutura do texto, além do primeiro capítulo introdutório, esta dissertação será apresentada em mais 3 capítulos. No segundo, foi realizada uma breve descrição das avaliações em larga escala no Brasil e em Minas Gerais; das características que compõem o Simave, acrescidas das políticas para uso de dados da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG); uma apresentação da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Janaúba e suas políticas para uso de dados do Simave/Proeb, no intuito de trazer uma contextualização sobre o tema.

Posteriormente, o capítulo seguinte conta com a apresentação da Escola Estadual Zoé Machado e as evidências em relação ao desempenho dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio nas avaliações do Proeb. Versa também sobre as reuniões de Módulo II, os planejamentos, a importância dos projetos de Língua Portuguesa na melhoria da qualidade de ensino ofertado pela escola e, para completar, apresenta o

desempenho dos alunos do Ensino Médio em Língua Portuguesa, nas edições do Proeb entre 2017 e 2023.

O terceiro capítulo será dedicado à fundamentação teórica desta pesquisa e a proposta metodológica. Nele, serão explorados os pilares conceituais que sustentam e embasam o estudo em questão, buscando aprofundar a compreensão dos fundamentos teóricos relevantes, proporcionando uma visão abrangente e consistente do contexto em que a pesquisa está inserida.

A proposta metodológica possui uma abordagem qualitativa, com vistas a refletir sobre como a equipe gestora e pedagógica da Escola Estadual Zoé Machado tem utilizado os resultados do Simave/Proeb. O percurso metodológico se dividiu em dois momentos. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa documental, através da investigação em atas, em livros de ponto, em leis, em boletins e em sites oficiais, com o intuito de comprovar e descrever a existência do caso de gestão.

Posteriormente, realizamos um levantamento teórico acerca de temas centrais da pesquisa e que reforçam a importância do estreitamento da relação entre a gestão escolar e a gestão pedagógica para uma melhor apropriação dos resultados das avaliações externas.

Em seguida, foi aplicado um questionário a todos os professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio e uma entrevista semiestruturada à diretora e aos supervisores que atendem o Ensino Médio, abordando como acontece a dinâmica da aplicação e de apropriação dos dados das avaliações externas do Proeb.

O estudo e a análise do material coletado subsidiou a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE), dando origem ao capítulo 4 da dissertação. Esse plano constitui um possível caminho a ser percorrido pela escola na busca por melhores resultados para as avaliações externas.

Diante da relevância da apropriação e da utilização dos resultados de avaliações educacionais para o aprimoramento contínuo do ensino, esta dissertação busca contribuir para reflexões e ações, no contexto da Escola Estadual Zoé Machado, destacando a importância do planejamento pedagógico embasado em dados concretos. Por fim, realizamos as considerações finais, destacando os principais pontos da pesquisa e os possíveis desdobramentos do Plano de Ação Educacional.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL, O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E OS DESAFIOS DA ESCOLA ESTADUAL ZOÉ MACHADO

Este capítulo objetiva descrever como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa, realizada pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) são apropriados pelos professores do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, entre 2017 e 2023. Para uma compreensão mais abrangente do contexto a ser explorado, foi imprescindível iniciar a redação com uma contextualização das avaliações em larga escala no Brasil. Assim, iniciamos com uma apresentação sobre a avaliação em larga escala no âmbito nacional. Na sequência, é evidenciada a trajetória das avaliações em larga escala em Minas Gerais.

Além disso, são exploradas as práticas e as ações adotadas pela Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Janaúba, à qual a Escola Estadual Zoé Machado está vinculada, no que se refere à interpretação e à aplicação dos resultados dessas avaliações.

Por fim, a última seção discorre sobre a apresentação da instituição pesquisada e sobre as evidências que subsidiam o caso de gestão. Assim, direciona o foco para a caracterização do contexto escolar específico da Escola Estadual Zoé Machado, descrevendo como se dão as práticas pedagógicas no âmbito da escola, destacando a relevância das Reuniões de Módulo II e dos planejamentos. Por fim, é apresentado o desempenho dos alunos do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, nas avaliações do Simave/Proeb.

2.1 O DEBATE SOBRE A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL

A prática de avaliar é abrangente e, especialmente no campo da educação, conforme apontado por Luckesi (2005), sua função primordial é diagnosticar a situação, com o intuito de promover o progresso e o desenvolvimento dos indivíduos. De acordo com Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), as avaliações educacionais em larga escala ganharam um papel relevante, conforme as orientações das políticas públicas no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, quando a universalização do acesso ao Ensino Fundamental foi consolidada no país. Esse

período coincidiu com o processo de redemocratização do Brasil, fortalecendo o direito universal à educação pública, embora tenha exposto uma notável fragilidade em relação à qualidade do ensino. Foi a identificação dessa fragilidade que motivou a necessidade de desenvolver políticas públicas educacionais, com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino nas escolas públicas de Educação Básica no Brasil.

Pensando em uma educação de qualidade, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), planeja e organiza essas avaliações, que dentre suas finalidades, deve

planejar, desenvolver, implementar e organizar, na área educacional, sistemas de avaliação, estatísticas, testes de desempenho, pesquisas quantitativas e qualitativas ou qualquer outra metodologia necessária à produção e à disseminação de informações sobre os sistemas educacionais (Brasil, 2017, p. 1).

Assim, na década de 1990, o Brasil passou por uma série de mudanças significativas no campo da educação. Um dos principais focos dessas transformações foi a realização de avaliações externas em larga escala, que incorporaram estudos e análises dos resultados, por meio de uma nova metodologia chamada Teoria de Resposta ao Item (TRI)². Essas avaliações em larga escala foram implementadas como parte das políticas públicas com o objetivo de monitorar e aprimorar a qualidade da Educação Básica no país. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) desempenhou um papel fundamental nesse processo.

De acordo com o histórico descrito no site do Inep (Brasil, [2023a]), o Saeb foi criado em 1990, pelo Inep, por meio de um teste amostral. Nesse período inicial, foram estabelecidas as diretrizes iniciais para a sua implementação e definidos os procedimentos de aplicação das avaliações. O Saeb continuou a operar na condição de amostragem até a edição do ano de 2003. A principal função do Saeb, desde a sua criação, é fazer um diagnóstico da situação da Educação Básica no Brasil, bem como dos fatores que podem influenciar o desempenho dos estudantes.

²A Teoria de Resposta ao Item (TRI) é composta por uma série de modelos matemáticos que procuram descrever a conexão entre a chance de um participante responder corretamente a uma pergunta, seu domínio de conhecimento na área em avaliação e as características (parâmetros) dos itens.

O Saeb foi reestruturado pela Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005, e passou a ser aplicado como um teste censitário, definindo como público-alvo das avaliações os alunos do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, com avaliações das áreas de Língua Portuguesa e Matemática (Brasil, 2005).

Atualmente, de acordo o site oficial do Inep, o Saeb continua a fazer uma análise da situação da Educação Básica no Brasil, por meio da aplicação de testes de Língua Portuguesa e de Matemática e de questionários socioeconômicos a cada 2 anos, tanto na rede pública quanto em uma amostra representativa da rede privada (Brasil, [2023a]).

É importante destacar que o Saeb, através das médias de desempenho, é um dos componentes do cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), juntamente com as taxas de aprovação, coletadas no Censo Escolar (Brasil, [2023a]).

Nas edições mais recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), como a de 2023, ocorreram importantes inovações. Notavelmente, o Saeb alinhou seus conteúdos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a), garantindo maior coerência com os objetivos educacionais do país. Dentre as principais novidades do Saeb, estão a introdução de avaliações em Ciências Humanas e Ciências da Natureza para o 9º ano do Ensino Fundamental e a inclusão da Educação Infantil³ nas avaliações.

Nesse processo, foram enviados questionários eletrônicos, contendo perguntas sobre a gestão educacional, aos secretários municipais de educação, para colher informações sobre o funcionamento das redes de ensino, com a abordagem de temas, como conselhos, currículos, revisão dos itens, conforme a nova matriz do Saeb, práticas avaliativas e contratação de professores. Já para os diretores, os questionários buscam colher dados sobre sua experiência como gestores escolares, sobre as atividades desenvolvidas, os recursos disponíveis e a infraestrutura do estabelecimento. Para os professores, os questionários abordam aspectos da sala de aula e do cotidiano da Educação. Essa ampliação da abrangência do Saeb permitiu

³ A avaliação da alfabetização ocorreu de maneira amostral em 2019 com as turmas do 2º ano do Ensino Fundamental, onde foi realizado um projeto piloto que em 2021 foi oficialmente executada. A base de dados tornou-se acessível ao público de acordo a legislação vigente e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, [2023a]).

sua adaptação para aprimorar políticas e práticas a novos contextos educacionais no Brasil (Brasil, [2023a]).

Os resultados do Saeb fornecem informações importantes para que as escolas, as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida. Além disso, essas informações também são essenciais para a formulação, o acompanhamento e o aprimoramento de políticas educacionais, embasadas em evidências.

O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências (Brasil, [2023a], recurso *online*).

Dessa forma, o Saeb propõe uma avaliação da qualidade da Educação, baseada em sete eixos: Equidade, Direitos Humanos e Cidadania, Ensino-Aprendizagem, Investimento, Atendimento Escolar, Gestão e Profissionais Docentes (Inep, 2019).

Tais eixos estão representados na figura 1, que tem como objetivo sintetizar, de forma visual e organizada, os principais aspectos que influenciam a qualidade da Educação Básica. Ao destacar os sete eixos fundamentais, a figura proporciona uma visão abrangente e estruturada dos elementos-chave que devem ser considerados para promover um ensino de excelência.

Figura 1 - Os Eixos da qualidade da Educação Básica



Fonte: Inep (2019).

De acordo com a publicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica, Documentos de Referência - Versão Preliminar (Inep, 2019), ao utilizar os sete eixos da qualidade da Educação Básica, pretende-se incorporar como dimensão dos métodos de avaliação todo o processo educativo, e não só o rendimento escolar como um “produto” da prática social.

Os microdados do Saeb são, periodicamente, divulgados pelo Inep, de forma regular, seguindo as edições da avaliação. A cada edição, o Inep divulga resultados agregados para os estratos Brasil, regiões, unidades da federação, cidades e escolas, com pastas contendo diversos tipos de informações, como dados dos alunos, as escalas de proficiência, as matrizes de referência e as planilhas de resultados.

Almejando implantar políticas públicas que alcancem toda modalidade Educacional Básica, o Inep cria, em 2007, o seu principal indicador, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com o intuito de monitorar a qualidade do aprendizado das escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio no Brasil e estabelecer metas educacionais a serem perseguidas pelas instituições para a melhoria do ensino (Brasil, [2023b]).

O Ideb combina dados em um só indicador, utilizando resultados de dois elementos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono), calculados a partir do Censo Escolar e as médias de desempenho obtidas nas avaliações do Saeb, para avaliar a qualidade da educação nas escolas brasileiras (Brasil, [2023b]).

Pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o Brasil definiu objetivos específicos para o Ideb, visando melhorar a educação nas escolas públicas (Brasil, 2014). Essas metas levam em conta o desempenho dos alunos nas avaliações do Saeb, as taxas de aprovação, de reprovação e de abandono, através do Censo Escolar. As metas são personalizadas para cada unidade, rede e escola, sendo atualizadas a cada dois anos, no período de 2007 a 2021. Importante ressaltar que mesmo as escolas com bons índices devem continuar a evoluir.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que ocorre de forma bianual, desempenha um papel fundamental na análise e monitoramento do desempenho educacional do Brasil. Para complementar essa avaliação nacional e permitir um acompanhamento mais sistemático e detalhado em nível estadual, foram

criados sistemas específicos em diferentes estados, como o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), em Minas Gerais.

Ao focar nas particularidades e necessidades do estado, o Simave possibilita uma avaliação mais direcionada e aprofundada, contribuindo para a identificação de desafios e a implementação de ações mais eficazes para a melhoria da qualidade da educação no contexto estadual. Trataremos especificamente desse sistema na próxima seção.

2.2 TRAJETÓRIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Após compreendermos o panorama da avaliação em larga escala no Brasil, é fundamental adentrarmos na trajetória específica do sistema de avaliação na rede estadual de Minas Gerais.

O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) foi criado pela Resolução nº 14, de 03 de fevereiro de 2000, e depois alterado pela Resolução nº 104, de 14 de julho de 2000 (Minas Gerais, 2000a; 2000b). Esse sistema marcou o início de um ciclo de avaliações no estado de Minas Gerais, baseado nos princípios gerais de descentralização, participação, centralidade da escola, gestão consorciada, formação do professor, equidade, publicidade e independência.

O Simave é um sistema de avaliação em larga escala da educação pública de Minas Gerais, realizado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF⁴). Uma das responsabilidades do Simave é a elaboração das avaliações e a divulgação dos resultados.

Segundo o Portal Educação/MG (Minas Gerais, [2023a]), o intuito desse programa é avaliar a aprendizagem adequada na idade certa, por meio de testes

⁴CAEd/UFJF é referência nacional na execução de programas de avaliação educacional, na formação de especialistas na área de gestão da educação pública e no desenvolvimento de tecnologias de administração escolar. O CAEd atua junto ao Governo Federal, estados, municípios, instituições e fundações na realização de avaliações de larga escala com a produção de medidas de desempenho e na investigação de fatores intra e extraescolares associados ao desempenho. O objetivo principal é oferecer dados e informações úteis capazes de subsidiar as ações de melhoria da qualidade da educação e equidade nas oportunidades educacionais (CAEd, [2023]).

padronizados de desempenho que verificam as diferentes dimensões do sistema educacional da rede estadual de Minas Gerais. Essas avaliações levam em consideração a eficácia da escola, do sistema de ensino, da atuação dos professores, da gestão escolar, das políticas públicas educacionais e, ainda, avaliam o nível de aprendizagem dos alunos, tanto na alfabetização quanto nos conteúdos básicos de Língua Portuguesa e Matemática, do Ensino Fundamental e Médio.

De acordo o portal do Simave, atualmente, ele é composto por dois tipos de avaliação: as formativas e as somativas (Minas Gerais, [2023b]). As avaliações formativas são instrumentos pedagógicos que visam subsidiar o trabalho dos professores em sala de aula, fornecendo informações sobre o desempenho dos alunos e, consequentemente, orientações para o planejamento das intervenções pedagógicas.

As avaliações formativas do Simave foram acrescentadas após a pandemia de COVID-19, com o intuito de apoiar as escolas na retomada das atividades presenciais e na recuperação da aprendizagem dos estudantes. Elas se dividem em diagnósticas e trimestrais. As avaliações diagnósticas são aplicadas no início do ano letivo para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes e as lacunas de aprendizagem, decorrentes do período de suspensão das aulas. As avaliações trimestrais são aplicadas ao final de cada trimestre para verificar o progresso dos estudantes em relação aos objetivos de aprendizagem propostos para cada componente curricular.

As avaliações formativas são aplicadas aos estudantes da Educação Básica da rede estadual, matriculados do 2º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, incluindo as modalidades regular, integral e Educação de Jovens e Adultos (EJA), abrangendo todos os componentes curriculares. Elas são elaboradas com base nas matrizes de referência⁵ do Simave, que definem as habilidades e as competências esperadas para cada etapa de escolaridade. As avaliações formativas são registradas no sistema, que gera relatórios individuais e coletivos, além de oferecer sugestões de atividades complementares para serem aplicadas aos estudantes (Minas Gerais, [2023b]).

⁵As matrizes de referência, utilizadas nas avaliações externas do Proalfa/Proeb, descrevem as habilidades básicas, consideradas essenciais para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes ao longo das etapas de escolaridade e são selecionadas a partir do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) (Minas Gerais, 2018).

Em consonância com as avaliações formativas, segundo informações disponíveis no portal do Simave, as avaliações somativas são empregadas como complemento às políticas públicas na área educacional (Minas Gerais, [2023b]). Esses instrumentos em larga escala têm como finalidade avaliar o nível de domínio dos alunos em relação aos conteúdos curriculares e aos padrões de desempenho estabelecidos pelo estado.

As avaliações somativas integradas ao Simave se dividem entre o Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb). Também são elaboradas com base nas matrizes de referência do Simave.

O Proalfa é aplicado anualmente aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de avaliar as habilidades de leitura e de escrita dos alunos ao final do ciclo de alfabetização. Essa avaliação abrange as escolas da rede estadual e das redes municipais mineiras (Minas Gerais, [2023b]).

O Proeb tem como principal objetivo fornecer subsídios para o governo estadual e as prefeituras municipais para a tomada de decisões relativas às políticas públicas educacionais e, para as escolas, na reflexão sobre o direcionamento de suas práticas pedagógicas. Esse tipo de avaliação educacional utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI) como metodologia para elaborar, interpretar e compreender as informações fornecidas pelos testes. Os testes são compostos por itens que, após serem testados em uma população com características semelhantes, passam a fazer parte da avaliação (Minas Gerais, [2023b]).

Além das provas, é aplicado um questionário contextual, com o intuito de coletar dados sobre as condições sociais e econômicas dos alunos, bem como sobre as características da escola e do ensino ofertado. Esses dados permitem analisar os fatores associados ao desempenho dos alunos e subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas educacionais.

As avaliações externas do Proeb são conduzidas anualmente, abrangendo alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, além dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Essas avaliações são desenvolvidas com base nas matrizes de referência do Simave, as quais delineiam as habilidades e as competências esperadas para cada fase educacional em Língua Portuguesa e Matemática.

Essas habilidades são detalhadas na matriz de referência, utilizada nas avaliações do Simave/Proeb, e consistem em uma série de descritores específicos, que orientam a elaboração dos testes.

A matriz de referência é elaborada com base no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) (Minas Gerais, 2018), que serve de guia para os professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais, alinhando-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a). A BNCC atua como alicerce estrutural para a Educação em todo o Brasil, garantindo que a preparação dos alunos esteja em consonância com os padrões educacionais nacional (Minas Gerais, [2023b]).

De acordo o portal do Simave, a compreensão da matriz de referência é fundamental para interpretar de maneira precisa e contextualizada o desempenho dos alunos, identificando pontos fortes e áreas que possam exigir maior atenção e aprimoramento no processo educacional, possibilitando a elaboração de estratégias eficazes para o desenvolvimento contínuo do ensino (Minas Gerais, [2023b]).

Cada ano avaliado possui uma matriz de referência específica. Como o caso em estudo desta dissertação se trata da análise e da apropriação de dados dos resultados dos alunos do 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa do Proeb, segue a sua matriz de referência para melhor compreensão das informações.

Quadro 1 – Matriz de referência de Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio

(continua)

I. PROCEDIMENTOS DE LEITURA			
D01	Identificar o tema ou o sentido global de um texto.	HLP019	Identificar o tema ou o sentido global de um texto
D02	Localizar informações explícitas em um texto.	HLP005	Localizar informações explícitas em um texto.
D03	Inferir informações em um texto.	HLP007	Inferir informações em um texto.
D04	Inferir o sentido de uma palavra ou expressão em um texto.	HLP020	Inferir o sentido de uma palavra ou expressão em um texto.
D05	Distinguir um fato de uma opinião em um texto.	HLP021	Distinguir um fato de uma opinião em um texto.
II. IMPLICAÇÕES DO SUPORTE, DO GÊNERO E/OU DO ENUNCIADOR NA COMPREENSÃO DO TEXTO			
D06	Identificar o gênero de um texto.	HLP022	Identificar o gênero de um texto.
D07	Identificar a função de textos de diferentes gêneros.	HLP023	Identificar a função de textos de diferentes gêneros.
D08	Interpretar texto que conjuga linguagem verbal e não verbal.	HLP024	Interpretar texto que conjuga linguagem verbal e não verbal.
III. RELAÇÃO ENTRE TEXTOS			
D09	Reconhecer diferentes formas de abordar uma informação ao comparar textos que tratam do mesmo tema.	HLP025	Reconhecer diferentes formas de abordar uma informação ao comparar textos que tratam do mesmo tema.
D10	Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.	HLP033	Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.

(continuação)

IV. COERÊNCIA E COESÃO NO PROCESSAMENTO DO TEXTO			
D11	Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto.	HLP026	Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto.
D12	Estabelecer a relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto.	HLP027	Estabelecer a relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto.
D13	Estabelecer relações entre partes de um texto, as quais contribuem para sua continuidade.	HLP028	Estabelecer relações entre partes de um texto, as quais contribuem para sua continuidade.
D14	Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que compõem a narrativa.	HLP029	Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que compõem a narrativa.
D15	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.	HLP034	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.
D16	Identificar a tese de um texto.	HLP035	Identificar a tese de um texto.
D17	Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.	HLP036	Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.
D18	Reconhecer diferentes estratégias de argumentação.	HLP040	Reconhecer diferentes estratégias de argumentação.
V. RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO			
D19	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.	HLP030	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.
D20	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.	HLP031	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.

(conclusão)

V. RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO			
D21	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos ortográficos e morfossintáticos.	HLP037	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos ortográficos e morfossintáticos.
D22	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.	HLP038	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.
D23	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos estilísticos.	HLP039	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos estilísticos.
VI. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA			
D24	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.	HLP032	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

Fonte: Minas Gerais (2022).

Conforme apresentado, a matriz é composta por 6 tópicos, 24 descritores e 24 habilidades de Língua Portuguesa, presentes no Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018).

No processo avaliativo, a elaboração e a geração dos resultados culminam na disponibilização das informações no Sistema de Monitoramento Escolar para divulgação. Essa estrutura coesa e articulada, composta por descritores e habilidades da matriz de referência, proporciona uma avaliação abrangente e direcionada do desempenho dos estudantes.

Após a correção das avaliações do Proalfa e Proeb, são produzidos os resultados individuais e coletivos, os quais são posteriormente divulgados no Portal do Simave, de maneira estruturada, onde os agrupamentos são estabelecidos por médias, formando a escala de proficiência, assemelhando-se a uma régua que traduz os resultados de testes em larga escala. Nessa escala numérica, os valores dos testes são ordenados e categorizados em intervalos, representando o grau de desenvolvimento das habilidades para os estudantes, classificados como baixo, intermediário, recomendável ou avançado (Minas Gerais, [2023b]).

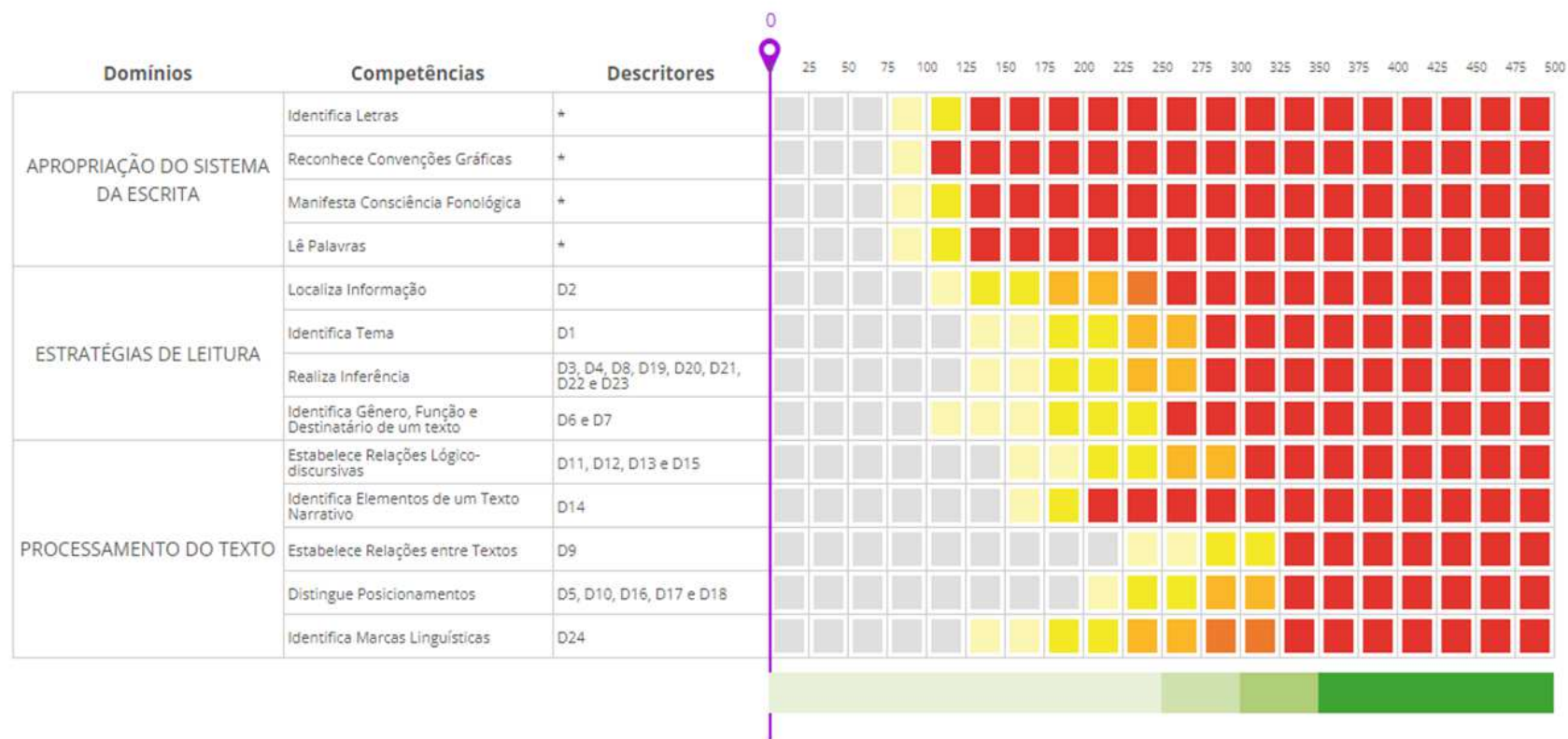
A finalidade principal dessa escala é converter medidas em diagnósticos qualitativos do desempenho escolar. Sendo assim, ela é reconhecida como uma ferramenta importante para o trabalho em sala de aula, oferecendo aos professores a capacidade de identificar habilidades não desenvolvidas pelos estudantes nas disciplinas avaliadas. A partir dessas identificações, torna-se possível planejar e implementar ações mais precisas e eficazes. A figura a seguir apresenta, de forma clara e objetiva, a escala de proficiência, permitindo a identificação do nível de desempenho dos estudantes em relação às habilidades avaliadas. Assim, é possível ter uma compreensão mais abrangente do seu funcionamento e da importância no contexto do Simave.

Figura 2 - Aspecto da escala de proficiência

« Escala Interativa

Língua Portuguesa – 3º ano do Ensino Médio

Passa o mouse pelos intervalos da Escala e você verá as habilidades já desenvolvidas pelos estudantes dessa escola, e aquelas que ainda precisam de atenção.



Fonte: Minas Gerais (2022).

A figura apresenta a escala de desempenho de estudantes do 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa. Nessa matriz, as competências são listadas verticalmente, enquanto os descritores são dispostos horizontalmente. A escala de cores varia do branco (baixo desempenho) e gradualmente chega ao vermelho (alto desempenho), indicando o nível de proficiência dos alunos em cada descritor.

A escala é dividida em três domínios: Apropriação do Sistema da Escrita; Estratégias de Leitura e Processamento do Texto. E cada domínio é subdividido em competências que retratam sobre a temática. Por sua vez, as competências trabalham os descritores que detalham habilidades específicas para os alunos alcançarem determinado nível de desempenho.

Pedagogicamente, cada posição na escala corresponde a diferentes características de aprendizagem, sendo que quanto mais à direita, ou seja, em níveis mais elevados, maior é a probabilidade de desenvolvimento e de consolidação da aprendizagem. Os padrões de desempenho representam conjuntos de tarefas que os alunos conseguem realizar, agrupando estudantes com desempenho semelhante, proporcionando uma avaliação eficaz (Minas Gerais, [2023b]).

O quadro a seguir mostra o significado de cada padrão de desempenho, com as respectivas proficiências em Língua Portuguesa, referentes à disciplina de Língua Portuguesa, avaliada pelo Simave/Proeb, no 3º ano do Ensino Médio. O objetivo é que, ao longo do Ensino Médio, os estudantes desenvolvam as competências e as habilidades para essa etapa de ensino e que concluam a Educação Básica, no mínimo, com o padrão de desempenho recomendado.

Quadro 2 - Padrões de desempenho, de acordo a escala de proficiência, para o 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa no Simave/Proeb, em 2022

(continua)

Padrão de Desempenho	Significado
Baixo Até 250 pontos	Padrão de desempenho muito abaixo do mínimo esperado para a etapa de escolaridade e a área do conhecimento avaliadas, revelando carência de aprendizagem. Para os estudantes que se encontram neste padrão, deve ser dada atenção especial,

(conclusão)

Padrão de Desempenho	Significado
Baixo Até 250 pontos	exigindo uma ação pedagógica intensiva por parte da instituição escolar.
Intermediário De 250 a 300 pontos	Padrão considerado básico para a etapa e a área de conhecimento avaliadas. Os estudantes que se encontram neste padrão caracterizam-se por um processo inicial de desenvolvimento de competências e habilidades correspondentes à etapa de escolaridade em que estão situados.
Recomendado De 300 a 350 pontos	Padrão considerado adequado para a etapa e a área do conhecimento avaliadas. Os estudantes que alcançaram este padrão demonstram ter desenvolvido as habilidades essenciais referentes à etapa de escolaridade em que se encontram, demandando ações para aprofundar a aprendizagem.
Avançado Acima de 350 pontos	Padrão de desempenho desejável para a etapa e a área de conhecimento avaliadas. Os estudantes alocados neste padrão demonstram desempenho além do esperado para a etapa de escolaridade em que se encontram, necessitando de estímulos para continuar avançando no processo de aprendizagem.

Fonte: Minas Gerais (2022).

O quadro apresenta os quatro padrões de desempenho, cada um associado a uma faixa de pontuação. Os alunos que tiveram uma pontuação de até 250 na escala de proficiência se enquadram no nível baixo, o que representa um desempenho muito abaixo do mínimo esperado para a etapa de escolaridade e a área do conhecimento avaliada; de 250 até 300 se enquadram no nível intermediário, o que caracteriza um padrão básico para a etapa e a área de conhecimento; de 300 a 350 se enquadram no nível recomendado, que é considerado adequado para a etapa e a área avaliadas; acima de 350, no nível avançado, os alunos nesse padrão apresentam desempenho além do esperado. Esses padrões são essenciais para avaliar o progresso dos estudantes e orientar as políticas educacionais que visam melhorar a qualidade da Educação em Minas Gerais.

Os resultados das avaliações do Proeb são publicados em revistas eletrônicas e também no site oficial do Simave (Minas Gerais, [2023b]). Após a publicação dos resultados, a SEE/MG orienta que as escolas se apropriem deles, através da análise dos padrões de desempenho dos estudantes e do nível de proficiência deles em Língua Portuguesa e Matemática.

O Portal do Simave também destaca a importância de as escolas compararem a sua proficiência com a do estado e da Superintendência Regional de Ensino, verificar se está acima, abaixo ou dentro da média esperada (Minas Gerais, [2023b]). A partir da análise dos resultados dos padrões de desempenho, a escola deve redirecionar as suas práticas pedagógicas, buscando superar as dificuldades e potencializar as habilidades dos estudantes.

Em conclusão, esta seção apresentou a trajetória do sistema de avaliação da rede estadual em Minas Gerais, mostrando como o Simave se consolidou como um importante instrumento de avaliação em larga escala para a melhoria da qualidade de ensino no estado. Além disso, a seção apresentou a matriz de referência do Simave/Proeb e a escala de proficiência, que é uma ferramenta fundamental para a análise e a interpretação dos resultados das avaliações.

Por fim, destacamos a importância da gestão escolar na condução da interpretação, da apropriação e da utilização dos resultados dos dados, que alinhados ao Currículo de Língua Portuguesa de Minas Gerais do Ensino Médio e à matriz de referência do Proeb possibilitam a compreensão de como a estruturação das avaliações em larga escala se relaciona diretamente com o conteúdo curricular e as expectativas de aprendizagem dos estudantes.

2.2.1 O Currículo de Língua Portuguesa de Minas Gerais do Ensino Médio, alinhado à matriz de referência do Proeb

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos os cidadãos o direito à Educação, estabelecendo que é dever do Estado e da família promover e incentivar a Educação com a colaboração da sociedade. Ela reconhece que é necessário ter um nível mínimo de Educação formal para que os indivíduos possam desempenhar seu papel na sociedade, sendo necessário que as pessoas adquiram conteúdos básicos

para garantir seu pleno desenvolvimento, preparando-as para o exercício da cidadania e qualificando-as para o trabalho (Brasil, 1988).

O Brasil, nos últimos anos, tem realizado um debate intenso sobre a criação de uma base curricular nacional para padronizar o currículo da Educação Básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, é considerada um marco importante nesse processo. No artigo 9º, inciso IV, a LDBEN estabelece que a União, em colaboração com os estados, municípios e o Distrito Federal, elabore diretrizes para cada etapa da Educação Básica de “modo a assegurar a formação básica comum” (Brasil, 1996, recurso *online*).

O currículo é um dos principais elementos para garantir uma Educação de qualidade, servindo como uma estrutura que organiza e direciona o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Ele estabelece as diretrizes sobre o que deve ser ensinado, alinhando-se às expectativas e às competências que os estudantes devem adquirir ao longo de sua trajetória escolar. Mais do que um simples conjunto de conteúdos, o currículo também reflete as demandas sociais e culturais de uma sociedade, buscando promover o desenvolvimento integral dos alunos, tanto no âmbito acadêmico quanto no ético e cidadão. Dessa forma, ele desempenha um papel fundamental na formação de sujeitos capazes de atuar de maneira crítica e participativa na sociedade (Saviani, 2016).

O currículo constitui a base do funcionamento da escola, organizando todo o processo educativo. Esse desenvolvimento acontece dentro dos limites de tempo e espaço planejados para garantir uma aprendizagem estruturada e eficaz.

Em síntese, pode-se considerar que o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens (Saviani, 2016, p.55).

Segundo Saviani (2016), o currículo envolve o conhecimento sistematizado, que é próprio da escola, em contraste com o saber do senso comum, que é adquirido fora do ambiente escolar. Enquanto o conhecimento do cotidiano se desenvolve naturalmente, o saber estruturado necessita da mediação escolar para ser plenamente compreendido e assimilado.

Diante da importância do currículo como estrutura fundamental no processo educativo, cabe destacar que cada região ou estado pode ter especificidades na forma

como organiza seus conteúdos e práticas pedagógicas, sempre em conformidade com as diretrizes nacionais. No caso do Brasil, a criação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a) foi um passo importante para garantir uma formação básica comum a todos os estudantes, respeitando as particularidades regionais. O estado de Minas Gerais, alinhado a essas diretrizes, estruturou seu currículo com base na BNCC (Brasil, 2018a), buscando uma integração mais ampla entre as áreas do conhecimento, favorecendo uma abordagem mais holística do ensino e da aprendizagem (Minas Gerais, 2018).

Para compreender o Currículo de Minas Gerais é necessário conhecer a estrutura que serviu de base para sua criação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que sugere a integração dos estudos por áreas do conhecimento, evitando a divisão por componente curricular, pois esse novo formato para o Ensino Médio pode ampliar as contribuições inseparáveis em vários aspectos da aprendizagem e da vida social (Brasil, 2018a).

De acordo com a BNCC (Brasil, 2018a), a área de Linguagens e suas Tecnologias delineia objetivos de desenvolver competências e habilidades que permitam aos estudantes usar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para se comunicar, expressar-se, interagir e participar de diversas situações sociais, culturais e midiáticas. Além disso, a área busca promover o respeito à diversidade, a valorização das manifestações artísticas e culturais, a compreensão dos processos identitários e das relações de poder, a crítica aos usos das linguagens e o exercício da autonomia, do protagonismo e da autoria.

Baseada nesse documento normativo e nas orientações trazidas pela Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais⁶ (DCN) para o Ensino Médio, a organização do Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018), por áreas do conhecimento, não visa valorizar ou excluir componentes curriculares, mas fortalecer as relações entre eles e a contextualização para intervenção na realidade, bem como favorecer um trabalho integrado e cooperativo dos professores. Na busca de um ensino mais dialógico, cujos componentes se complementam, a área de Linguagens e suas

⁶ As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são regras obrigatórias para a Educação Básica, que guiam o planejamento curricular nas escolas e sistemas de ensino. Mesmo após a criação da BNCC no Brasil, as DCNs permanecem relevantes, pois esses documentos são complementares: enquanto as DCNs fornecem a estrutura, a BNCC detalha os conteúdos e competências (Brasil, 2013; 2018a).

Tecnologias é formada por: Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa.

O Plano Nacional de Educação (PNE), por sua vez, é uma estratégia fundamental do Governo Federal para direcionar a Educação brasileira, tendo sido implementado nos últimos 10 anos (Brasil, 2014). De acordo o site oficial do PNE, do Ministério da Educação, esse plano instituído por lei, em 2014, define metas e diretrizes essenciais para a política educacional do país até 2024, com o objetivo de promover o acesso a uma educação de qualidade e alinhada com as necessidades da sociedade (Brasil, [2024]).

A legislação, formalizada pela Lei Nº 13.005, sancionada em junho de 2014, destaca a responsabilidade dos estados e municípios em desenvolver estratégias adaptadas às suas necessidades específicas para atingir esses objetivos. A supervisão e a avaliação da implementação do PNE recaem sobre a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação (Brasil, 2014).

Além de estabelecer metas, o PNE também apresenta estratégias para garantir o cumprimento desses objetivos em todos os níveis educacionais, reconhecendo a grande importância da Educação de qualidade para o desenvolvimento e o fortalecimento democrático do país. Uma das estratégias implica na promoção e na implementação da BNCC (Brasil, 2018a) para orientar o desenvolvimento curricular e a prática pedagógica nas escolas.

Nesse contexto, de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018), o currículo pode ser compreendido como um elemento-chave, que garante o direito de aprendizagem, pois expressa os objetivos da Educação formal, previstos para toda a Educação Básica no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que o Ensino Médio, como a última etapa desse ciclo educacional, tem a responsabilidade de assegurar a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, bem como propiciar o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios do mundo do trabalho e para exercerem sua cidadania plenamente.

Dentro desse escopo, a área de Linguagens e suas Tecnologias desempenha um papel específico, visando proporcionar aos estudantes a compreensão e a utilização de diversas linguagens nos diversos campos de atuação, promovendo a

expressão e o compartilhamento de sentimentos, opiniões e informações de maneira ética, significativa e reflexiva, tanto no ambiente escolar quanto nas diversas práticas sociais.

Assim, Bagno (2004) define a linguagem como uma capacidade cognitiva única dos seres humanos, permitindo que cada indivíduo simbolize e comunique suas vivências, além de assimilar, processar, criar e compartilhar o conhecimento. Dessa forma, a linguagem refere-se à nossa habilidade de entender, criar e desenvolver a língua, abrangendo diversas expressões como dança, música e pintura. A língua, por outro lado, constitui-se como um conjunto de elementos acordados pelos seres humanos, permitindo a comunicação entre nós.

Assim, o Currículo Referência de Minas Gerais estabelece a Língua Portuguesa como uma disciplina importante, por oferecer aos estudantes experiências com práticas de linguagens em diferentes campos de atuação, de interação humana e mídias (impressa, digital, analógica), para que eles sejam capazes de ampliar e de enriquecer o repertório cultural, melhorando sua atuação em diferentes situações comunicativas (Minas Gerais, 2018). Nesse sentido, o Currículo Referência de Minas Gerais, em consonância com a BNCC (Brasil, 2018a), entende a escrita como processo de interação, levando em conta os aspectos cognitivos, linguísticos e sociointeracionais. Assim, a escrita do texto é vista como a concretização da língua e como “objeto multifacetado, construído nas dinâmicas interativas em que os sujeitos constroem sentidos em meio a materialidades linguísticas, elaborações cognitivas do conhecimento e práticas sociais de uso da língua” (Koch; Elias, 2016, p.11 *apud* Minas Gerais, 2018, p 81). Dessa forma, os autores afirmam que a escrita não é vista como um mero registro da língua, mas como um processo dinâmico, criativo e situado, que envolve os sujeitos, os sentidos, as materialidades linguísticas, os conhecimentos e as práticas sociais.

De acordo o Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018), para que os estudantes aprofundem os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, associando-os à realidade, é feita uma organização entre Língua Portuguesa e as habilidades baseadas nas práticas de linguagem e nos campos de atuação, enfatizando a cultura digital, os novos estudos do letramento e multiletramentos, em função das práticas contemporâneas de linguagem. Nessa perspectiva, as práticas de linguagem estão organizadas por meio da leitura, da produção de textos, da oralidade (fala e escuta), da análise linguística e multisemiótica.

Para alinhar o conhecimento, na área de Língua Portuguesa, entre as avaliações internas feitas pelos professores da escola e as avaliações externas em larga escala, é essencial partir do currículo como base. Nas avaliações externas do Simave/Proeb utilizam-se as matrizes de referência, porém se uma escola focar exclusivamente na matriz de referência utilizada para elaborar os testes padronizados das avaliações externas, com o objetivo de melhorar os resultados, isso pode comprometer o desenvolvimento integral do indivíduo, porque a matriz de referência é apenas uma parte do currículo e, ao se concentrar somente nela, a escola limita a formação plena dos alunos.

Diante de todo contexto exposto, a análise dos dados dos resultados das avaliações em larga escala torna-se uma estratégia importante para o (re)planejamento, pois permite identificar as fragilidades dos alunos que não atingiram os níveis de proficiência esperados nas avaliações do Proeb. Nesse cenário, o desempenho dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, apresenta deficiência, apontando os resultados das avaliações do Proeb nos padrões baixo e intermediário. Nesse sentido, é preciso mobilizar estratégias para analisar como os resultados da avaliação educacional de Língua portuguesa, feita pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), são apropriados pelos professores do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, no período de 2017 a 2023 e a causa da estagnação da proficiência na escola em estudo.

2.2.2 A Superintendência Regional de Ensino de Janaúba

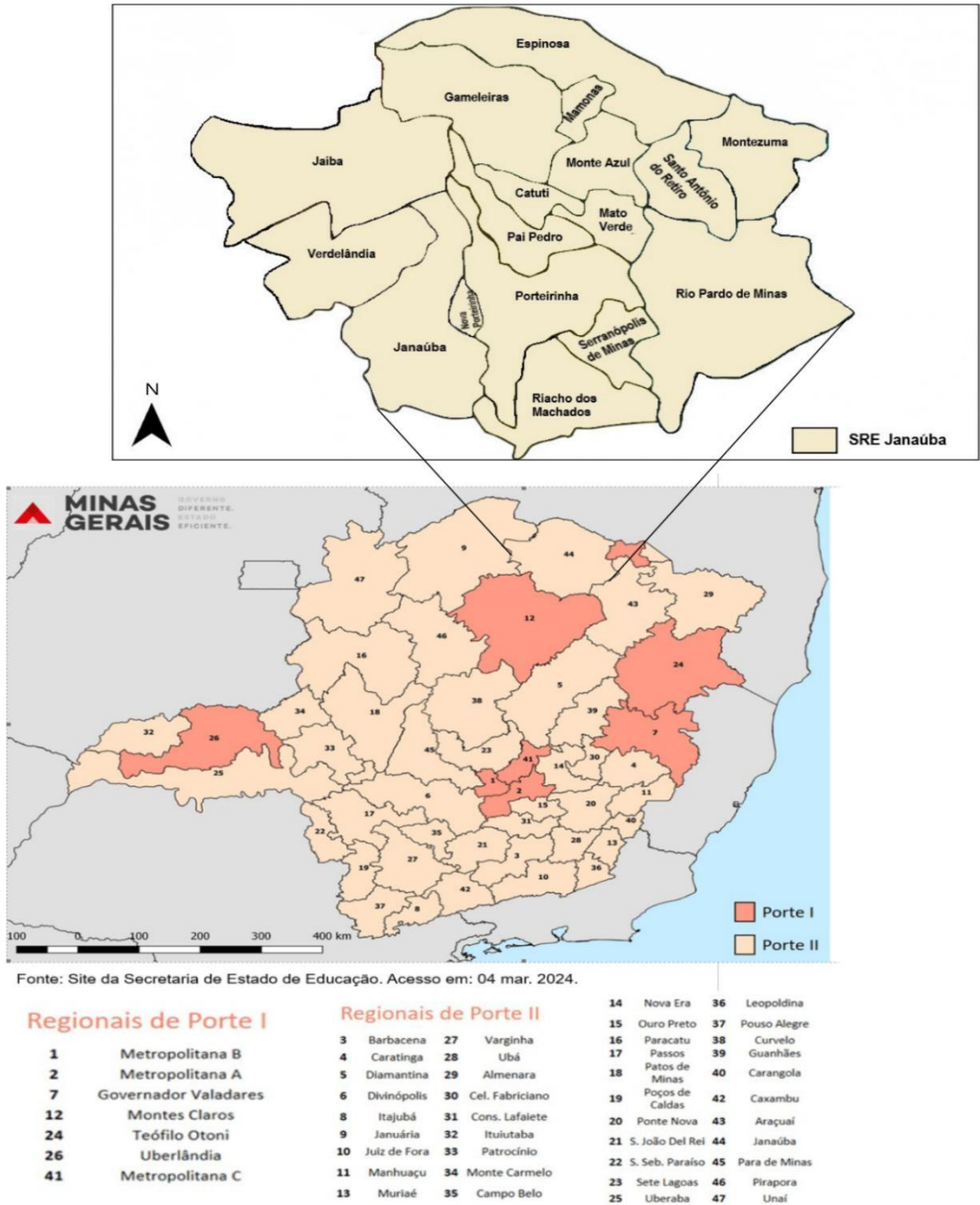
A Superintendência Regional de Ensino de Janaúba (SRE/Janaúba) faz parte de um conjunto de 47 superintendências que estão sob a jurisdição da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). De acordo o site oficial da SEE/MG, o principal propósito é desempenhar, em âmbito regional, diversas funções, como supervisão técnica, fornecimento de orientações normativas, fomento da cooperação e da articulação, bem como a promoção da integração entre o estado e os municípios, sempre alinhada com as diretrizes e as políticas educacionais estabelecidas (Minas Gerais, [2023a]).

De acordo com o Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011, de Minas Gerais, o artigo 70 institui atribuições e competências às SREs e entre elas incluem

Promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição; orientar as comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais; ordenar os processos de organização do atendimento escolar e de apoio ao aluno; coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição (Minas Gerais, 2011, recurso *online*).

A Superintendência Regional de Ensino de Janaúba foi criada oficialmente no dia 27 de março 2003, funcionando à Rua Américo Soares, 557, no Centro de Janaúba ao norte de Minas Gerais. Ela é classificada como a 45ª Superintendência Regional de Ensino do estado, conforme foi ilustrado no mapa.

Figura 3 – Mapa das Superintendências Regionais de Ensino: porte I e porte II, do estado (MG)



Fonte: Adaptado de Minas Gerais ([2023c]).

De acordo a estrutura orgânica da SEE/ MG, as Superintendências Regionais de Ensino se classificam em porte I e porte II. As superintendências de porte I são compostas por Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Pessoal e Diretoria Educacional A e Diretoria Educacional B, enquanto as de porte II têm a mesma composição, porém, com apenas uma Diretoria Educacional (Minas Gerais, 2023a).

A SRE de Janaúba faz parte da classificação das Regionais de porte II que são aquelas que atendem até o limite de quarenta e oito unidades. Fazem parte dessa regional 17 cidades, com um total de 92 escolas estaduais. Ela é responsável por ofertar os serviços citados no Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011 (Minas Gerais, 2011), para os 17 municípios que compõem a sua jurisdição, fazendo-os prioritariamente para as escolas estaduais, incluindo as da sede, além de prestar assistência às escolas municipais e privadas dos respectivos municípios, conforme demonstra o quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Municípios e escolas atendidos pela SER/Janaúba

Nº	Municípios Atendidos	Escolas Públicas Estaduais	Escolas Públicas Municipais	Escolas Privadas
1	Catuti	2	7	-
2	Espinosa	12	34	2
3	Gameleiras	2	10	-
4	Jaíba	11	19	4
5	Janaúba (sede)	16	26	9
6	Mamonas	1	3	-
7	Mato Verde	5	10	2
8	Monte Azul	8	19	4
9	Montezuma	2	6	-
10	Nova Porteirinha	3	8	-
11	Pai Pedro	1	6	5
12	Porteirinha	13	22	-
13	Riacho dos Machados	1	9	-
14	Rio Pardo de Minas	10	14	3
15	Santo Antônio do Retiro	1	5	-
16	Serranópolis de Minas	1	8	-
17	Verdelândia	3	12	-
Total		92	218	29
Total de escolas atendidas pela SRE		339		

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir dos registros internos da SRE/Janaúba.

As políticas educacionais da Secretaria de Educação de Minas Gerais, referentes à avaliação externa do Simave/Proeb, são implementadas nas escolas por meio das orientações da Superintendência de Ensino, especificamente, por intermédio do setor pedagógico, conhecido como Diretoria Educacional. Essas ações são realizadas por analistas educacionais que enviam e-mails, memorandos, realizam *lives* e reuniões para as especialistas de educação, que trabalham diretamente com os professores. Além disso, essas políticas também são acompanhadas por meio do serviço de inspeção escolar, cuja função principal é fiscalizar e monitorar as ações propostas pela Secretaria de Educação.

Para a formulação do plano de ação, são empregados diversos recursos, como boletins informativos, dados provenientes da revista do Simave e outras fontes que apresentam os resultados das avaliações externas das escolas vinculadas à Superintendência Regional de Ensino de Janaúba. Essas ações são realizadas em conformidade com a Lei Nº 15.293, datada de 05 de agosto de 2004 (Minas Gerais, 2004), que estabelece as diretrizes do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Minas Gerais.

De acordo com o anexo II dessa Lei, as atribuições dos analistas em relação aos aspectos pedagógicos abrangem a elaboração de planos, programas e projetos educacionais; a coordenação, o acompanhamento e a avaliação da implementação das propostas educacionais; o fornecimento de apoio na criação de instrumentos de avaliação do processo educacional; a concepção de avaliações, programas e materiais didáticos para os níveis de Ensino Fundamental e Médio e a condução de pesquisas para subsidiar a implementação de políticas, diretrizes e normas educacionais (Minas Gerais, 2004).

Além disso, existe outro guia que serve como referência para direcionar as práticas, as responsabilidades e as tarefas dos analistas educacionais, conhecido como: Caderno de Boas Práticas da Equipe Regional das Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais (Minas Gerais, 2010). Esse caderno oferece orientações específicas que os analistas devem seguir em suas atividades, relacionadas à gestão pedagógica. O caderno é estruturado em cinco eixos, cada um deles destacando a importância das avaliações externas e de seus resultados.

De acordo o Caderno de Boas Práticas (Minas Gerais, 2010), são apresentados três eixos fundamentais: Conhecimentos, Competências e Habilidades, Planejamento e Reflexão coletiva e Liderança e Gestão Pedagógica nas Escolas.

No eixo Conhecimentos, Competências e Habilidades é sugerido que os membros da equipe adquiram um profundo entendimento do material pedagógico institucional fornecido pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) e de outros materiais com relevância pedagógica para suas funções. Também destaca a necessidade de se manterem informados sobre o acordo de resultados e metas estabelecido entre a SEE, a Superintendência Regional de Ensino (SRE) e as escolas.

O eixo Planejamento e Reflexão coletiva propõe que a equipe analise os dados provenientes do Prolfa e Proeb. Além disso, incentiva os membros a desenvolverem a habilidade de interpretar números, gráficos e tabelas, a fim de realizar análises quantitativas e qualitativas que embasem a elaboração de estratégias de intervenção pedagógica nas escolas.

No terceiro eixo, Liderança e Gestão Pedagógica nas Escolas, contém um conjunto substancial de diretrizes relacionadas às práticas a serem consideradas nas avaliações externas e enfatiza a importância de conhecer e analisar, em conjunto com a especialista e a direção da escola, os resultados das avaliações externas para fazerem o repasse e trabalharem com os professores.

A SRE/Janaúba oferece apoio às escolas sob sua responsabilidade, com o auxílio das analistas educacionais, nas avaliações do Simave/Proeb. Todos os anos, no segundo semestre, eles realizam cursos para os diretores escolares, com o intuito de orientar sobre o armazenamento e o sigilo dos testes, a padronização da aplicação das provas e a importância de seguir essas normas para garantir a validade do processo. Esses cursos têm um caráter mais técnico do que pedagógico.

A partir da divulgação dos resultados relacionados à proficiência média, à participação e aos descritores consolidados de cada escola, é oferecido, a cada instituição, um documento compreendendo a situação escolar. Ainda como ferramenta de análise e de apropriação dos resultados, é disponibilizado, no Portal do Simave, a Revista Eletrônica, com o seguinte conteúdo: I) Resultado da escola: Leitura e interpretação; II) Reflexão e ação: Roteiro de análise e apropriação dos resultados (Minas Gerais, [2023b]).

Em anos anteriores, até 2014, a Superintendência contava com uma equipe pedagógica, composta por analistas, para orientar gestores, especialistas e

professores quanto à apropriação dos dados do resultado do Simave/Proeb para planejar propostas de intervenção nos resultados não satisfatórios.

Atualmente, a Secretaria Estadual de Educação, em consonância com as Superintendências Regionais de Ensino, não disponibiliza uma equipe especializada para tratar da apropriação dos dados do resultado do Simave/Prob para repassar para as escolas. A Escola Estadual Zoé Machado não possui um cronograma definido para o diálogo com a equipe pedagógica da SRE sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas. Além disso, nos anos de 2017 a 2022, a escola não recebeu a visita da SRE para discutir especificamente sobre esse tema. Essa lacuna sobre a orientação por parte da SRE enfraquece os planejamentos da escola, pois gera dúvidas sobre a adequação das práticas pedagógicas da instituição.

Em síntese, a Superintendência Regional de Ensino de Janaúba desempenha um papel importante na coordenação e na implementação das políticas educacionais do estado em sua jurisdição. Contudo, a análise revela que, nos últimos anos, a interação da SRE de Janaúba com as escolas, especialmente no que diz respeito à apropriação e à discussão dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb, não tem ocorrido de maneira sistemática.

Na seção subsequente, será apresentada a Escola Estadual Zoé Machado, no contexto do Simave/Proeb, fornecendo uma visão mais aprofundada das práticas e dos desafios enfrentados pela escola, em relação às avaliações educacionais.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR

A presente seção abordará o contexto escolar da Escola Estadual Zoé Machado. Serão apresentados detalhes sobre sua localização dentro do município e estado, infraestrutura, corpo docente e discente, bem como a relação da escola com a comunidade dentro do contexto escolar.

Ainda nessa seção, serão descritas as principais temáticas das reuniões de Módulo II, destacando sua relevância para o planejamento e para as decisões pedagógicas. Por fim, serão apresentadas as evidências relacionadas ao desempenho dos alunos em avaliações externas do Proeb, essa caracterização detalhada servirá como base para as estratégias de melhoria contínua da educação oferecida pela instituição.

2.3.1 Contexto da Escola

A Escola Estadual Zoé Machado é a mais antiga da cidade. Foi criada pelo Decreto N° 6.605, de 26 de junho de 1962 (Minas Gerais, 1962), como escola de Ensino de 1º grau, está situada na zona urbana, na Rua Eurico Tolentino de Oliveira, N° 46, Centro Comunitário, no município de Jaíba, no extremo Norte de Minas Gerais.

Figura 4 – Mapa do município de Jaíba

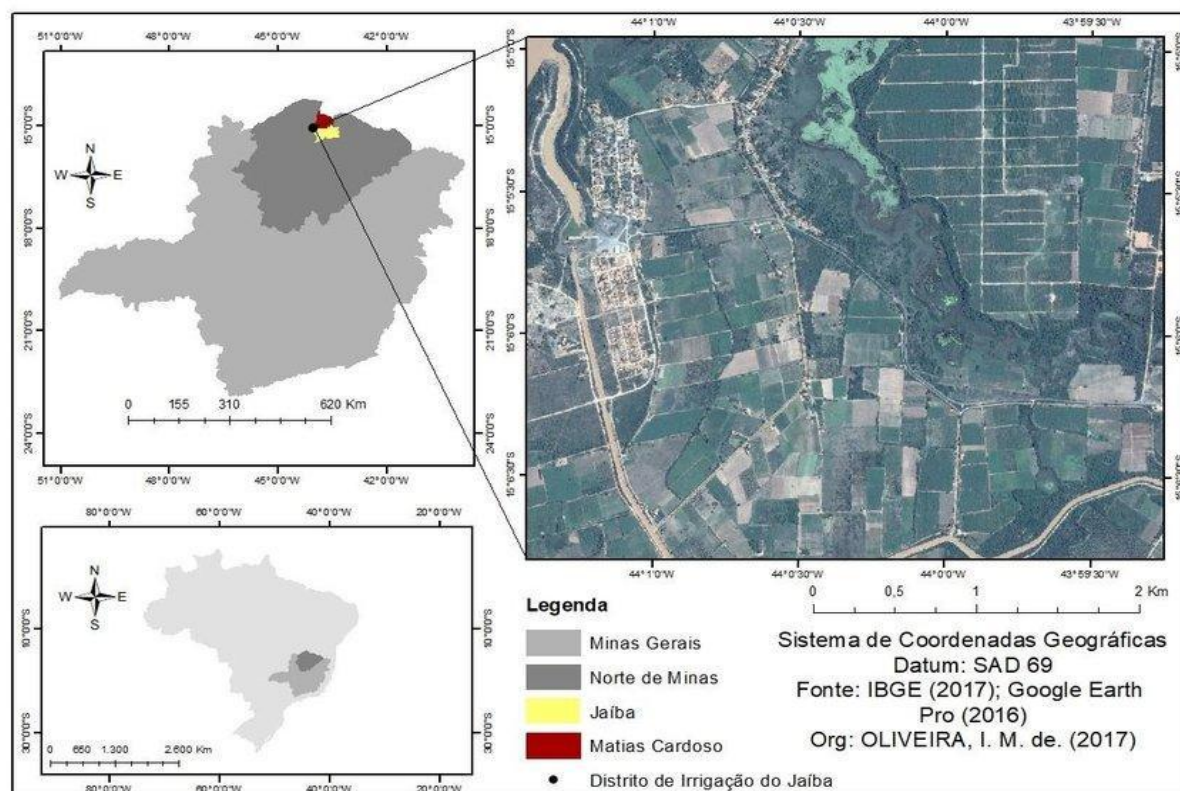


Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a; 2023b).

A região onde hoje se assenta o município era chamada de Mata do Jaíba. O projeto de Colonização teve seu início em 1949, quando ocorreram os primeiros assentamentos de colonos na região (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [2022]). Um dos grandes destaques da cidade é o Projeto de Irrigação, que abrange agricultores de pequeno, médio e grande porte, com um grande potencial econômico, a partir da produção de fruticultura. A implantação do Projeto de Irrigação do Jaíba, no Norte de Minas Gerais, teve as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada da área a partir de estudos realizados pelo *Bureau of Reclamation*, dos

Estados Unidos, quando identificaram uma grande porção de terras com potencial para a agricultura irrigada, localizada na região da Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande.

Figura 5 – Mapa de Minas Gerais com a localização do município de Jaíba e do Projeto Jaíba



Fonte: Oliveira (2017 *apud* Oliveira; Pereira, 2020).

O governo de Minas Gerais, por meio da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas), deu início a um projeto piloto de irrigação em uma área de 5.680 hectares. Na década de 1970, ao reconhecer a relevância do Projeto Jaíba para o desenvolvimento socioeconômico do Norte de Minas, o Governo Federal, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), integrou-se ao empreendimento. Essa cooperação fortaleceu a atuação conjunta dos governos federal, estadual e municipal (Jaíba e Matias Cardoso), contando ainda com a participação ativa da iniciativa privada, o que consolidou o Projeto Jaíba como um dos mais importantes para a região (Distrito de Irrigação De Jaíba, [2024a]).

De acordo o site oficial do Distrito de Irrigação de Jaíba ([2024a]), no período de 1967 a 1976 houve grande avanço nas atividades econômicas do Projeto, que ocasionou o surgimento do Povoado de Novo Horizonte, e que posteriormente foi elevado à categoria de município, com a denominação de Jaíba, pela Lei Nº 10.704, de 27 de abril de 1992, desmembrado dos municípios de Monte Azul e Manga (Minas Gerais, 1992).

Atualmente, o Projeto Jaíba alcança 71% da área potencialmente irrigável, com 15.108,56 hectares cultivados de um total de 21.276,20 hectares disponíveis para irrigação. Esse empreendimento tornou-se fundamental para o desenvolvimento da agricultura irrigada, gerando impactos significativos no crescimento econômico e social da região norte mineira, promovendo a geração de emprego e a modernização da atividade agrícola (Distrito de Irrigação de Jaíba, [2024a]).

Figura 6 - Imagens do Projeto de Irrigação de Jaíba (MG)



Fonte: Distrito de Irrigação de Jaíba ([2024a]).

Além da ampla e diversificada produção agrícola em áreas irrigadas, o município de Jaíba destaca-se também como um dos potenciais polos para geração de energia solar em escala global. Na região, a partir de 2020, foram construídas as usinas fotovoltaicas, compostas por 17 subparques, que juntos alcançarão uma capacidade instalada de 766 megawatts pico (MWp). Esse projeto contribui para a

sustentabilidade energética, além de promover a geração de empregos e desenvolvimento socioeconômico para a região (Distrito de Irrigação de Jaíba, [2024b]).

Figura 7 – Imagens da construção do Parque de Energia Fotovoltaica de Jaíba (MG)



Fonte: Distrito de Irrigação de Jaíba ([2024a]).

O mesmo sol que valoriza as frutas, agora impulsiona a geração de energia limpa e traz riqueza para o município. Jaíba, com uma das maiores incidências de luminosidade do mundo, atrai grandes empresas interessadas nesse tipo de investimento. A região é propícia para essa atividade, com terras planas e clima ensolarado, ideais para o desenvolvimento de projetos de energia solar (Distrito de Irrigação de Jaíba, [2024a]).

O desenvolvimento proporcionado pelo Projeto Jaíba influenciou diretamente a estrutura socioeconômica da região, refletindo também no campo da Educação. A expansão agrícola e o crescimento populacional demandaram melhorias nos serviços oferecidos à comunidade, incluindo a criação e a ampliação de instituições de ensino. Nesse contexto, a Escola Estadual Zoé Machado, a mais antiga do município, acompanhou as transformações da região, ampliando sua atuação, que no início ofertava apenas o Ensino Fundamental I, posteriormente, o Ensino Fundamental II, e atualmente atende a comunidade, ofertando o ensino desde os anos iniciais até o Ensino Médio, acompanhando o desenvolvimento socioeconômico regional e a expansão de políticas públicas, através da função social da escola pública.

Nesse contexto, Burgos *et al.* (2014) apresentam a localização geográfica como um fator que evidencia que a escola pública serve como um ponto de encontro para crianças e os adolescentes de diferentes segmentos sociais, especialmente aqueles oriundos de classes populares. A diversidade social presente na escola é um reflexo das desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, e a escola se torna um espaço onde essas desigualdades podem ser tanto reproduzidas quanto desafiadas. Além disso, a localização da escola em uma área vulnerável pode impactar diretamente a capacidade da instituição de atender às necessidades dos alunos, sugerindo que a proximidade com a comunidade e a compreensão das realidades locais são essenciais para que a escola possa implementar estratégias eficazes de apoio e intervenção. Assim, a localização geográfica não é apenas um contexto, mas um fator determinante que influencia as dinâmicas escolares e as relações entre a escola, a família e a comunidade.

A escola pública é certamente um espaço muito plural e diverso, que recebe alunos oriundos dos diferentes segmentos sociais que compõem as classes populares do país. Por isso mesmo, depende muito dela a sorte das instituições criadas pela Carta de 1988 e, sobretudo, pelo ECA, que definem como marco normativo da socialização das novas gerações a premissa fundamental de que toda criança e todo adolescente são portadores de direitos que devem ser respeitados e assegurados (Burgos *et al.*, 2014, p. 97).

Atualmente, a escola possui dois endereços, a sede situada na zona urbana e um anexo incorporado em 1996, localizado na comunidade Gorutuba que fica na zona rural, à cerca de 40km da cidade. Está vinculada à 45ª Superintendência Regional de Ensino (SER) de Janaúba.

A unidade do anexo oferta apenas as etapas do Ensino Médio, que em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, aloca-se no prédio da Escola Municipal Marechal Floriano, uma vez que o Ensino Fundamental na comunidade está sob responsabilidade da Rede Municipal.

A escola da sede oferta o Ensino Fundamental anos iniciais; o Ensino Fundamental anos finais, nas modalidades regular e EJA; o Ensino Médio, nas modalidades regular e EJA; e técnico profissionalizante.

Para bem atender a comunidade, a Escola Estadual Zoé Machado oferece aos alunos uma estrutura física ampla, contando com dezoito salas de aulas, equipadas com cortinas e ventiladores; duas salas de secretaria com computadores, sendo uma

exclusiva para o setor financeiro; uma sala de arquivo morto da secretaria; uma cozinha com refeitório e dispensa para alimentos; almoxarifado e banheiro para os servidores auxiliares de limpeza. Possui oito banheiros para alunos, sendo quatro masculinos e quatro femininos; sala dos professores, com dois banheiros exclusivos; sala da supervisão com banheiro; sala de direção equipada com computadores e acesso à internet; sala de vice-direção, com computadores e acesso à internet.

Além disso, a escola também possui biblioteca; sala de audiovisual com datashow e sistema sonoro; laboratório de ciências com equipamentos para experiências; um laboratório de informática, com cortinas e 30 computadores; além de grande área arborizada e quadra poliesportiva coberta, mas com baixa infraestrutura, inclusive com previsão de reforma a ser autorizada pela SEE.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico (PPP), de 2022, da Escola Estadual Zoé Machado, a distribuição dos alunos entre zona urbana e rural varia na sede e na unidade anexa do Gorutuba. Na sede, 76% dos alunos residem na zona urbana, nas proximidades do prédio da escola, enquanto 24% residem na zona rural. Em relação ao transporte escolar na sede, 19% dos alunos necessitam dele. Por outro lado, todos os alunos que frequentam a unidade anexa, localizada na comunidade do Gorutuba, residem na zona rural e dependem do transporte escolar.

No ano de 2023, a Escola Estadual Zoé Machado registrou um total de 1.511 alunos matriculados, distribuídos em 47 turmas. Dessas turmas, apenas 3 pertencem ao anexo, localizado na comunidade Gorutuba, na zona rural. Essas turmas correspondem ao 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. O quadro 4 apresenta todas as turmas que compõem a Escola Estadual Zoé Machado.

Quadro 4 - Distribuição das turmas e matrículas da Escola Estadual Zoé Machado: sede e anexo em 2023

(continua)

Descrição por ano de Escolaridade	Ano de Escolaridade	Quantidade de turmas	Nº de alunos
Ensino Fundamental Anos Iniciais	1º ano	3 turmas	91
	2º ano	3 turmas	72
	3º ano	2 turmas	63
	4º ano	3 turmas	87

(conclusão)

Descrição por ano de Escolaridade	Ano de Escolaridade	Quantidade de turmas	Nº de alunos
Ensino Fundamental Anos Iniciais	5º ano	2 turmas	60
Ensino Fundamental Anos Finais	6º ano	3 turmas	124
	7º ano	3 turmas	126
	8º ano	3 turmas	128
	9º ano	4 turmas	140
EJA - Ensino Fundamental	6º ano	--	--
	7º ano	1 turma	14
	8º ano	--	--
	9º ano	--	--
EJA - Ensino Médio	1º ano	1 turma	17
	2º ano	1 turma	12
	3º ano	1 turma	15
Ensino Profissionalizante	Técnico Secretaria Escolar.	1 turma	22
Ensino Médio Regular (Sede)	1º ano	5 turmas	233
	2º ano	5 turmas	182
	3º ano	3 turmas	130
Ensino Médio Regular ** 2º Endereço (Anexo)	1º ano	1 turma	22
	2º ano	1 turma	27
	3º ano	1 turma	17
Total		47 turmas	1.582

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE, [2023]).

O Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) complementa essa compreensão, proporcionando uma contextualização mais aprofundada da realidade socioeconômica dos alunos em ambas as unidades da escola. De acordo Brasil (2023), o Inse é determinado por meio da consideração de variáveis que incluem a

escolaridade dos pais e a aferição da posse de bens e a utilização de serviços por parte das famílias dos alunos. Com o intuito de proporcionar uma caracterização mais precisa das escolas, estas foram categorizadas em uma escala progressiva de níveis socioeconômicos.

Para esclarecer os valores absolutos obtidos para o Inse do Saeb 2021, esses resultados foram distribuídos pelos oito níveis socioeconômicos da escala, ilustrados por meio de diagrama (Brasil, 2023) conforme a figura 8.

Figura 8 – Níveis, faixas e valores da escala do Inse do Saeb (2021)



Fonte: Brasil (2023).

O índice do Inse é calculado a partir dos questionários contextuais das avaliações do Saeb, respondidos pelos alunos da escola, que acontece a cada dois anos. Atualmente, a escola convive com desafios socioeconômicos significativos, refletidos no indicador socioeconômico de seus alunos. Diante dessas informações, o cálculo do indicador socioeconômico da Escola Estadual Zoé Machado, no ano de 2021, apresenta a média 4,72, com classificação IV, sendo considerado nível médio baixo. A compreensão desses dados pode ser observada na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Indicador socioeconômico da Escola Estadual Zoé Machado (2021)

Nível	Faixa	Percentual dos alunos %
I	Até 3,0	0
II	3,0 a 4,0	20,53
II	4,0 a 4,5	18
IV	4,5 a 5,0	25,6
V	5,0 a 5,5	15,4
VI	5,5 a 6,0	17,94
VII	6,0 a 7,0	2,53
VIII	7,0 ou mais	0

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados do Brasil (2023).

De acordo com a tabela 1, a maioria dos pais dos alunos da escola pertence a famílias com baixa escolaridade e rendimento econômico. A tabela apresenta a distribuição percentual dos alunos nos oito níveis socioeconômicos definidos pelo Inse, sendo o nível 1 o mais baixo e o nível 8 o mais alto.

Observamos que a maior parte dos alunos da escola se concentra na parte central da escala, nos níveis 2, 3, 4, 5 e 6, que correspondem a 97,47% do total. Apenas 2,53% dos alunos estão no nível 7, que é considerado alto, e nenhum aluno está no nível 8, que é considerado o mais alto. Por outro lado, nenhum aluno está no nível 1, que é considerado o muito baixo. De acordo os indicadores analisados pelo Inse, concluímos que a Escola Estadual Zoé Machado atende a uma clientela de nível socioeconômico, predominantemente, médio-baixo.

Com relação à composição do seu quadro funcional, a Escola Estadual Zoé Machado conta com uma equipe extensa, composta por: diretor e vice-diretores, especialistas da Educação Básica, professores regentes de aulas, professores regentes de turma, professores de apoio e Libras, Assistente Técnico de Educação Básica (ATB), Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB) e bibliotecários, como pode ser observado no quadro a seguir.

**Quadro 5 – Quantitativo de funcionários da Escola Estadual Zoé Machado:
sede e anexo (2023)**

Funcionários	Sede	Anexo
Diretor	1	-
Vice-diretores	3	-
Secretário	1	-
Especialistas da Educação Básica	5	1
Professores regentes de aula	60	10
Professores regentes de turma/eventual	14	-
Professores de apoio/ intérprete de Libras	14	1
Assistente Técnico de Educação Básica	10	-
Auxiliar de Serviços de Educação Básica	24	2
Bibliotecários	4	-
Total	136	14

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados do Controle Quadro Pessoal.

A Escola, com o compromisso de proporcionar uma Educação de qualidade para aproximadamente 1.460 alunos na sede e 51 alunos no prédio anexo da comunidade de Gorutuba, necessita de um grupo coeso para realizar um trabalho efetivo. Vale ressaltar que a comunidade de Gorutuba, na zona rural, está a 42 km de distância da cidade. As reuniões de Módulo II ocorrem no mesmo dia e horário, embora cada uma em seu respectivo prédio.

Para dar continuidade à descrição do quantitativo funcional da escola, serão apresentados a seguir, nos quadros 6 e 7, os números de docentes que compõem a unidade anexa e a sede da instituição, organizados por área de atuação e vínculo funcional.

Quadro 6 - Quantitativo de professores 2023 – anexo da Escola Estadual Zoé Machado/Povoado do Gorutuba

(continua)

Área de atuação	Efetivo	Contratado/Convocado
Professor Intérprete de Libras	--	1

(conclusão)

Área de atuação	Efetivo	Contratado/Convocado
Português Inglês Introdução ao Mundo do Trabalho Redação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	--	1
Matemática Educação Financeira Núcleo de Inovação Matemática	--	1
História	--	1
Geografia Filosofia Projeto de Vida	--	1
Biologia Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Saberes e Investigação da Natureza	--	1
Educação Física Dança	--	1
Arte Práticas Comunicativas e Criativas	--	1
Física Agricultura com Base Ecológica	--	1
Química Tecnologia e Inovação	--	1
Sociologia Humanidades e Ciências Sociais	--	1
Total		11

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados do Controle Quadro Pessoal.

O quadro 6 apresenta o número de professores do anexo, da Escola Estadual Zoé Machado, em 2023. No total, são 11 professores, todos sem vínculo efetivo,

totalizando 100% dos profissionais na condição de convocado. Sendo assim, a rotatividade dos professores poderia ser considerada alta. Porém, a maioria deles são moradores da comunidade e conseguem renovar seu contrato na instituição, mantendo seu vínculo com a escola. O quadro 7, a seguir, elenca o quantitativo de professores que atende as 44 turmas da sede:

Quadro 7 - Quantitativo de professores 2023 – Escola Estadual Zoé Machado (Sede)

Área de atuação	Efetivo	Contratado/Convocado
Professor para Ensino do Uso da Biblioteca (PEUB)	3	--
Professor Eventual	1	--
Regente de turma	2	11
Professor de Apoio à Educação	--	11
Português	7	--
Matemática	4	3
História	5	4
Geografia	5	--
Ciências/ Biologia	4	1
Educação Física	4	2
Artes	1	1
Inglês	2	2
Física	1	--
Química	2	2
Ensino Religioso	--	1
Sociologia	1	1
Filosofia	1	--
Itinerários Formativos	9	9
Total	35	49

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados do Controle Quadro Pessoal.

O quadro 7 apresenta um certo equilíbrio entre os professores convocados e os efetivos da escola, dos quais 35 professores são efetivos e 49 são convocados.

Com relação ao quadro docente que atua com o componente curricular de Língua Portuguesa, objeto de estudo da presente pesquisa, totalizam 7 profissionais efetivos na sede e, apenas, 1 convocado para a unidade anexa.

O fato de ter todo o quadro de professores de Língua Portuguesa, na sede, na condição de efetivo, pode ser considerado um ponto positivo para o estudo do contexto e a análise dos resultados das avaliações externas, pois, a pouca rotatividade dos profissionais e o conhecimento do contexto escolar dos alunos e da comunidade implicaria em uma boa articulação e continuidade do trabalho.

Atualmente, a escola possui um Grêmio Estudantil, que foi iniciado em 2022, composto por 12 alunos. A escola também possui o Conselho de Representantes de Turma, uma iniciativa da SEE/MG, que existe desde 2017 e que busca incentivar a participação e o protagonismo dos estudantes nas escolas. Todos os alunos do Ensino Fundamental anos iniciais e finais e do Ensino Médio são contemplados com essa ação.

Conforme o site oficial da Educação de Minas Gerais, a rede estadual atualmente oferece diversos programas, incluindo o Programa Gestão pela Aprendizagem⁷, o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA) e os Agrupamentos Temporários (Minas Gerais, [2023a]).

Entre esses programas, o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA) e os Agrupamentos Temporários se destacam por seu foco direto na aprendizagem dos alunos, podendo influenciar significativamente em seus resultados nas avaliações externas do Proeb. O principal objetivo desses programas é proporcionar aos estudantes os conhecimentos, as habilidades e as competências exigidas no ano letivo.

O Plano de Recomposição das Aprendizagens, criado em 2023, é um conjunto de ações para garantir que os estudantes desenvolvam habilidades previstas na Base Nacional Comum (Brasil, 2018a) e no Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018). Ele visa diminuir a defasagem de ensino acumulada durante o ensino remoto na pandemia, implementando estratégias de ensino focadas na recuperação e recomposição das aprendizagens. Esse programa atende todos os 1.511 alunos da

⁷ O programa Gestão pela Aprendizagem é uma iniciativa da SEE/MG, em parceria com o Instituto Unibanco, através do Programa Jovem de Futuro. Ele utiliza uma metodologia que visa combater a evasão escolar, reduzir as desigualdades educacionais e aumentar a aprendizagem dos estudantes por meio da gestão.

escola, por meio de atividades de intervenção aplicadas pelos professores (Minas Gerais, 2023b).

O Agrupamento Temporário é uma estratégia de intervenção pedagógica, criada pela Resolução Nº 4.692/21, que tem como principal objetivo superar a defasagem de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Essa estratégia consiste em agrupar os estudantes que apresentaram baixo desempenho nas avaliações diagnóstica, intermediária e internas da escola e oferecer a eles atividades que favoreçam o desenvolvimento das capacidades e habilidades cognitivas, em um curto espaço de tempo.

Os alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Zoé Machado apresentam um índice elevado de resultados insatisfatórios nas avaliações diagnósticas e intermediárias de Língua Portuguesa, o que culmina em um grande quantitativo de alunos que participam do agrupamento. Ao todo, 188 alunos do Ensino Médio e fundamental são atendidos por esse programa, que conta com a colaboração de 2 professores, sendo 1 de Matemática e 1 de Língua Portuguesa, convocados especificamente para essa função. Cada um desses professores ministra 2 aulas semanais por agrupamento de alunos da mesma série.

Contudo, a implementação de programas como o Plano de Recomposição das Aprendizagens e o Agrupamento Temporário demonstra que os alunos precisam consolidar as habilidades e as competências não consolidadas, são próprias do seu ano de escolaridade. Apesar da boa estrutura, do quadro efetivo, da boa relação entre profissionais, existem problemas referentes ao desempenho dos alunos nas avaliações externas, indicando a necessidade de revisão das práticas pedagógicas e o diagnóstico do problema para pensar soluções eficientes.

Em síntese, a Escola Estadual Zoé Machado, ao longo de sua história desde 1962, tem desempenhado um papel essencial no desenvolvimento educacional da comunidade de Jaíba, Minas Gerais. Inicialmente, criada para atender à demanda de alfabetização das famílias que migraram para a região, a instituição evoluiu ao longo dos anos, ampliando sua oferta educacional do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Diante da explanação dos programas pelos quais os alunos da Escola Estadual Zoé Machado são atendidos, será apresentada, na subseção seguinte, a descrição de como acontecem os planejamentos e as reuniões de Módulo II.

2.3.2 A organização do trabalho pedagógico: reuniões e planejamentos

O Módulo II, conforme orientado pela Resolução N° 4.968, de 23 de fevereiro de 2024, configura-se como parte da carga horária comprida pelos professores da rede estadual de Educação de Minas Gerais (Minas Gerais, 2024). Ela é destinada ao desenvolvimento de atividades extraclasse, como planejamento, avaliação, formação e gestão escolar.

Uma fração dessas atividades, que correspondem a 2 horas semanais, deve ser realizada em reuniões coletivas, com a participação de todos os professores e demais profissionais da escola, sob a coordenação da direção e dos especialistas de Educação Básica. O objetivo dessas reuniões é discutir temas pedagógicos, administrativos ou institucionais que contribuam para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e para o cumprimento das diretrizes do projeto político-pedagógico, conforme consta na Resolução N° 4.968 (Minas Gerais, 2024).

Sobre a organização dos horários, sugestão de atividades e local de realização das atividades do Módulo II, o Decreto N° 46.125, de 04 de janeiro de 2013, expressa claramente:

Art. 1º A carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de vinte e quatro horas compreende:

I – Dezesseis horas semanais destinadas à docência;

II – Oito horas semanais destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:

a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor;

b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões. [...]

§ 4º As atividades extraclasse a que se refere o inciso II compreendem atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência, sendo vedada a utilização dessa parcela da carga horária para substituição eventual de professores (Minas Gerais, 2013, recurso *online*).

Ainda com base no decreto supracitado, as reuniões de Módulo II devem objetivar um planejamento bem elaborado para que os professores possam trabalhar de forma mais estratégica, identificando as habilidades que precisam ser desenvolvidas pelos estudantes, preparando-os adequadamente para as avaliações

internas e para as avaliações em larga escala oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação (Minas Gerais, 2013).

A Resolução N° 4.968, de 23 de fevereiro de 2024, orienta que o cumprimento de 1/3 da carga horária extraclasse do professor seja utilizado para a realização de ações colaborativas entre especialistas e professores para a elaboração de planos diários, projetos pedagógicos ou atendimento individualizado, podendo ser aproveitados os intervalos entre as aulas e os períodos de troca de turnos (Minas Gerais, 2024). A gestão desses momentos é de responsabilidade da direção da escola, juntamente com as Especialistas de Educação Básica. Vale ressaltar que nenhuma estratégia utilizada para cumprir a carga horária das atividades extraclasse exige o professor da obrigação de participar das reuniões coletivas, com duração de até 4 horas por semana, programadas pela escola.

Atualmente, de acordo previsto no calendário escolar da Escola Estadual Zoé Machado, os profissionais da escola (diretora, vice-diretores, especialistas, professores do Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais, Ensino Médio, EJA e ensino técnico) cumprem semanalmente uma fração do horário de Módulo II coletivo, correspondente a 2 horas, nas terças-feiras. Nesse horário, são realizados muitos repasses administrativos, o que acaba interferindo no momento coletivo que deveria ser de planejamento e de trocas de experiências entre os pares. Sobre as demais horas de Módulo II, que devem ser cumpridas de acordo o número de aulas de cada professor, são realizadas individualmente em horários vagos do professor ou no contraturno, sob a coordenação do supervisor presente no horário.

Para entender melhor a situação das reuniões de Módulo II da Escola Estadual Zoé Machado, foram pesquisados e analisados os livros de atas de Módulo II, entre o período de 2014 a 2022. Pode ser observado que a temática de apropriação de resultados do Proeb está entre os temas da reunião, que acontece quando estritamente necessário, sendo tratado na maioria das vezes assuntos burocráticos.

Quadro 8 - Atas de Módulo II que tratam sobre os resultados do Proeb

(continua)

Ano	Data	Assunto
2014	22/10/2014	Orientações para aplicação do Proeb
	29/10/2014	Estudo do manual do aplicador do Proeb

(conclusão)

Ano	Data	Assunto
2015	--	Não consta informações sobre Simave/Proeb
2016	08/03/2016	Análise dos resultados do Proeb
	24/08/2016	Apresentação dos resultados e gráficos do Proeb
	19/10/2016	Aviso sobre aplicação da avaliação do Proeb, em 27/10/2016
2017	--	25/04/2017- Análise dos resultados do Proeb
2018	--	Registro não encontrado
2019	--	Registro não encontrado
2020	--	Registro não encontrado
2021	--	Registro não encontrado
2022	--	Registro não encontrado
2023	--	Registro não encontrado

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados dos livros de ata de Módulo II da EEZM.

As atas de Módulo II são documentos muito importantes que marcam o registro e a evolução de uma escola. A pesquisa realizada nos livros revelou que não foi dada a devida importância para esses registros, uma vez que muitos livros não foram encontrados nos arquivos da escola, já que, de acordo a gestão da instituição, por instrução dos inspetores, não seria necessário armazenar tais registros.

Foram analisados 3 livros, contendo 156 atas. Dos vários assuntos tratados nas reuniões de Módulo II, a análise dos resultados das avaliações externas é apresentada de forma bastante superficial. Nesses momentos, é mencionado o uso dos dados para trabalhar o planejamento das habilidades ainda não consolidadas nas séries, porém essas práticas não acontecem nos encontros de Módulo II. Foram encontrados 6 relatos que apontam apenas a realização da leitura coletiva das médias dos resultados, no período no qual esses foram publicados e na semana que antecede a avaliação, com a intenção de atentar os professores a trabalharem algumas questões do banco de itens com os alunos de descritores da matriz de referência, mas não foi identificada qualquer menção a uma análise desses resultados com momentos reservados por área do conhecimento, com questionamentos e busca de soluções.

Além disso, foi também evidenciado, nos livros de atas entre 2014 e 2018, que não há registro de reuniões do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio, separados por área do conhecimento. Esse agrupamento acontece em situações esporádicas para a realização de algum projeto, não é uma situação costumeira. Podemos citar como exemplo de reuniões por área do conhecimento, as realizadas em datas comemorativas, como Dia do Meio Ambiente, Semana de Educação para a Vida.

Ainda com relação à organização do trabalho na instituição, em relação às avaliações externas, a proposta pedagógica elaborada em 2023, por meio de orientação do PPP, prevê a importância da participação de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar em busca da aprendizagem e consequentemente de um bom resultado nas avaliações externas do Simave/Proeb. Porém, nem sempre é feito um repasse aos pais em reunião com a comunidade escolar. Quando são repassadas as informações, acontece de forma mais superficial, não acontece de forma sistemática, ressaltando a importância da participação dos alunos nas aplicações e as resoluções das avaliações externas.

Nas primeiras reuniões de Módulo II do início do ano é proposta a produção do planejamento anual com organização dos projetos a serem desenvolvidos no decorrer do ano. Com o passar do tempo, os especialistas até tentam fazer o planejamento cotidiano das aulas por áreas do conhecimento, de forma coletiva, nas reuniões de Módulo II, mas a quantidade de assuntos burocráticos e administrativos disponibilizados pela SEE toma conta da maioria do tempo e as questões relacionadas às práticas pedagógicas e planejamento tornam-se secundárias.

Em relação ao planejamento na área de Linguagens, as professoras de Língua Portuguesa criaram um grupo de *WhatsApp* que muito tem colaborado para a organização do planejamento coletivo e troca de informações, uma vez que o horário do Módulo II coletivo não é suficiente. Nesse grupo há trocas de ideias sobre os projetos literários, o compartilhamento de documentos administrativos e atividades pedagógicas e a definição de tarefas sobre os projetos. As professoras das séries avaliadas pelo Proeb costumam utilizar atividades, com questões de simulado, com descritores da matriz de referência quando está próximo à avaliação.

Com base no contexto da realização de reuniões e Módulo II da instituição, evidenciamos que não há uma sistemática apropriação dos dados das avaliações externas do Proeb na Escola Estadual Zoé Machado. A falta de utilização dessas

informações para embasar o planejamento pedagógico e as práticas educacionais pode resultar em uma lacuna significativa na compreensão do desempenho dos alunos, bem como na identificação de áreas que necessitam de intervenção e aprimoramento.

A ausência de uma análise aprofundada e sistemática dos resultados das avaliações externas do Proeb pode comprometer a capacidade da escola de implementar estratégias pedagógicas eficazes e direcionadas para elevar o nível de aprendizagem dos estudantes. Portanto, é fundamental que a instituição promova uma cultura de utilização ativa e reflexiva dos dados das avaliações externas, envolvendo os sujeitos escolares na interpretação e na aplicação dessas informações para promover melhorias significativas no processo educativo.

Na próxima seção, será explorado o desempenho dos estudantes do Ensino Médio, especialmente no que diz respeito às evidências extraídas das avaliações externas do Simave/Proeb aplicadas nos últimos anos. Aprofundar a discussão sobre esses resultados permite identificar não apenas as deficiências no processo de ensino, mas também as potencialidades que podem ser exploradas para promover uma Educação de qualidade.

2.4 O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

O desempenho dos estudantes do Ensino Médio é um indicador importante para avaliar a qualidade da Educação Básica nas instituições educacionais no Brasil, ajudando a identificar os pontos fortes e as fragilidades da escola, bem como a planejar e a implementar ações pedagógicas que visem a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem (Araújo, 2019).

Para melhorar a prática pedagógica, Araújo (2019) afirma que é importante que as escolas conheçam e se apropriem dos resultados das avaliações externas, entendendo o que eles significam. Assim, elas podem planejar ações efetivas para orientar o trabalho diário e buscar um melhor desempenho dos estudantes.

A participação ativa dos estudantes nas avaliações se torna essencial para criar um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz, pois promove o engajamento e a responsabilidade em relação ao seu próprio aprendizado, fazendo com que se sintam parte integrante do processo educativo. Essa interação proporciona um feedback

construtivo, permitindo que educadores ajustem suas metodologias às necessidades dos alunos e estimule o desenvolvimento de habilidades críticas, como autoavaliação e reflexão.

No entanto, a baixa participação dos alunos nas avaliações externas tem se revelado um desafio significativo que compromete a precisão dos dados obtidos e, conseqüentemente, a eficácia das intervenções pedagógicas e das políticas públicas. Para mudar essa realidade, é fundamental adotar estratégias que promovam maior engajamento e conscientização dos estudantes sobre a importância dessas avaliações. Uma abordagem eficaz seria integrar o processo avaliativo ao cotidiano escolar de forma mais expressiva, mostrando aos alunos como os resultados impactam diretamente o seu desenvolvimento acadêmico e as decisões que afetam sua trajetória educacional.

É importante que a escola desenvolva um trabalho de conscientização. Quando os alunos compreendem que os resultados das avaliações não são meras notas, mas sim reflexões de seu aprendizado e pontos de partida para melhorias, eles podem se tornar mais engajados em seu processo educativo. Além disso, esses resultados influenciam as intervenções pedagógicas que os educadores implementam, permitindo a personalização do ensino de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Essa conscientização permite que os alunos identifiquem suas próprias forças e fraquezas, favorecendo um aprendizado mais direcionado e eficaz.

Além disso, envolver as famílias e a comunidade escolar em campanhas de conscientização pode reforçar a importância dessas avaliações, criando um ambiente de apoio e incentivo. Também seria importante fazer uso de práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo do aluno, como avaliações formativas e feedback contínuo, e isso faz com que aumente o sentido de responsabilidade e motivação dos estudantes, levando a uma participação mais ativa e comprometida nas avaliações externas.

Nesse sentido, para comprovar que os alunos da Escola Estadual Zoé Machado apresentam um baixo desempenho nos resultados de Língua Portuguesa nas avaliações externas do Proeb, é preciso apresentar os dados, possibilitando estabelecer comparações entre os resultados obtidos nas edições anteriores das avaliações externas. Esses dados são analisados a partir da escala de proficiência, que é uma medida que indica o nível de conhecimento dos alunos em uma escala de 0 a 500 pontos, como já foi apresentado da seção 2.2.

A Escola Estadual Zoé Machado participou de todas as edições das avaliações do Simave que aconteceram entre os anos de 2000 e 2023. Para facilitar a compreensão do leitor, será feita a apresentação dos dados em duas etapas. Primeiramente, a série histórica da média do desempenho da instituição no Proeb, na disciplina de Língua Portuguesa, entre os anos de 2017 e 2023, pois compreende o período no qual iniciei meu trabalho na escola.

É essencial salientar que o período a ser analisado transita entre 2017 e 2023, mostrando uma lacuna nos anos de 2020 e 2021, pois nesses dois anos o mundo passou pelo período da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e o ensino no país aconteceu de forma remota e as atividades de ensino e aprendizagem foram mediadas por tecnologias digitais, através do ensino remoto, quando o aprendizado era mediado por meio de plataformas on-line.

Em seguida, na segunda etapa será feito um paralelo do desempenho da escola em relação aos resultados da regional e da rede estadual mineira para comparar os resultados e pensar em propostas para melhoria. Dessa maneira, a tabela 2, a seguir, apresenta a média de proficiência da escola no Proeb, desde 2017 até a edição de 2023.

Tabela 2 – Proficiência média das avaliações do Proeb de Língua Portuguesa, do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, entre 2017 e 2023

Edições	Língua Portuguesa - 3º Ano Ensino Médio
2017	256,7
2018	256,2
2019	245,3
2020	--
2021	--
2022	242,0
2023	244,0

Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de Minas Gerais ([2023b]).

Os dados da tabela mostram que as médias de proficiência do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, no Proeb de Língua Portuguesa, de 2017 a 2023, tiveram uma queda ao longo dos anos, passando de 256,7, em 2017, para

242,0, em 2022, mantendo uma estagnação, subindo apenas 2 pontos percentuais em 2023. Essa variação média é pouco significativa, porém, quando se analisa através dos padrões de desempenho, a representação dos dados se torna mais clara e facilita as análises necessárias para o entendimento do panorama do aproveitamento dos alunos e, conseqüentemente, da escola.

Em termos de classificação da evolução do percentual dos estudantes por padrão de desempenho, entre 2017 e 2023, a escola se posiciona entre os níveis baixo e intermediário.

Além do nível de proficiência média dos alunos do 3º ano do Ensino Médio, na disciplina de Língua Portuguesa, é indispensável apontar o problema do baixo desempenho da Escola Estadual Zoé Machado em relação ao número de alunos que participaram da avaliação do Simave/Proeb. Para ilustrar esses dados, a tabela 3 mostra a proficiência média, o nível de proficiência segundo a evolução do percentual dos estudantes por padrões de desempenho e o percentual de participação, entre os anos de 2017 e 2023, dos alunos do 3º ano do Ensino Médio.

Tabela 3 – Evolução do percentual dos estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa no Proeb - Escola Estadual Zoé Machado (2017-2023)

Edição	Previstos	Avaliados	Percentual de Participação	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2017	116	96	82,8%	38,5%	41,7%	16,7%	3,1%
2018	163	129	79,1%	45%	33,3%	17,8%	3,9%
2019	128	102	79,7%	50%	35,3%	14,7%	0%
2022	161	121	75%	56%	31%	12%	2%
2023	114	78	68%	56%	29%	13%	1%

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de Minas Gerais ([2023b]).

Além da redução da proficiência média já apontada, a tabela evidencia que a maior parte dos alunos da escola se encontra no padrão de desempenho baixo ou intermediário, sendo que o aumento dos alunos no baixo desempenho é crescente e mais expressivo, enquanto em todos os outros padrões há queda, o que significa que eles ainda não consolidaram as habilidades esperadas para a série em Língua Portuguesa.

Os dados apresentados na tabela mostram que 2022 foi o ano em que apresentou a situação mais agravante, quando 56% dos alunos se apresentam no padrão baixo e 31% no intermediário. Nesse período, por exemplo, os dois níveis, baixo e intermediário, chegaram a ocupar, juntos, 87% dos alunos. Em 2023, os índices permaneceram estagnados, assim, 56% continuam no baixo e 29% no intermediário, indicando a necessidade de intensificação de ações que tenham por objetivo melhorar o processo de aprendizagem dos alunos.

O percentual de alunos no padrão recomendado ou avançado em Língua Portuguesa – aqueles que consolidaram as habilidades adequadas para a série – tem sido baixo e apresentou uma ligeira variação ao longo dos anos, com uma tendência de queda. Em 2023, apenas 13% dos alunos atingiram o padrão recomendado e 1% alcançou o nível avançado.

A participação dos alunos na avaliação também ficou aquém do esperado, com uma taxa de adesão de 68%. Esse índice reflete, em parte, uma falta de engajamento dos alunos em comparecer à escola para realizar a avaliação, mas também indica uma necessidade de estratégias eficazes por parte da instituição para promover a participação dos alunos, destacando a importância e o compromisso com as avaliações externas, fortalecendo o envolvimento de todos no processo de avaliação educacional.

A partir do ano de 2022, o Simave passou a disponibilizar o resultado por turma, detalhando o resultado da proficiência por aluno, e essa análise permite observar o percentual de participação dos alunos, a proficiência média e a distribuição dos alunos nos diferentes padrões de desempenho (baixo, intermediário, recomendado e avançado). Nas edições anteriores, esse resultado era apresentado de forma global, no somatório de todos os alunos da série avaliada. A comparação dos resultados obtidos nas avaliações do Proeb, entre os anos de 2022 e 2023, tanto na sede quanto no anexo da Escola Estadual Zoé Machado, proporcionará um panorama mais claro

das tendências de desempenho das turmas da escola e facilitará a identificação de áreas que demandam atenção e melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

**Tabela 4 – Detalhamento da evolução do padrão de desempenho em Língua Portuguesa no Proeb (2022), por turma -
Escola Estadual Zoé Machado: sede e anexo**

Ano 2022	Previstos	Avaliados	Percentual de Participação	Proficiência Média	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
3º Reg1 Anexo	16	12	75%	244	50%	50%	0%	0%
3º Reg1 Sede	32	24	75%	223	71%	29%	0%	0%
3º Reg2 Sede	39	32	82%	270	34%	31%	28%	6%
3º Reg3 Sede	29	23	79%	242	57%	35%	9%	0%
3º Reg3 Sede	45	30	67%	228	70%	20%	10%	0%

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de Minas Gerais ([2023b]).

Ao analisar os dados de desempenho dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado no Proeb 2022, segmentados por turmas, na sede e no anexo, revelam-se disparidades notáveis. A proficiência média dos alunos no anexo foi de 244 pontos, posicionando-os majoritariamente nos padrões de desempenho "baixo" e "intermediário" (50% em cada), sem nenhum aluno atingindo os níveis "recomendado" ou "avançado". Em contraste, as turmas da sede exibiram maior variabilidade no desempenho: a turma com melhor resultado na sede, o 3º Reg2 Sede, alcançou uma proficiência média de 270 pontos, com 28% dos alunos no padrão "recomendado" e 6% no "avançado", enquanto outras turmas tiveram proficiências mais baixas, como a 3º Reg1 Sede, com uma média de 223 pontos, em que 71% dos alunos ficaram no nível "baixo".

**Tabela 5 - Detalhamento da evolução do padrão de desempenho em Língua Portuguesa no Proeb (2023), por turma -
Escola Estadual Zoé Machado: sede e anexo**

Ano 2023	Previstos	Avaliados	Percentual de Participação	Proficiência Média	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
3º Reg1 Anexo	16	11	69%	217	82%	18%	0%	0%
3º Reg1 Sede	37	24	65%	250	50%	38%	13%	0%
3º Reg2 Sede	33	27	82%	259	41%	33%	26%	0%
3º Reg3 Sede	58	16	57%	228	75%	19%	0%	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de Minas Gerais ([2023b]).

Em relação ao desempenho no Proeb 2023, a análise comparativa dos dados entre os alunos da sede e do anexo, da Escola Estadual Zoé Machado, evidencia um padrão de desigualdade educacional persistente. A proficiência média dos alunos do anexo (3º Reg1 Anexo) foi de 217 pontos, em que o percentual de alunos no padrão “baixo” aumentou expressivamente para 82% e 18% no nível “intermediário”, sem alunos nos níveis “recomendado” ou “avançado”, enquanto a sede manteve uma distribuição um pouco mais equilibrada entre os padrões de desempenho, com destaque para a turma do “3º Reg1 Sede”, que conseguiu atingir uma proficiência média de 250 pontos, com 50% dos alunos no padrão “baixo”, 38% no “intermediário” e 13% no “recomendado”.

Na turma 3º Reg2 Sede, com uma média de 259 pontos, destaca-se o fato de 26% dos alunos estarem no nível “recomendado” e uma participação de 82%, indicando um desempenho mais equilibrado e uma maior consolidação das habilidades exigidas para a série. Por outro lado, embora a turma 3º Reg3 Sede tenha uma proficiência média mais baixa, de 228 pontos, ainda apresenta 6% dos alunos no nível “avançado”, uma conquista ausente entre os estudantes das outras turmas.

É importante observar que, em todos os anos avaliados, mais de 78% dos alunos não alcançaram o nível recomendado de proficiência nas avaliações externas do Proeb. Isso indica uma situação inquietante, sugerindo que os alunos não estão progredindo satisfatoriamente em seu aprendizado e, consequentemente, nos resultados dessas avaliações.

Com a análise dos resultados do Ensino Médio nas avaliações do Proeb, constatamos que algumas habilidades de Língua Portuguesa não foram consolidadas, conforme proposto na matriz de referência. Para uma compreensão mais aprofundada desse cenário, torna-se essencial estabelecer uma relação dos resultados das avaliações externas do Proeb entre os alunos da Escola Estadual Zoé Machado, os alunos da rede estadual e da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, à qual a referida escola pertence. Essa comparação fornecerá um parâmetro para o estudo dos resultados e para a proposição de melhorias.

A seguir, a tabela 6 apresenta os resultados das avaliações externas de Língua Portuguesa do Proeb, comparando os desempenhos da rede estadual de ensino, da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Janaúba e da Escola Estadual Zoé Machado, no período de 2017 a 2023.

Tabela 6 – Proficiência média de Língua Portuguesa no Proeb da rede estadual, da SRE e da Escola Estadual Zoé Machado – 3º ano do Ensino Médio, no período entre 2017 e 2023

Ano	Minas Gerais	SRE Janaúba	EEZM
2017	270.6	258.6	256.7
2018	272.1	259.2	256.2
2019	265.2	248.2	245.3
2022	244,0	248.0	242.0
2023	255.0	247.0	244.0

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados de Minas Gerais ([2023b]).

Observa-se uma tendência de queda geral nos resultados ao longo dos anos, tanto em Minas Gerais quanto nas duas subdivisões analisadas. Em 2017, as médias eram relativamente mais altas, com Minas Gerais atingindo 270.6, a SRE Janaúba com 258.6, e a Escola Estadual Zoé Machado com 256.7. Entretanto, houve uma queda significativa ao longo do período, culminando em 255.0 para Minas Gerais, 247.0 para a SRE Janaúba e, quebrando a sequência de queda, a Escola Zoé Machado subiu 2 pontos, em 2023, marcando uma média de 244,0 demonstrando, ainda assim, uma estagnação em seus resultados.

Os resultados da Escola Estadual Zoé Machado revelam uma situação preocupante em relação ao desempenho dos alunos em Língua Portuguesa. A escola não conseguiu superar as médias estadual e regional, nem apresentar uma evolução significativa em seus próprios resultados ao longo dos anos.

Com base nos dados do Proeb de 2023, observamos que a Escola Estadual Zoé Machado teve um desempenho inferior, tanto em relação à SRE de Janaúba quanto à rede estadual, em todos os anos avaliados. No ano de 2022, a escola registrou a maior diferença entre os resultados da escola e os da SRE, apresentando uma diferença de 6%. Nesse mesmo ano, a referida escola apresentou o menor índice de diferença em relação à rede estadual, com um percentual de 2 pontos.

No entanto, é relevante destacar que, no mesmo ano de 2022, a SRE Janaúba conseguiu superar o desempenho do estado de Minas Gerais, ficando à frente em termos de proficiência média de Língua Portuguesa. Isso demonstra que a SRE Janaúba tem se esforçado para elevar o nível de aprendizado dos estudantes.

Cavaliere (2015) afirma que o desinteresse dos alunos em realizar avaliações externas, de forma geral, pode ser atribuído a diversos fatores interligados. Primeiramente, a falta de compreensão sobre a importância dessas avaliações na melhoria da qualidade educacional pode gerar uma apatia em relação a elas, uma vez que muitos alunos não percebem como seus resultados impactam no próprio aprendizado e no sistema escolar.

Muitos alunos enfrentam situações de vulnerabilidade social e familiar, o que acaba prejudicando o envolvimento nas atividades escolares, inclusive nas avaliações, e o contexto de vida pode não priorizar a Educação.

Além disso, o ambiente escolar pode contribuir para esse desinteresse, especialmente se as avaliações forem vistas como um mero cumprimento de burocracia, sem relação direta com o cotidiano dos estudantes. Por outro lado, as questões socioculturais, que têm a percepção das avaliações como instrumentos distantes da realidade vivenciada pelos estudantes, podem diminuir a motivação dos alunos para participar em atividades formais, como avaliações externas, que não têm significado direto em sua realidade, reforçando a ideia de que participar dessas provas não traz benefícios visíveis para suas trajetórias acadêmicas (Cavaliere, 2015).

Além disso, notamos que a maior parte dos alunos da escola se encontra no padrão de baixo desempenho na escala de proficiências, o que significa que eles apresentam dificuldades nas competências básicas de Língua Portuguesa esperadas para o 3º ano do Ensino Médio.

Essa estagnação nos resultados do Proeb levanta preocupações sobre o desempenho em Língua Portuguesa no Ensino Médio, demandando uma análise mais aprofundada dos fatores que podem contribuir para esse declínio. Essa compreensão é essencial para a implementação de estratégias e intervenções eficazes, visando reverter essa tendência e elevar o nível de proficiência dos alunos.

Diante desse cenário, surgem as seguintes perguntas: Como os resultados da avaliação educacional de Língua portuguesa feita pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) são apropriados pelos professores do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, no período de 2017 a 2023? Como promover a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem nessa área?

No próximo capítulo, a abordagem de Araújo (2019) ressalta que a análise dos resultados das avaliações externas permite identificar as deficiências dos alunos e planejar ações efetivas para melhorar o desempenho acadêmico. Com isso, é

importante que essa lacuna sobre a apropriação dos dados apresentada pelos gestores e professores da Escola Zoé Machado seja sanada. É preciso que eles utilizem os dados do Proeb de forma mais estratégica, direcionando seus esforços para superar os desafios específicos enfrentados pelos estudantes.

3 APROPRIAÇÃO DE DADOS E ATUAÇÃO DA EQUIPE GESTORA, ASSOCIADA AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NAS AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PROEB

O terceiro capítulo desta dissertação possui um caráter analítico e tem como principal objetivo analisar como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa, realizada pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), são apropriados pelos professores do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado. Para alcançar esse propósito, será realizado um levantamento teórico sobre os principais temas que envolvem essa temática, os quais são fundamentais para compreender a relação entre a apropriação dos resultados, a gestão escolar e o planejamento pedagógico.

Este capítulo está organizado em duas seções, sendo a primeira a que trata da fundamentação teórica do caso de gestão e a segunda da metodologia empregada para a coleta de dados.

A primeira seção apresenta os teóricos que servirão de apoio para embasar as análises do caso. A seguir, serão apresentados os objetivos de cada subseção, justificando a importância de sua abordagem em relação ao estudo em andamento. Essa subseção também irá tratar da apropriação dos resultados da avaliação externa do Proeb, apresentando o conceito de "evidência" e sua relevância no contexto educacional, abordando a importância da apropriação dos resultados pelos gestores escolares, equipe pedagógica e corpo docente.

Na segunda subseção será explorado como a gestão escolar e educacional influencia a forma como os resultados são interpretados e utilizados na escola, visando melhorias contínuas no ensino. Na terceira subseção, sobre a apropriação de resultados e gestão pedagógica, será analisada a relação entre a apropriação dos resultados e a gestão pedagógica, destacando a importância da incorporação dos dados das avaliações externas no contexto escolar. Será discutido como esses resultados são utilizados para promover práticas pedagógicas eficazes e elevar o nível de proficiência dos alunos.

Para finalizar o capítulo, traremos a proposta metodológica, apresentando os instrumentos empregados na coleta de dados, incluindo a aplicação de questionários e entrevistas. A análise do material coletado subsidiou a construção da proposta de

intervenção, contribuindo para a elaboração de um Plano de Ação Educacional, voltado para a melhoria dos resultados nas avaliações externas.

3.1 APROPRIAÇÃO DE DADOS E ATUAÇÃO DA EQUIPE GESTORA: REFLEXÕES TEÓRICAS

A presente seção se dedica à apresentação do referencial teórico que embasa a pesquisa em questão, centrando-se nos eixos fundamentais: a apropriação de resultados, a gestão escolar e a gestão pedagógica. A sólida compreensão desses pilares é essencial para a análise aprofundada do contexto investigado, baseado em evidências.

A palavra “evidência”, de acordo o dicionário Houaiss, significa: Qualidade daquilo que é evidente, que é incontestável, que todos veem ou podem ver e verificar. “visibilidade, clareza, transparência; hipótese” (Houaiss, 2011, p. 409). Segundo Thomas (2007 *apud* Christophe *et al.*, 2015), a evidência é qualquer dado ou informação que apoie ou refute uma afirmação. Para ser considerada válida, a evidência precisa passar por uma avaliação de relevância. Um fato só se torna uma evidência se tiver a capacidade de confirmar ou refutar uma hipótese ou proposição. Para ser reconhecida como evidência científica, ela deve atender a três critérios fundamentais: relevância, suficiência e veracidade. A relevância é assegurada quando outras evidências semelhantes confirmam o fato. A suficiência ocorre quando a evidência é reforçada por exemplos adicionais, sejam eles do mesmo tipo ou de naturezas diferentes. A veracidade, por sua vez, depende da coleta de dados de maneira imparcial, sem distorções ou influências externas, como interesses de grupos ou instituições (Thomas, 2007 *apud* Christophe *et al.*, 2015).

A Educação, baseada em evidências, fundamenta-se no uso de pesquisas científicas para embasar decisões pedagógicas e políticas educacionais, promovendo práticas mais eficazes e racionais, com base em resultados comprovados cientificamente. No Brasil, embora essa discussão tenha começado a se espalhar na primeira década deste século, ainda encontra resistência em diversos setores da Educação, como nas faculdades, no parlamento e em órgãos governamentais. Essa resistência, alimentada por ideologias e pressões políticas, impede que a evidência científica seja adotada de forma plena na formulação de políticas públicas

educacionais. Para superar esses desafios, é essencial que o conceito de evidência seja rigorosamente discutido e aplicado, testando sua validade em diferentes contextos, com o objetivo de garantir uma Educação de qualidade baseada em fatos e não em achismos ou modismos (Thomas, 2007 *apud* Christophe *et al.*, 2015).

Dessa maneira, o referencial teórico terá como contribuição o trabalho de Soligo (2010), Lück (2009), Brooke e Cunha (2011), Boudett (2020) que abordam a importância da apropriação dos resultados pelos gestores, pela equipe pedagógica e todo corpo docente para elaborar, quando necessário, intervenções que proporcionem aos alunos oportunidades para aprimorar as competências esperadas para cada fase do percurso escolar.

Na segunda seção será apresentada, sob diferentes perspectivas, como a influência da gestão escolar, em relação aos problemas de interpretação e apropriação de dados, pode interferir na obtenção de melhores resultados. Na terceira seção, será estudada a importância da gestão pedagógica e da participação de todos os sujeitos envolvidos no processo de estudo e na apropriação dos resultados das avaliações externas. Para fundamentar sobre os papéis do gestor escolar e gestor pedagógico na apropriação dos resultados das avaliações externas, a redação conta com as obras de Freitas (2007), Machado (2012), Lück (2009; 2011), Sousa (2014) e Santos (2017), autores que discutem as competências e as habilidades do gestor no contexto da elaboração de intervenções pedagógicas.

Na seção a seguir será abordada a importância da apropriação e da interpretação dos resultados das avaliações externas como uma ferramenta essencial, não apenas sobre o desempenho dos alunos, mas também para aprimorar o ensino, promover a responsabilidade, envolver a comunidade e moldar o futuro da escola

3.1.1 Apropriação dos resultados da avaliação externa do Proeb

Ao abordar a discussão sobre a garantia da qualidade da Educação no Brasil, é fundamental destacar as avaliações externas como um mecanismo regulatório dos sistemas educacionais. Embora diversos resultados sejam registrados em âmbito nacional ou por meio de avaliações específicas de cada estado, como exemplificado pelo Simave/Proeb em Minas Gerais, a análise da evolução desses resultados é

decisiva para que seja possível examinar os diagnósticos resultantes da aplicação dessas avaliações ao longo do tempo.

Uma abordagem crítica se faz necessária para compreender não apenas o estado atual da qualidade educacional, mas também identificar tendências, desafios persistentes e possíveis lacunas no sistema, possibilitando uma avaliação mais abrangente e informada sobre a eficácia das medidas adotadas para aprimorar a educação no país.

O objetivo do processo de apropriação dos resultados é que gestores, equipe pedagógica e professores internalizem os resultados obtidos para, e a partir deles, desenvolver estratégias que aprimorem as habilidades dos alunos. Isso facilitará uma atuação mais eficaz no processo educacional (Soligo, 2010).

De acordo com Soligo (2010), o papel dos professores e gestores na utilização dos resultados das avaliações externas é fundamental para a melhoria da qualidade da Educação. Eles devem utilizar os resultados como ferramentas de trabalho para identificar deficiências de aprendizagem e desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes. Além disso, devem trabalhar de forma sistemática para entender e utilizar os resultados das avaliações em larga escala, contribuindo para o acompanhamento e melhoramento das práticas pedagógicas em sala de aula.

Sobre a apropriação de resultados no âmbito educacional, Soligo (2010) refere-se à capacidade das instituições de ensino assimilarem e utilizarem de maneira efetiva os dados e informações disponíveis, destacando a importância de uma gestão escolar orientada para a interpretação dos resultados de avaliações educacionais, buscando não apenas números, mas também a compreensão qualitativa das performances dos alunos e das práticas pedagógicas. A apropriação eficiente desses resultados não só contribui para a identificação de áreas de melhoria, mas também orienta decisões estratégicas e políticas educacionais.

Conforme Soligo (2010), o grande problema na apropriação dos resultados das avaliações externas é a falta de trabalho sistemático, de entendimento e de utilização desses resultados nas escolas e suas respectivas comunidades. Acredita-se que a questão apontada pelo autor é bastante adequada, pois há uma distinção entre a publicação dos resultados e a apropriação por parte da comunidade escolar.

A apropriação sistemática de dados refere-se ao processo de coletar, organizar e analisar dados dos resultados das avaliações em larga escala de forma metódica e estruturada, seguindo um conjunto de procedimentos ou sistema predefinido. Isso

implica utilizar abordagens consistentes e padronizadas para coletar informações relevantes, garantindo sua confiabilidade e precisão, através de análises detalhadas e reflexões sobre como essas informações podem ser aplicadas nas práticas pedagógicas em sala de aula. A ideia é que a sistematização dos dados envolva a aplicação de técnicas adequadas para armazenar, processar e interpretar as informações, permitindo um acompanhamento eficaz e um aprimoramento das estratégias educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação (Soligo, 2010).

Soligo (2010, p. 3) levanta diversas questões sobre a utilização e a apropriação dos resultados das avaliações em larga escala, entre elas, destaca que “existem programas direcionados às avaliações de larga escala nas escolas para auxiliarem professores e gestores no uso dos resultados e processos destes sistemas?”.

Lück (2009) compartilha da mesma ideia, de que as avaliações externas fornecem uma valiosa ferramenta de suporte para a gestão escolar. No entanto, é importante compreender que não é suficiente apenas estar ciente dos resultados, a equipe escolar deve se apropriar desses resultados e utilizá-los de maneira eficaz. Isso inclui monitorar o desempenho dos estudantes e planejar ações específicas com o objetivo de aprimorar o processo de aprendizagem, entre outras finalidades.

Os objetivos da apropriação de resultados, apresentados por Soligo (2010), incluem problematizar o uso desses resultados das avaliações externas pelos professores, gestores e técnicos, considerando o processo das avaliações e os resultados dos testes como ferramentas de trabalho, que podem contribuir na superação de deficiências de aprendizagem, do conhecimento e na melhoria da qualidade da Educação. Por outro lado, Lück (2009) destaca que as avaliações em larga escala têm como propósito principal fornecer informações para a elaboração e execução de políticas educacionais mais eficientes, visando à aplicação de recursos de forma adequada e o aumento do rendimento dos alunos.

Soligo (2010), ao comparar os objetivos com o propósito das avaliações em larga escala apresentado por Lück (2009), destaca que a falta de treinamento e a apropriação inadequada de dados impactam diretamente na maximização do potencial informativo desses recursos nas escolas

os dados coletados pelos testes e demais mecanismos de coleta constituem possibilidades que chegam às escolas e, por vezes, não

são adequadamente utilizados. Isso ocorre por inúmeros motivos. Entre eles, a falta de treinamento no manuseio dos materiais que chegam às instituições (Soligo, 2010, p. 3).

De acordo com Soligo (2010, p. 4), é essencial que se compreenda os elementos que guiam a avaliação, especialmente a matriz de referência de uma avaliação externa, isso porque "as matrizes representam ferramentas significativas para análise e discussão nas escolas" e, portanto, permitem compreender que tipo de conhecimento está sendo cobrado. O autor esclarece que,

quando conhecidas as matrizes curriculares, torna-se possível analisar os resultados dos testes verificando o quê e o quanto os alunos apreenderam no percurso desenvolvido. Possibilita perceber onde estão as deficiências que atingem a maioria dos alunos (Soligo, 2010, p. 4).

Brooke e Cunha (2011) convergem da mesma ideia em suas pesquisas sobre a avaliação externa como instrumento da gestão educacional, de modo geral, as secretarias acreditam que "o problema principal reside nas inúmeras dificuldades dos professores para entender as matrizes de referência dos testes, associá-las aos conteúdos ministrados e trabalhá-las em sala de aula" (Brooke; Cunha, 2011, p.31).

Nesse sentido, Soligo (2010) destaca que as deficiências em certas competências e habilidades avaliadas não se equivalem ao fracasso escolar. O autor ressalta que os resultados dos testes indicam possíveis deficiências no processo que resultam no não domínio de certas competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no âmbito da escola. Assim, "a avaliação externa deve ter como objetivo a qualidade da educação e não ser o objetivo da educação" (Soligo, 2010, p. 8).

Para que a o processo de apropriação de dados seja realizado de forma eficiente, é importante contar com a participação de todos os envolvidos no processo, visando aprimorar o ensino e promover a responsabilidade compartilhada.

Machado (2012) destaca a importância de uma postura proativa por parte de todos os atores envolvidos nesse processo: gestores, equipe pedagógica e equipe docente. Isso indica que deve haver uma corresponsabilização de todos ou, pelo menos, se sentirem motivados a buscar os resultados de desempenho e os compreender em prol da melhoria da escola. Nessa vertente, Machado (2012, p. 73) reflete que

os processos avaliativos externos devem servir ao propósito de permitir as revisões necessárias no trabalho desenvolvido nas escolas e, para tanto, seus resultados devem ser utilizados na análise coletiva da realidade escolar e no direcionamento de ações e alternativas para enfrentar as dificuldades vividas no ensino-aprendizagem.

Diante dessa perspectiva, Soligo (2010) considera essencial que as instituições desenvolvam projetos que permitam a discussão coletiva das questões para que todos possam compreender e apropriar os resultados. Assim, "interpretação e uso dos resultados, bem como o processo de avaliação em larga escala, devem ser uma iniciativa da escola" (Soligo, 2010, p. 7). Ele continua enfatizando que a apropriação coletiva dos dados de avaliação emerge como um catalisador essencial para aprimorar a qualidade do ensino e promover uma cultura escolar fundamentada em análises críticas e práticas pedagógicas fundamentadas. De acordo seus ideais, para aprimorar o processo de envolvimento dos membros da comunidade escolar é preciso realizar

cursos internos, estudos dirigidos, palestras com especialistas e reuniões com explicações e discussões sobre o conjunto da avaliação externa precisam ser realizados, pois não basta informar sobre a avaliação, faz-se necessário formar opiniões e indivíduos capacitados para problematizar o processo e os resultados (Soligo, 2010, p. 7).

Lück (2009) compartilha do mesmo raciocínio de que compreender os resultados é apropriar-se deles, defendendo a importância do envolvimento de toda comunidade escolar na apropriação dos dados. Assim,

faz-se necessário que os resultados dessas avaliações cheguem, de forma oportuna e acessível a alunos, pais, educadores, políticos e empresários. Dessa forma, torna-se possível analisar os dados e promover mudanças importantes na educação, com a formulação de políticas públicas e estratégias focadas no aperfeiçoamento do ensino na sala de aula (Lück, 2009, p.7).

A apropriação eficiente dos resultados requer uma compreensão qualitativa dos resultados. Para isso é importante que a disseminação dos dados no ambiente escolar, embora seja uma prática comum, necessita de uma abordagem cuidadosa para evitar distorções e mal-entendidos.

Nesse contexto, a contribuição de Machado (2012) ganha relevância ao sublinhar que a apropriação dos resultados das avaliações externas pela escola não apenas é fundamental para a construção e implementação de planos e ações de melhoria educacional, mas também deve integrar o processo de avaliação interna. Essa integração, conforme proposto por Machado (2012) deve ser orientada pela definição de indicadores de desempenho, permitindo o monitoramento e a avaliação contínua dos resultados da escola. Assim, a formação dos gestores, conforme destacado por Lück (2009), e a apropriação de resultados, conforme ressaltado por Machado (2012) convergem na necessidade de uma abordagem integrada que promova efetivamente a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes.

Entretanto, para Souza e Oliveira (2010 *apud* Machado, 2012), o atual contexto da apropriação dos resultados pelos gestores e pela equipe pedagógica vai de encontro a ideia anteriormente mencionada, pois, notamos, nas instituições escolares, a insegurança para exercer o seu papel em relação aos resultados obtidos, a partir das avaliações em larga escala. Conforme os autores, o uso dos resultados “por parte dos gestores é escasso ou inexistente” e aqueles que estão inseridos nesse processo reconhecem que “as escolas têm dificuldade até mesmo de ler e compreender os resultados produzidos” (Souza; Oliveira, 2010, p. 813 *apud* Machado, 2012, p. 74). Nesse sentido, compreendemos que o uso desses resultados pela equipe envolvida na Educação escolar ainda está aquém do que se espera de uma boa gestão pedagógica.

A interpretação cuidadosa dos dados das avaliações externas pode ser considerada como uma ferramenta essencial para aprimorar o ensino e promover a responsabilidade compartilhada na escola, desencadeando melhorias significativas no ensino e na aprendizagem dos alunos.

Boudett *et al.* (2020) afirmam que o uso de informações educacionais é fundamental para orientar as decisões visando aprimorar a qualidade do ensino e elevar o desempenho dos alunos. O termo “dados” não deve ser limitado apenas às avaliações externas que sustentam políticas educacionais, mas deve envolver um conjunto abrangente de informações sobre o conhecimento e as habilidades dos estudantes. A análise desses dados pelos profissionais da educação ajuda a identificar, com base em evidências, as ações necessárias para criar uma escola eficaz (Boudett *et al.*, 2020).

De acordo Boudett *et al.* (2020), as avaliações externas com seus fundamentados gráficos podem ser benéficas para a escola, se a análise dos seus dados for aproveitada para melhorar a Educação do país. Eles acreditam que é importante priorizar ações que envolvam o planejamento, a solução de problemas, a iniciativa, a criatividade, a flexibilidade, a orientação para resultados, o trabalho em equipe e a tomada de decisão, para contribuir positivamente para a melhoria dos resultados e para o fortalecimento das escolas públicas. Boudett *et al.* (2020, p.122) afirmam que

para maximizar a eficácia e o poder dos gráficos claros e convincentes de sua equipe de liderança de ensino, você deve usá-los para estimular uma conversa entre os membros do seu corpo docente, especificamente sobre o que eles veem nos dados, que questões os dados suscitam e como podem seguir a partir daí para encontrar respostas para essas novas perguntas.

Boudett *et al.* (2020, p. 4) defendem que “o processo de aprendizagem a partir de dados contribui para construir uma escola eficaz e para ajudar a escola a continuar a melhorar o seu desempenho”. Neste contexto, Boudett *et al.* (2020) ressaltam que a análise dos resultados não deve se limitar apenas às médias de proficiência alcançadas, é necessário examinar os níveis e compreender pedagogicamente o que está envolvido nos padrões de desempenho das avaliações em larga escala.

Dessa forma, Veloso, Abrantes e Craveiro (2011) afirmam que, para consolidar uma escola pública que cumpra sua função social de garantir a qualidade no ensino, é preciso que os dados das avaliações externas sejam usados de forma mais eficaz e consistente.

Ao relacionar as teorias dos estudiosos apresentadas sobre a apropriação dos resultados da avaliação externa do Proeb com a realidade da Escola Estadual Zoé Machado, onde os alunos do Ensino Médio apresentam um desempenho insatisfatório em Língua Portuguesa, percebemos a relevância da compreensão desses dados para proporcionar as práticas educacionais adequadas.

Na subseção seguinte, será continuada a discussão teórica sobre a interpretação e a apropriação dos resultados do Simave/Proeb, examinando o papel do gestor na condução das atividades escolares em resposta aos resultados da avaliação externa.

3.1.2 A gestão educacional e escolar na condução da interpretação, da apropriação e da utilização dos resultados dos dados

A gestão escolar e a gestão educacional são dois conceitos essenciais no contexto educativo, cada um com suas particularidades e abrangências. A gestão escolar refere-se especificamente à administração e à coordenação das atividades internas de uma instituição de ensino, enquanto a gestão educacional visa garantir a qualidade e eficácia do sistema educativo como um todo, alinhando as práticas escolares com as diretrizes e metas estabelecidas pelas políticas públicas de Educação.

Para Lück (2011), a gestão educacional desempenha um papel cada vez mais relevante, sendo reconhecida em diversas pesquisas como um componente fundamental para a transformação dos sistemas educativos e das organizações escolares. O objetivo é torná-los mais eficazes e elevar os níveis de qualidade do ensino.

Lück (2011) define a gestão educacional como o processo de administrar a dinâmica do sistema educacional como um todo, além de coordenar as escolas de acordo com as diretrizes e as políticas educacionais públicas. Isso visa implementar políticas educacionais e projetos pedagógicos nas escolas, alinhados aos princípios democráticos e utilizando métodos que promovam um ambiente educacional autônomo. De acordo com a estudiosa, esse ambiente deve ser caracterizado por soluções próprias, dentro das competências estabelecidas, fomentando a participação e o compartilhamento para a tomada conjunta de decisões e a concretização de resultados. Ademais, a gestão educacional deve envolver autocontrole, incluindo o acompanhamento e a avaliação com retorno de informações, bem como a transparência, com a demonstração pública dos processos e resultados.

Machado (2014) apresenta a gestão educacional que engloba três abordagens interligadas, a saber: gestão integrada, gestão estratégica e gestão participativa. Embora possam ser discutidas separadamente por razões teóricas, na prática, essas três abordagens de gestão coexistem e são aplicadas de forma simultânea. Juntas, as três partes específicas compõem o que é conhecido como a "tríade da gestão educacional", conforme será apresentada cada uma delas.

De acordo Lück (2011), a gestão integrada refere-se à necessidade de respeitar a integração entre as várias instâncias do sistema educacional, desde o nível macro (órgãos superiores do sistema – instâncias federal, estadual e municipal) até o nível micro (a escola), de forma a garantir o desdobramento de políticas e diretrizes e sua operacionalização no contexto da escola. Lück (2011) continua a ideia, enfatizando que a gestão integrada também implica uma maior participação dos diferentes atores envolvidos no processo educativo, desde os gestores até os alunos e suas famílias, com o objetivo de promover uma gestão escolar democrática e de qualidade. Assim,

do ponto de vista paradigmático, a concepção de gestão permeia todos os segmentos do sistema como um todo, em vista do que, em sua essência e expressões gerais, é a mesma, tanto no âmbito macro (gestão do sistema de ensino) como no micro (gestão de escolas). Na medida em que sistemas de ensino continuem organizando seu trabalho ordenado e orientado a partir de um enfoque meramente administrativo, será muito difícil que a escola, por iniciativa própria, e na contramão das iniciativas orientadoras do sistema, venha a dar um salto de qualidade em seu processo de gestão, como se pretende. Toma-se fundamental que se construa uma consistência entre os processos de gestão de sistemas de ensino e o que se espera que ocorra no âmbito da escola, mediante uma orientação única e consistente de gestão (Lück, 2011, p. 26).

Dessa forma, a gestão não deve ser vista apenas como uma questão administrativa, mas como um elemento central em todos os níveis do sistema educacional, desde o macro que envolve a gestão do sistema de ensino como um todo, até o micro que aborda a gestão das escolas individualmente.

Lück (2011) define a gestão estratégica como um modo de gestão que busca uma visão sistêmica da organização e a definição de objetivos a curto, médio e longo prazo, de forma a garantir a efetividade da gestão escolar. Dessa forma,

a realidade é unitária e sistêmica, constituída pelas contínuas e dinâmicas interrelações entre componentes e indivíduos, os elementos, e os acontecimentos, as ações e as dimensões de uma mesma realidade se tomam componentes de um conjunto, pelo seu processo interrelacional, formando uma reciprocidade circular entre eles. Nesse entendimento de unidade complexa da realidade reside a possibilidade de se atuar de modo significativo em relação à mesma e dela fazer parte como sujeito que, ao mesmo tempo em que a influencia, é influenciado por ela (Lück, 2011, p. 68).

Lück (2011) caracteriza a gestão participativa como uma abordagem que potencializa a capacidade de interação recíproca e circular entre os membros da comunidade escolar e as múltiplas dimensões da realidade em que estão imersos. Esta abordagem reconhece que indivíduos, processos e o ambiente escolar estão intrinsecamente ligados, influenciando-se mutuamente. Nesse sentido, a escola é compreendida como um sistema interconectado, em que a atuação de cada indivíduo contribui para a definição de seu ambiente.

Segundo Coelho e Linhares (2008), a gestão participativa salienta a importância da atuação consciente dos indivíduos na escola, que reconhecem e exercem seu poder de moldar a dinâmica, a cultura e os resultados da instituição educacional. Essa perspectiva sublinha a ideia de que a escola não é apenas parte de uma realidade complexa e dinâmica, mas também um espaço onde os participantes têm a capacidade tanto de influenciar quanto de ser influenciados por essa realidade.

Diante do exposto pelos estudiosos sobre a gestão educacional, que se refere ao processo de administrar e coordenar sistemas educacionais em níveis mais abrangentes, envolvendo a formulação de políticas, o planejamento estratégico, a alocação de recursos, a implementação de programas educacionais, a avaliação de resultados e o desenvolvimento de diretrizes para promover a qualidade do ensino em uma escala mais ampla, será feito um paralelo com a gestão escolar para ser compreendida a gestão nas instituições de ensino. Para isso, é necessário entender o contexto em que esse profissional está inserido, diferenciando gestão educacional de gestão escolar.

Conforme Paro (2000, p.123), o termo "gestão escolar" foi formalmente introduzido na esfera educacional durante o período de redemocratização política, ocorrido na década de 1980. Esse conceito tem suas raízes no termo anteriormente utilizado, denominado "administração escolar". Segundo Vieira (2007, p. 61), a gestão escolar se situa na "abrangência dos estabelecimentos de ensino", e a gestão educacional no "espaço das ações de governo". A gestão escolar envolve, geralmente, as funções de direção e de coordenação.

Libâneo (2004, p. 215-219 *apud* Machado, 2012, p. 73-74) explica que "dirigir e coordenar são tarefas que canalizam o esforço coletivo das pessoas para os objetivos e metas estabelecidas". O diretor é o "dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão do conjunto, articula e integra os vários setores".

No âmbito da gestão escolar, Freitas (2007) explicita que a gestão escolar emerge como um elemento-chave na promoção do desenvolvimento institucional e na consecução dos objetivos educacionais que transcendem a mera administração burocrática. A gestão eficaz implica não apenas a organização eficiente de recursos, mas também a liderança inspiradora, na promoção de uma cultura escolar positiva e na criação de ambientes propícios à aprendizagem. O entendimento das dinâmicas da gestão escolar é fundamental para contextualizar as práticas educacionais investigadas. Conforme Freitas (2007, p. 2),

na literatura educacional recente, o termo gestão aparece com um significado restrito, geralmente empregado para designar o processo pelo qual se viabiliza determinada política educacional. Mas, também, tem sido usado para designar um processo mais amplo, que abrange a própria política educacional em suas diversas fases constitutivas (formação de agenda, formulação, implementação, implantação, monitoramento, avaliação).

Lück (2009) conceitua a gestão escolar como a forma de concretizar os princípios, finalidades, diretrizes e objetivos educacionais que norteiam as ações e promoções educacionais, atendendo bem a toda população, respeitando as diferenças de todos os seus alunos. A gestão escolar, composta pelo diretor e vice-diretores da escola, também visa facilitar o acesso e a construção do conhecimento para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de um cidadão ativo e transformador de sua realidade como um todo.

Segundo Lück (2009, p. 24), “gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico”. Isso significa que existe uma conexão entre o que se faz na escola no dia a dia da gestão e as políticas públicas definidas para a Educação, sendo preciso ter um compromisso com as normas que vêm do sistema macro. A autora enfatiza ainda que a gestão escolar também tem a tarefa de coletar os dados relevantes para o contexto da escola em que atua, disponibilizados publicamente pelos sistemas de avaliação externa, e divulgá-los aos profissionais que trabalham nas escolas e aos pais, como forma de socializar o desempenho de seus filhos nas provas.

Rosistolato e Viana (2014) afirmam que os gestores da Educação Básica que atuam em unidades escolares têm a responsabilidade de acompanhar as políticas

educacionais que são implementadas em suas escolas, pois exercem uma função pública. Eles precisam avaliar as demandas que são trazidas e, ao mesmo tempo, oferecer uma resposta aos professores, aos pais e à administração central. Assim, a gestão escolar está associada ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais.

Dessa forma, o monitoramento e a autoavaliação se constituem como responsabilidade pública da gestão escolar democrática, estabelecendo a credibilidade da escola e da Educação, que tanto carecem de reconhecimento público para sua revitalização, como afirmado por Lück (2009).

Para construir essa revitalização na escola, Lück (2009) apresenta a equipe pedagógica composta por gestor, coordenador e supervisor como ponto essencial para alcançar as metas desejadas. Lück (2009) considera a gestão pedagógica como fundamental para promover a aprendizagem e a formação dos alunos, pois é responsável por orientar e coordenar todas as ações pedagógicas da escola. Além disso, a gestão pedagógica deve criar um ambiente estimulante e motivador para os alunos, orientando a integração horizontal e vertical de todas as ações propostas no projeto pedagógico e a contínua contextualização dos conteúdos do currículo escolar com a realidade.

A gestão escolar tem como principal função gerir a escola que enfrenta muitos desafios, e um deles é a insegurança dos gestores escolares e de toda sua equipe pedagógica para usar os dados das avaliações externas a favor da melhoria da qualidade de ensino. Sobre alguns dos desafios enfrentados pela escola, Lück (2009, p. 56) diz o seguinte:

Compreender o papel e os mecanismos da avaliação de resultados educacionais, tanto em âmbito externo, realizado pelos sistemas de ensino, como no interno, realizado pelas escolas, constitui-se em condição fundamental para definir qualificações que tornam as escolas mais eficazes.

Além disso, é necessário que a equipe gestora conheça o contexto em que a escola está inserida, aproxime-se mais da realidade, identifique as particularidades do contexto do estudante, as expectativas das famílias e da comunidade, bem como as necessidades sociais e culturais.

Segundo Lück (2009), a escola tem uma dimensão cultural e um projeto político-pedagógico que orienta o ensino e esses aspectos não podem ser separados do contexto em que a escola está inserida. A autora enfatiza o sentido do ato de gerir, que deve estar

compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) (Lück, 2009, p. 24).

Lück (2009) resume a gestão escolar como um elemento fundamental na organização e eficácia de uma instituição de ensino, sendo composta por dois pilares interligados: a gestão escolar propriamente dita e a gestão pedagógica. A gestão escolar abrange as dimensões administrativas, financeiras e infraestruturais, sendo responsável por garantir o bom funcionamento da escola como um todo.

Dessa forma, é fundamental que o gestor seja atuante, como afirma Lück (2009, p. 47).

Há para isso necessidade de um gestor ativo que utilize e oriente a aplicação de resultados do monitoramento e avaliação na tomada de decisões, nos planejamentos e na organização do trabalho escolar com foco na melhoria da aprendizagem dos alunos.

A análise das teorias de Freitas (2007), Lück (2009) e Machado (2012) revela que os gestores têm um papel decisivo na melhoria da qualidade educacional. Na Escola Estadual Zoé Machado, observamos que os alunos do Ensino Médio apresentam resultados insatisfatórios em Língua Portuguesa. Isso evidencia a necessidade de uma gestão comprometida com a análise e a apropriação dos dados de avaliações externas para promover o avanço no aprendizado.

Lück (2009) ressalta que a gestão escolar deve ser proativa na interpretação dos dados e na implementação de estratégias pedagógicas baseadas em evidências para promover a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem. Freitas (2007) ressalta a necessidade de uma gestão escolar eficaz na interpretação dos dados e na implementação de ações pedagógicas direcionadas, enquanto Machado (2012) destaca a importância da liderança escolar na promoção de uma cultura de uso sistemático dos resultados das avaliações.

Portanto, ao integrar essas perspectivas na gestão da escola Zoé Machado, a equipe gestora e os supervisores pedagógicos precisam influenciar positivamente os professores e orientá-los na realização de uma análise mais consolidada dos resultados do Proeb. Com isso, é possível estabelecer estratégias de ensino mais eficientes, que contribuirão significativamente para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Nesse contexto, considerando que um gestor é um líder em todas essas dimensões apresentadas, será apresentado uma perspectiva de estudos sobre a gestão pedagógica, a qual o gestor tem uma gama de diagnósticos realizados pelos sistemas de avaliação, utilizados como sinalizadores de desafios encontrados na escola, possibilitando o estudo e aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

3.1.3 Gestão pedagógica

Após a explanação sobre a gestão escolar e educacional na condução da interpretação, da apropriação e da utilização dos resultados dos dados, passaremos a abordar a gestão pedagógica como um elemento fundamental para a qualidade do ensino

Esta seção se propõe a explorar o complexo universo da gestão pedagógica na Educação, analisando como as escolas e as instituições educacionais podem se beneficiar ao adotar estratégias de gestão eficazes, evidenciando qual é o papel da gestão pedagógica na condução das interpretações e das apropriações dos resultados das avaliações externas do Proeb. E, ainda, como eles devem proceder junto ao corpo docente para a aprimorar o ensino-aprendizagem entre os alunos e, consequentemente, alcançar a melhoria dos resultados da escola.

No contexto da gestão pedagógica, destaca-se a importância da coordenação e supervisão das práticas educacionais no ambiente escolar. Lück (2009) conceitua a gestão pedagógica como um conjunto de ações que envolvem a organização, a coordenação, a liderança e a avaliação de processos voltados diretamente para promover a aprendizagem dos alunos e sua formação. Ela afirma que a gestão pedagógica vai além da implementação de currículos, abrangendo a promoção de

métodos de ensino inovadores, o apoio ao desenvolvimento profissional dos educadores e a adaptação contínua às necessidades dos alunos.

Nessa perspectiva, Araújo (2019) define que o papel do coordenador pedagógico evoluiu para um foco mais direcionado à responsabilização pelas políticas educativas e pelos resultados que delas provém. Nesse contexto, é essencial ter um profissional capaz de identificar as necessidades dos professores e colaborar com a busca por soluções que priorizem a qualidade do trabalho educacional. Compreendendo que a aprendizagem dos alunos está intrinsecamente ligada à abordagem do professor, o ato de acompanhar o trabalho docente e desempenhar o papel de elo entre os envolvidos na comunidade educacional tornam-se uma das funções-chave do coordenador pedagógico.

De acordo Araújo (2019), a gestão pedagógica é um instrumento de articulação e coordenação dos processos e das práticas educativas que envolvem todo o corpo docente e discente da escola: gestores, coordenadores pedagógicos, supervisores, professores, dentro da perspectiva coletiva, tendo em vista que possibilita a integração entre o currículo, a metodologia e a avaliação, respeitando a diversidade e a singularidade dos sujeitos educativos.

Em outras palavras, o trabalho da coordenação pedagógica merece destaque, pois permite uma análise cuidadosa sobre “o potencial (trans)formador do cotidiano escolar, ou seja, do valor da experiência do trabalho na escola como mobilizadora do desenvolvimento profissional docente”, de acordo com o destacado por Freitas (2005, p.11).

Alarcão e Roldão (2009) afirmam que para desempenhar esse papel, deve adotar uma abordagem pedagógica que atenda a todos da comunidade escolar. Isso implica ampliar a visão sobre o ensino, encorajando o autoconhecimento e a reflexão sobre as práticas pedagógicas dos professores. Essa abordagem não apenas promove um ambiente de aprendizado mais dinâmico, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento profissional dos educadores e, conseqüentemente, para o aprimoramento do sistema educacional como um todo.

Dessa maneira, para os autores

as novas tendências supervisivas apontam para uma concepção democrática de supervisão e estratégias que valorizam a reflexão, a aprendizagem em colaboração, o desenvolvimento de mecanismos de auto supervisão e autoaprendizagem, a capacidade de gerar, gerir e

partilhar o conhecimento, a assunção da escola como comunidade reflexiva e aprendente, capaz de criar para todos os que nela trabalham (incluindo os que nela estagiam) condições de desenvolvimento e aprendizagem (Alarcão; Roldão, 2009, p. 19).

Sendo assim, a gestão pedagógica é responsável pela coordenação do trabalho pedagógico da escola. Nesse sentido, conforme Pinto (2011), é o eixo norteador das atividades escolares, ou seja, todas as atividades educativas que se realizam dentro da escola.

Relacionando as ações pedagógicas à importância do planejamento, Machado (2014) afirma que deve, então, ser visto como a ferramenta metodológica que oferece o apoio para a definição de objetivos e estratégias da organização e seu desdobramento em metas e planos de ação. Desse modo, a autora afirma que os resultados dos dados provenientes de avaliações em larga escala devem estar contidos no planejamento escolar cotidiano. Assim, é essencial que as estratégias utilizadas para esse fim sejam constantemente revisadas e aprimoradas.

Além disso, Araújo (2019) destaca que a gestão pedagógica perpassa por toda a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, em que a escola se organiza e produz a prática educativa de forma a protagonizar os seus rumos e fazeres pedagógico, tornando-se resultante da colaboração de todos, nos diversos espaços e tempos do ambiente e da convivência escolar. Assim, a gestão pedagógica pode contribuir para a melhoria dos indicadores de aprendizagem ao promover a democratização do processo pedagógico, a participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais.

Freitas (2007), Machado (2012), Lück (2009; 2011), Sousa (2014) e Santos (2017) enfatizam a importância da participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional na interpretação e utilização dos resultados das avaliações externas. Freitas (2007) destaca a importância das intervenções pedagógicas, baseadas em dados concretos, enquanto Machado (2012) ressalta o papel do gestor pedagógico na orientação dos professores para a análise e a utilização dos resultados das avaliações externas.

A realidade da Escola Estadual Zoé Machado apresenta uma lacuna em relação à apropriação dos resultados do Proeb. Percebemos que os gestores pedagógicos da escola precisam proporcionar momentos coletivos de análise dos

resultados, bem como realizar planejamentos de intervenções e práticas pedagógicas mais eficazes para direcionar e superar os desafios identificados nos resultados do Proeb, e promover uma educação de maior qualidade e eficácia na instituição.

Na próxima seção, será apresentado o percurso metodológico de abordagem qualitativa, utilizado para levantar dados e desenvolver a investigação da pesquisa de campo, com o propósito de identificar como tem sido realizado o estudo da interpretação e da apropriação dos resultados das avaliações externas de Língua Portuguesa nas avaliações do Proeb e como esses elementos têm contribuído para o baixo desempenho dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção tem como finalidade esclarecer a trajetória metodológica adotada no desenvolvimento da pesquisa, baseando-se principalmente nos estudos de Ludke e André (1986), Yin (2001) e Minayo, Deslandes e Gomes (2009). A estratégia metodológica escolhida para o estudo de caso desta pesquisa se justifica pelo seu caráter exploratório, descritivo e interpretativo, constituindo-se como um método apropriado.

Yin (2001) ressalta a importância de selecionar a metodologia mais adequada para abordar as questões de pesquisa de forma eficaz e rigorosa, podendo envolver a utilização de métodos qualitativos, quantitativos ou uma combinação de ambos, dependendo da natureza do problema de pesquisa e dos objetivos do estudo.

Assim, esta seção apresenta uma proposta de metodologia para o presente estudo, apontando os atores envolvidos e os instrumentos escolhidos para coleta de dados. Nesse sentido, a metodologia adotada terá como objetivo principal investigar como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa do Simave/Proeb são apropriados, junto ao planejamento pedagógico dos professores do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, para (re)formular ações pedagógicas.

Para a realização do trabalho, foi feita uma pesquisa documental. De acordo com Ludke e André (1986), a pesquisa documental é definida como uma abordagem que utiliza diversos tipos de documentos como fonte de dados, sendo o material escrito frequentemente mais utilizado, abrangendo uma ampla variedade de formatos como leis, regulamentos, diários pessoais, jornais, livros, estatísticas e arquivos

escolares. Essa abordagem é especialmente útil quando há dificuldades de acesso a dados diretamente dos sujeitos, como em estudos históricos, quando os sujeitos já faleceram, ou em situações em que os documentos estão dispersos em várias localizações. A pesquisa documental também é valorizada por permitir cruzar informações dos documentos com dados de entrevistas e observações, enriquecendo a análise do pesquisador.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (Fonseca, 2002, p. 32).

Primeiramente, foi feito um levantamento das informações, incluindo levantamento de dados públicos, contendo informações sobre as avaliações externas no contexto mineiro e brasileiro, leis, decretos, memorandos e ofícios, encontrados em sítios e plataformas eletrônicas oficiais, nacionais e do governo de Minas Gerais. Além disso, foram examinados documentos pertencentes à escola, como livros de atas, PPP e o quadro de pessoal, que apresentam informações relevantes para o levantamento de evidências referente à deficiência na apropriação de dados.

No estudo deste caso, adotamos uma abordagem qualitativa no intuito de levantar dados e desenvolver a investigação, visando identificar como os resultados das avaliações são interpretados e apropriados pelos professores, bem como compreender de que maneira esses elementos têm contribuído para o baixo desempenho dos estudantes.

De acordo Eiterer *et al.* (2010), uma abordagem qualitativa de pesquisa é aquela que se preocupa em conhecer o objeto de estudo em profundidade, interpretando significados, narrando situações e descrevendo processos culturais e institucionais. É adequada para estudar pequenas populações, permitindo uma compreensão mais profunda de grupos ou contextos específicos. Essa abordagem é interpretativa e enfatiza a compreensão do objeto em vez de testar hipóteses, utilizando o ambiente natural como fonte direta de dados, com o pesquisador como o

principal instrumento de investigação, em contraste com situações de pesquisa artificial ou controlada (Eiterer *et al.*, 2010).

A escolha da abordagem qualitativa e do estudo de caso, visa compreender a relação entre a apropriação dos resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa do Simave/Proeb e o planejamento pedagógico dos professores de Língua Portuguesa, do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, de maneira aprofundada e contextualizada. Essa metodologia permite identificar os desafios enfrentados pelos professores e pela gestão da escola, possibilitando melhorias na Educação. Além disso, permite acessar todos os entrevistados dentro de um tempo hábil, já que serão entrevistados um representante da equipe gestora da escola e três supervisoras responsáveis pelo Ensino Médio, além das análises de questionários respondidos, via *Google Forms*, por seis professoras de Língua Portuguesa que atendem os alunos do Ensino Médio.

Quanto à seleção dos instrumentos de pesquisa, decidimos pela utilização de entrevista semiestruturada e pelo questionário, enviado por meio eletrônico. A entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação” (Minayo; Deslandes; Gomes, 2013, p. 64).

Ainda em conformidade com Minayo, Deslandes e Gomes (2013), a entrevista apresenta como finalidade principal obter dados sobre um fenômeno que não está registrado em fontes documentais, mas que reside no conhecimento do entrevistado. Além de coletar informações para a investigação, a entrevista também funciona como um meio de interação entre o entrevistado que é a fonte e o entrevistador que busca as informações: “a entrevista pode ser entendida como uma conversa orientada para um objetivo, sendo esse objetivo estabelecido pelo pesquisador” (Manzini, 2003, p. 13).

A opção por realizar entrevistas semiestruturadas se deu devido à natureza dinâmica das relações educacionais durante as entrevistas, os interlocutores têm a oportunidade de contribuir com perspectivas não previstas, enriquecendo a pesquisa, ao mesmo tempo em que se sentem mais à vontade no processo de interlocução. Nesse caso, aplicar essa abordagem de entrevista com os supervisores pedagógicos tem como intuito obter informações sobre como a escola pesquisada utiliza os resultados das avaliações externas na organização do processo de ensino e

aprendizagem. Esse formato de entrevista facilita o direcionamento da coleta de dados, garantindo que esteja alinhada com os objetivos da pesquisa.

Conforme Ludke e André (1986) explicam, a entrevista é considerada um dos instrumentos fundamentais para a obtenção de dados. Desempenha um papel essencial não apenas em contextos científicos, mas também em diversas outras atividades humanas. Para Ludke e André (1986, p. 34),

a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais.

Assim, Ludke e André (1986) explicam que o tipo de entrevista mais adequado para as atuais pesquisas em Educação é caracterizado por esquemas mais livres e menos estruturados. Isso se deve ao fato de que as informações desejadas, geralmente obtidas de professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais apropriadamente abordadas por meio de um instrumento mais flexível. É importante que o entrevistado esteja bem ciente dos objetivos da entrevista e que as informações fornecidas se destinem exclusivamente à pesquisa, com total respeito ao sigilo em relação aos informantes.

Em relação ao questionário, Lakatos e Marconi (2003) o apresenta o como uma ferramenta de coleta de dados composta por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador. O questionário pode ser definido como um instrumento de coleta de dados composto por perguntas que podem ser fechadas, de múltipla escolha ou abertas, permitindo respostas livres.

De acordo com Oliveira *et al.* (2016), uma das limitações do uso de questionários é a ausência de interação direta com o respondente, o que pode dificultar a interpretação de questões mal compreendidas. No entanto, o autor destaca que o questionário possibilita a obtenção de respostas de forma rápida e precisa, além de proporcionar ao respondente a liberdade de responder de maneira anônima, sem sofrer influência direta do pesquisador.

O questionário em questão foi estruturado com base na Escala de Likert, conforme as contribuições de Dalmoro e Vieira (2008), que descrevem esse modelo como um processo composto por quatro etapas: primeiro, o respondente interpreta o

item; em seguida, recupera pensamentos e sentimentos pertinentes; depois, formula um julgamento com base nesses pensamentos e sentimentos; e, por fim, escolhe uma resposta. Assim, a Escala de Likert é amplamente utilizada em questionários, sendo usada comumente em pesquisas de opinião.

Silva (2014) destaca que, em questionários baseados na Escala de Likert, os participantes registram seu grau de concordância em relação a uma afirmação específica, associada aos construtos de interesse do estudo. Atualmente, essa escala é amplamente utilizada em pesquisas científicas devido à sua praticidade no manuseio das informações e na interpretação dos dados.

Desenvolvida originalmente por Rensis Likert em 1932, a Escala de Likert facilita a expressão do grau de concordância dos respondentes em relação a determinadas afirmações, o que constitui a essência dessa metodologia. Dessa forma, a partir de um construto específico, é possível elaborar um conjunto de afirmações vinculadas à sua definição, para que os participantes indiquem seu nível de concordância.

Ainda segundo Silva (2014), a Escala de Likert geralmente apresenta pontuações que variam entre quatro e dez pontos. No entanto, para o presente estudo, foram utilizadas apenas quatro opções, considerando que essa quantidade é adequada para que os participantes avaliem as alternativas oferecidas e expressem suas opiniões sobre cada afirmação relacionada ao tema.

A escolha de questionários, aplicados por meio do formulário do *Google*, proporciona uma coleta de dados eficiente e sistemática, permitindo que os professores expressem suas percepções de maneira detalhada e, ao mesmo tempo, preservando a confidencialidade de suas respostas. Essa abordagem quanti-qualitativa visa explorar as experiências cotidianas dos docentes, suas expectativas e desafios no ambiente de ensino.

Além disso, a análise quanti-qualitativa dos dados dos questionários possibilita a identificação de tendências e padrões de respostas, por meio do uso de porcentagens, que complementam as interpretações qualitativas. Essa combinação de métodos enriquece a análise ao oferecer uma perspectiva mais ampla e fundamentada, valorizando tanto os relatos individuais quanto o contexto geral, contribuindo para uma compreensão mais completa e estruturada dos resultados da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa representam três grupos fundamentais para o processo de apropriação de dados: equipe gestora, equipe pedagógica e professores regentes de aulas de Língua Portuguesa do Ensino Médio, totalizando 10 colaboradores, sendo um representante da equipe gestora, 3 especialistas em Educação Básica e seis professores de Língua Portuguesa.

Dessa forma, a seção metodológica delineada acima estabelece uma fundação sólida para a condução da pesquisa, considerando cuidadosamente as particularidades do objeto de estudo e visando contribuir de maneira significativa para o campo da avaliação educacional e para o desenvolvimento pedagógico. A escolha criteriosa das estratégias de coleta e análise de dados reflete o compromisso em alcançar resultados de forma relevante para a compreensão do papel dos resultados da avaliação no aprimoramento das práticas pedagógicas no Ensino Médio.

Na próxima subseção, será apresentada a proposta de pesquisa de campo, que consiste no segundo momento da pesquisa, onde serão apresentados os participantes e os instrumentos que nos auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

3.2.1 Descrição do campo da pesquisa

Os aspectos metodológicos da pesquisa incluem a descrição do contexto de estudo, os instrumentos utilizados para coleta de dados, as fontes de informação consultadas e os participantes envolvidos. A pesquisa foi conduzida na Escola Estadual Zoé Machado, da rede pública estadual de Minas Gerais, que serviu como campo de estudo. As informações coletadas serão interpretadas, discutidas e analisadas na próxima seção, com foco nos dados obtidos junto à equipe gestora, à equipe pedagógica e aos professores.

As entrevistas foram realizadas individualmente, de forma presencial e também por vídeoconferência, de acordo os horários previamente definidos pelos sujeitos da pesquisa, conforme a sua disponibilidade. A primeira entrevista foi realizada no dia 28 de setembro de 2024, por videoconferência, e a segunda foi realizada presencialmente, na mesma data. As entrevistas seguintes foram realizadas no dia 01 de outubro de 2024, na própria escola.

Além das entrevistas, também optamos pela aplicação de questionário on-line, que foram encaminhados aos professores regentes de aula que atuam no Ensino

Médio com o componente curricular de Língua Portuguesa, entre os dias 29 de setembro de 2024 a 11 de outubro de 2024. Tais questionários foram concebidos com perguntas e assertivas, em um total de 35 questões. As três últimas perguntas foram abertas, e o respondente pôde expressar a sua opinião sobre as ações realizadas pela escola a partir dos resultados do Proeb, como a gestão escolar tem auxiliado o uso dos resultados das avaliações externas e o que eles acham que pode ser feito para que os professores tenham uma maior habilidade na apropriação e uso dos resultados.

Os roteiros, tanto da entrevista quanto do questionário, foram elaborados com algumas questões semelhantes, visando identificar possíveis divergências nas concepções dos colaboradores em relação às avaliações externas e ao uso dos resultados obtidos. As perguntas desses roteiros estão disponíveis nos Apêndices A e B. A aplicação dos instrumentos de pesquisa ocorreu de forma tranquila, sem qualquer interferência que pudesse comprometer o andamento do processo.

Com base nas respostas obtidas nas entrevistas, nos questionários e na análise documental, buscamos estabelecer uma relação que evidencie aspectos sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas no contexto do planejamento pedagógico. Além disso, pretendemos responder à questão central do estudo: como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa, realizada pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), são apropriados pelos professores do Ensino Médio da Escola Estadual Zoé Machado, entre 2017 e 2023?

Os participantes da pesquisa de campo foram informados dos objetivos da pesquisa por meio de contato telefônico. Após concordarem em participar, foi enviado ao e-mail pessoal dos mesmos o resumo da pesquisa. No momento da entrevista, foram esclarecidos sobre o termo de consentimento, foi colhido a assinatura no documento e foram informados que a entrevista seria gravada para facilitar a transcrição posterior.

Os instrumentos de pesquisa de campo utilizados neste estudo foram respondidos pelos profissionais, conforme a especificação do quadro 9, a seguir. Para a análise das entrevistas, os supervisores serão denominados de Supervisor A (SA), Supervisor B (SB) e Supervisor C (SC), Representante da Equipe Gestora (REG) e os professores serão denominados de P1 a P6, sequência numérica dos questionários, definida pela ordem de preenchimento das respostas. Esse total de colaboradores

corresponde a 100% dos convidados e significa que a amostra é representativa e dá sustentação ao estudo.

Quadro 9 – Descrição e quantitativo de colaboradores da pesquisa de campo

Tipo de Instrumentos	Número de colaboradores	Função do Colaborador	Descrição
Entrevista	1	Supervisor Pedagógico	SA
	1	Supervisor Pedagógico	SB
	1	Supervisor Pedagógico	SC
	1	Representante da Equipe Gestora	REG
Questionário	6	Professor	P1 a P6
Total de profissionais colaboradores	10		

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao analisar o perfil dos professores, verificamos que 1 tem idade entre 25 e 29 anos, 2 tem entre 30 e 39 anos e 3 entre 40 e 49 anos. No quesito tempo de experiência na docência, 33% estão abaixo de 7 anos, 17% entre 8 e 14 anos e 50% têm acima de 15 anos de experiência. Dos 6 respondentes, 33% têm até 5 anos de atuação nessa escola e 67% acima de 5 anos.

A presença de 33% dos professores com menos de sete anos de experiência indica a necessidade de suporte para ajudar esses profissionais a desenvolverem práticas pedagógicas mais consistentes, uma vez que esses números representam os professores que são designados no decorrer do ano. Por outro lado, os 50% de docentes com mais de quinze anos de experiência podem trazer contribuições valiosas com suas práticas já consolidadas, embora possam apresentar maior dificuldade em aceitar mudanças ou inovações. Além disso, o fato de 67% dos professores estarem na escola há mais de cinco anos é um ponto positivo, pois

demonstram familiaridade com o contexto escolar e suas necessidades, o que pode favorecer a implementação de ações formativas de longo prazo.

Quanto aos dados de formação acadêmica, todos os professores possuem habilitação para atuar como professores de Língua Portuguesa, com graduação em Letras, sendo que 1 tem pós-graduação *stricto sensu*.

O SA é formado em Pedagogia e possui pós-graduação *lato sensu*, além de possuir 2 anos de atuação como supervisor pedagógico. Ele está nessa função na escola há 2 anos. O SB também possui formação em Pedagogia e possui pós-graduação *lato sensu*. Tem 8 anos de supervisão e está atuando na escola pesquisada desde o início do ano de 2024. O SC é formado em Pedagogia e possui pós-graduação *lato sensu*. Trabalha há 20 anos na função e é o terceiro ano que atua nessa escola.

A formação acadêmica e a experiência dos colaboradores na área educacional são informações importantes, indicando que a maioria dos professores e supervisores desta escola possui experiência em suas funções. Observa-se que, dos 6 professores, 4 possuem vínculo efetivo com a instituição, um fator positivo que favorece a continuidade da proposta pedagógica. No entanto, isso não elimina as dificuldades encontradas no desenvolvimento dessas práticas.

Outro aspecto importante em relação ao vínculo efetivo é a oportunidade de desenvolvimento profissional por meio de uma formação continuada com a mesma equipe. Quando o professor é designado apenas por um ano, não há garantia de que continuará na escola no ano seguinte, o que limita a continuidade desse processo formativo.

Já em relação aos supervisores pedagógicos entrevistados, apenas 1 deles possui vínculo efetivo na instituição e isso pode comprometer a continuidade das ações pedagógicas devido à falta de estabilidade, que facilita a rotatividade desses profissionais e dificulta a implementação de projetos a longo prazo. Além disso, o vínculo temporário limita o conhecimento aprofundado sobre a realidade da escola, os desafios dos alunos e as necessidades da equipe, dificultando um planejamento pedagógico ajustado ao contexto dos alunos.

Para a análise da pesquisa de campo, os dados serão organizados em três eixos principais, definidos com base em aspectos identificados na análise documental e fundamentados no referencial teórico. O primeiro eixo aborda a compreensão das avaliações externas na prática docente. O segundo eixo aborda a apropriação e

relevância dos resultados das avaliações externas do Simave pelos participantes da pesquisa. O terceiro eixo destaca o papel do gestor escolar na articulação e na aplicação dos dados das avaliações externas, junto ao planejamento das ações pedagógicas. Cada um desses aspectos será detalhado nas seções subsequentes.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nas seções seguintes, as assertivas do questionário e entrevistas foram analisadas por grupos categóricos, com base nas abordagens fundamentadas nos pressupostos teóricos previamente apresentados.

Assim, para facilitar a visualização e interpretação dos resultados obtidos com o questionário e entrevistas aplicados aos professores e especialistas, optou-se pela construção de tabelas organizadas de acordo com os diferentes enfoques abordados: I- Entendimento sobre as avaliações externas do Simave; II- Relevância e Apropriação dos Resultados das Avaliações Externas/Simave; e o III- O papel do gestor escolar na articulação e aplicação dos dados das avaliações externas junto ao planejamento das ações pedagógicas. O índice de concordância e o total de respostas para cada um desses pontos serão apresentados nas seções que se seguem.

3.3.1 Análise dos dados do questionário

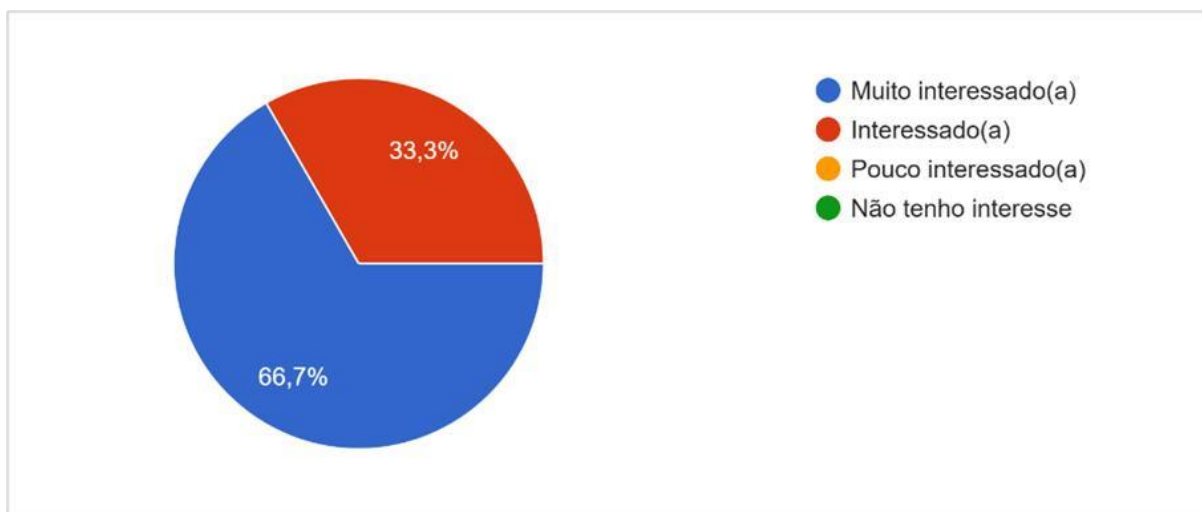
Espera-se que, ao ingressar em qualquer instituição, o profissional tenha conhecimento dos objetivos a serem alcançados por meio de sua colaboração com a equipe. No contexto da educação pública, a qualidade do ensino é acompanhada por meio de avaliações externas, sendo essencial que os servidores compreendam esses elementos e os utilizem como ferramentas fundamentais para orientar a elaboração do currículo e analisar, de forma reflexiva, as práticas pedagógicas.

Fischer (2010) destaca que as avaliações externas fornecem informações valiosas para reduzir as dificuldades enfrentadas pelas escolas. No entanto, a pressão por resultados pode, em alguns casos, levar a uma fragmentação nas práticas pedagógicas e nas dinâmicas de ensino e aprendizagem. Para que essas avaliações não se tornem apenas instrumentos de validação das decisões, é essencial que

promovam uma integração consciente dos diversos segmentos da comunidade escolar, engajando-os na compreensão da realidade e no compromisso com sua transformação. Nesse contexto, avaliar a apropriação dos resultados das avaliações externas é fundamental, observando como essa prática tem sido realizada e como se relaciona com as atividades pedagógicas desenvolvidas na escola Zoé Machado.

Nesse sentido, é fundamental compreender o interesse e a disposição dos profissionais da educação em aprimorar seus conhecimentos sobre as avaliações externas, como o Simave/Proeb, por meio de formações específicas. Para ilustrar essa análise, o gráfico a seguir apresenta o grau de interesse demonstrado pelos professores em participar de formações sobre o tema.

Gráfico 1 - Interesse por formações sobre avaliações externas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observa-se que há uma unanimidade em relação aos respondentes, demonstrando interesse em aprimorar seus conhecimentos nessa área. Assim, 66,7% demonstram muito interesse e 33,3% estão interessados. Essa autodeclaração reflete uma resposta positiva quanto à relevância dessas formações para a prática docente, demonstrando a compreensão de sua importância, apesar de não ser possível verificar se essa declaração se converte em participação nas formações.

Nessa perspectiva, buscamos investigar a concepção dos docentes de Língua Portuguesa da escola sobre as avaliações externas, assim como a importância dispensada a essas avaliações da Educação Básica. Analisaremos, neste primeiro momento, a tabela 7.

Tabela 7 - Percepção quanto aos elementos que integram as avaliações externas

Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
10- Consigo diferenciar avaliações externas de internas.	6	0	0	0
11- Conheço a política pública, o programa e os processos das avaliações externas realizadas pelo Simave/Proeb.	4	1	1	0
12- Sei diferenciar a matriz curricular da matriz de referência.	5	1	0	0
13- Tenho dificuldade em associar as habilidades da matriz de referência aos conteúdos a serem trabalhados.	0	2	1	3
14- Compreendo o significado de proficiência média alcançada pela escola.	5	1	0	0
15- Tenho compreensão sobre o que são os padrões de desempenho.	5	0	1	0

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise dos dados da tabela 7 revela um consenso positivo acerca da capacidade dos professores em diferenciar avaliações externas de internas, de conhecer as políticas públicas e processos do Simave/Proeb, e distinguir matrizes curriculares da matriz de referência, sendo que apenas um participante concorda pouco na distinção entre matriz curricular e matriz de referência. Isso mostra que os professores estão bem-informados e entendem o propósito e a estrutura das avaliações que participam. Burgos (2020) destaca que a avaliação externa tem se transformado de uma ferramenta gerencial para uma linguagem integrada ao cotidiano escolar, mediando práticas pedagógicas e decisões estratégicas.

Nas assertivas de 10 a 12, destaca-se que a maioria dos professores que responderam ao questionário concordam com tais afirmações. Isso indica que os

professores de Língua Portuguesa autodeclararam ter uma boa compreensão dos principais aspectos das avaliações externas, o que pode facilitar a aceitação da aplicação de intervenções educacionais direcionadas aos resultados dessas avaliações. Apenas um participante discorda pouco em conhecer a política pública, o que torna necessário trabalhar essa temática das políticas públicas com os professores que conhece pouco sobre o assunto.

Nesse contexto, Burgos, Santos e Ferreira (2012) defendem que conhecer as políticas públicas é importante para o engajamento do processo de entendimento das avaliações externas, para melhorar a Educação e promover a equidade. Em outro momento, Burgos (2020) menciona que a linguagem da avaliação passou a fazer parte da cultura profissional, e que isso implica uma nova forma de encarar o processo educacional, em que as evidências são fundamentais para redefinir as relações entre desempenho estudantil e trabalho escolar.

No entanto, o item 13 mostra uma divisão mais equilibrada de opiniões, com 2 professores concordando pouco, 1 discordando pouco e 3 discordando sobre ter dificuldades em associar habilidades da matriz de referência aos conteúdos trabalhados. Isso sugere que, embora haja um entendimento geral sobre a estrutura das avaliações externas, a aplicação prática desse entendimento em termos de planejamento pedagógico não é consistente para todos os professores. Essa variação aponta para a necessidade de intervenções formativas com os profissionais para alinhar práticas pedagógicas.

Nos itens 14 e 15, observamos que a maioria dos professores compreende o significado de conceitos-chave, como proficiência média alcançada pela escola e padrões de desempenho. Dos seis professores que responderam ao questionário, cinco concordam que compreendem esses conceitos e apenas um discorda pouco sobre essas assertivas. A compreensão desses conceitos se torna importante para interpretar os dados das avaliações externas de maneira eficaz e usar essa informação para guiar decisões pedagógicas e estratégicas dentro da escola.

Tabela 8 - Relevância e apropriação dos resultados das avaliações externas/Simave

Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
17- Os resultados do Simave são mais significativos para os professores cujos anos de escolaridade são avaliados.	2	1	1	2
18- Há uma pressão maior sobre os professores das disciplinas avaliadas nos resultados do Simave/Proeb.	5	0	0	1
19- Considero que TODOS os professores dos componentes curriculares se preocupam com os resultados do Simave/Proeb.	2	2	0	2
20- Os resultados do Simave/Proeb são discutidos entre os professores, inclusive envolvendo os responsáveis por disciplinas não avaliadas.	3	3	0	0
26- Todos os professores participam do processo de interpretação dos resultados das avaliações externas.	3	0	2	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação à assertiva 17, as opiniões divergentes revelam que os professores pesquisados visualizam que os demais professores de séries não avaliadas podem não perceber o impacto imediato em suas práticas ou responsabilidades, não se sentindo igualmente envolvidos com esses resultados.

Quanto à assertiva 18, a respeito de uma possível pressão sobre professores das disciplinas avaliadas, 5 professores concordam que há maior pressão sobre docentes das disciplinas avaliadas (Língua Portuguesa e Matemática), enquanto 1 discorda. Isso indica que a pressão exercida, seja institucional ou implícita, está bem reconhecida pelos professores. Essa percepção pode gerar tensões no ambiente escolar onde os professores dos componentes curriculares avaliados se sintam mais responsabilizados pelos resultados dos alunos, mas também destaca a importância

de uma abordagem colaborativa para que outros docentes compartilhem o comprometimento pelos resultados.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) defendem a ideia de que as avaliações em larga escala deveriam considerar outras disciplinas, além de Língua Portuguesa e Matemática. Eles mencionam que a definição de padrões de proficiência pode levar a um "empobrecimento curricular", em que as redes de ensino se concentram apenas no que é cobrado nas avaliações, negligenciando outros conteúdos fundamentais para a Educação Básica. Os autores reconhecem a importância de uma abordagem mais abrangente nas avaliações, de forma que inclua diversas disciplinas para garantir uma educação mais completa e equilibrada.

A assertiva 19, que retrata a preocupação de todos os professores com os resultados do Simave/Proeb, mostra que 2 participantes concordam, 2 concordam pouco e 2 discordam, apresentando divergências significativas. Na mesma linha de pensamento, na assertiva 20, três respondentes concordam sobre a discussão dos resultados envolvendo todos os professores e 3 respondentes concordam pouco que os resultados são discutidos com a participação de docentes de disciplinas não avaliadas.

Na assertiva 26, a maioria dos respondentes (3) concorda, 2 discordam pouco e 1 discorda. Nas assertivas 18, 19 e 20, a maioria considera que todos os docentes discutem sobre os resultados do Simave/Proeb, preocupam-se com os resultados e participam do processo de interpretação, porém é perceptível que 5 respostas dos participantes reconhecem a falta de engajamento coletivo.

A responsabilidade coletiva acontece quando os professores são motivados a interpretar e aplicar os resultados de avaliações, criando um ambiente de cooperação e melhoria constante. Burgos (2020) argumenta que em sistemas centralizados, essa responsabilidade é minimizada, pois o enfoque está mais na conformidade do que no impacto real das ações dos professores. Por outro lado, o desenvolvimento da responsabilidade mútua dos professores se daria a partir da valorização da categoria profissional, bem como da sua articulação com a comunidade.

Os resultados indicam que os participantes da pesquisa compartilham a percepção de que as avaliações do Simave/Proeb possibilitam a elaboração de ações estratégicas integradas, envolvendo tanto a equipe gestora quanto o corpo docente, apontando para a necessidade de fortalecer as discussões relacionadas aos dados

dessas avaliações, ressaltando a importância de utilizá-los como base para a prática pedagógica.

Tabela 9 - Análise e uso dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb

Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
21- Utilizo os resultados das avaliações externas como uma forma de diagnóstico do desempenho dos alunos.	4	1	1	0
22- Eu analiso os resultados do Simave/Proeb e os utilizo para (re)pensar o planejamento e modificar as estratégias de ensino para minhas aulas.	4	1	1	0

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na assertiva 21, observamos que as respostas de 4 participantes é concordam, 1 concorda pouco e 1 discorda pouco. Em relação à assertiva 22, sobre a utilização dos resultados no planejamento e estratégias de ensino, 4 respondentes concordam, 1 concorda pouco e 1 discorda pouco. Embora a maioria reconheça o uso dos resultados no (re)planejamento, percebemos nas respostas que nem todos os professores veem uma relação direta entre os dados e a prática em sala de aula. Isso revela que nem todos os docentes utilizam plenamente os dados para diagnóstico, evidenciando uma lacuna que pode ser melhorada por meio de formação e de capacitações, voltadas ao uso prático dos resultados.

Tabela 10 - Acesso e entendimento dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb

Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
23- Considero os resultados das avaliações externas de fácil entendimento.	4	2	0	0
24- A partir dos resultados, consigo identificar as habilidades que os alunos ainda não consolidaram.	6	0	0	0
28- Os resultados obtidos pela escola são compreendidos por todos os professores.	4	1	1	0
29- Não tenho acesso aos resultados das avaliações externas da escola.	0	0	0	6
30- Faço uso de todas as ferramentas disponíveis para acessar os resultados das avaliações do Proeb.	5	1	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação à assertiva 23, dos professores respondentes, 4 concordam e 2 concordam pouco. Percebemos que não há uma definição clara em relação a esse resultado, indicando que alguns docentes pesquisados enfrentam dificuldades em interpretar os dados.

Sobre a assertiva 24, os 6 professores respondentes concordam que os resultados ajudam a identificar habilidades não consolidadas. Esse é um ponto positivo, pois demonstra que os resultados são usados como um indicador pedagógico e que todos os participantes da pesquisa afirmam ser capazes de identificar, a partir dos resultados do Simave/Proeb, quais habilidades os alunos não desenvolveram de maneira satisfatória. Essa informação é importante, pois entender quais competências os alunos assimilaram ao longo do processo de aprendizagem é essencial para avaliar as práticas pedagógicas e elaborar planos de trabalho, mas é importante lembrar que esse é um posicionamento dos professores das disciplinas avaliadas.

Dando continuidade ao raciocínio, por meio da assertiva 28, apenas 4 respondentes concordam, 1 concorda pouco com a afirmativa e 1 discordam pouco, evidenciando um ponto positivo na percepção dos respondentes entre aqueles que entendem os resultados, pois apenas 1 respondente discorda pouco.

Burgos (2020) menciona que a apropriação dos resultados das avaliações externas exige uma capacitação contínua dos atores escolares e que a forma como esses resultados são divulgados pode impactar diretamente a sua utilização nas práticas pedagógicas. Isso sugere que a clareza e a acessibilidade aos resultados são fundamentais para que possam ser utilizados de maneira eficaz

Quanto ao acesso aos resultados, citados na assertiva 29, todos os professores respondentes confirmaram ter acesso aos resultados, o que é um aspecto positivo e indica transparência no processo. Já em relação à assertiva 30, dos professores respondentes, 5 concordam e 1 concorda pouco, revelando que as ferramentas disponíveis são acessíveis.

Tabela 11 - Ações da equipe gestora e pedagógica sobre apropriação dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb

Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
25- A equipe gestora/pedagógica apresenta dificuldade em promover oficinas para a interpretação dos resultados das avaliações externas.	1	1	2	2
27- A análise e a apropriação dos resultados dos Simave/Proeb pelos professores, especialistas e direção tem contribuído para melhorar o desempenho dos estudantes.	4	1	1	0

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na tabela 11, na assertiva 25 sobre a dificuldade da equipe pedagógica em promover oficinas, 1 professor respondente concorda, 1 concorda pouco, 2 discordam

pouco e 2 discordam. Isso reflete uma prática que precisa ser estruturada por parte da gestão, ressaltando a importância de garantir a acessibilidade e eficácia dessas formações. Conectando a importância das avaliações como ferramentas estratégicas para a gestão educacional, Burgos, Santos e Ferreira (2012, p. 28) destacam que

a produção de informações capazes de fomentar relações significativas entre unidades escolares e órgãos centrais das secretarias, bem como a iniciativa de melhoria dos processos educacionais dentro das escolas, transformou as avaliações em larga escala em uma questão estratégica dos estados democráticos, como forma de conhecer melhor a dinâmica dos processos e resultados dos sistemas educacionais.

É preciso mais envolvimento e engajamento da equipe pedagógica junto aos professores, proporcionando momentos de trabalho colaborativo e interdisciplinar para uma apropriação efetiva dos dados.

Em relação à assertiva 27, 4 professores concordam, apenas 1 respondente concorda pouco e 1 discorda pouco. Isso mostra uma percepção predominantemente positiva sobre a contribuição da análise dos resultados para o desempenho estudantil, embora nem todos observem esse impacto diretamente. As respostas indicam que não há uma concordância plena com a assertiva, provocando uma reflexão sobre a importância de fortalecer a discussão sobre os debates acerca dos dados das avaliações do Simave/Proeb, levando em conta o compromisso de usar esses dados como subsídios para a prática pedagógica.

Burgos (2020) relata que a valorização da apropriação da linguagem técnica das avaliações externas redefine a relação entre os profissionais da educação e os resultados, indicando que, quando bem compreendidos, esses resultados podem ser utilizados como ferramentas para melhorar a qualidade do ensino. Ainda de acordo com o autor, essa compreensão pode ser adquirida por meio de uma contínua capacitação dos atores escolares.

Tabela 12 - Conscientização e apresentação dos dados dos resultados das avaliações externas Simave/Proeb aos pais e alunos

Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
31- Os resultados da avaliação do Simave/Proeb são apresentados aos pais em reuniões.	2	3	0	1
32- A escola conscientiza os estudantes sobre a responsabilidade e o compromisso de participar da avaliação externa para mensurar a qualidade da educação como retorno ao investimento em políticas públicas.	2	4	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Sobre a assertiva 31, dos professores respondentes, 2 concordam e 3 concordam pouco que os resultados das avaliações são apresentados aos pais durante reuniões, enquanto 1 discorda. Esses dados sugerem que, embora exista alguma iniciativa de compartilhamento dos resultados das avaliações externas com as famílias, não serem apresentados detalhadamente pode indicar uma superficialidade, não sendo plenamente reconhecida pelos professores como consistente. A predominância de respostas indicando concordância parcial aponta para a necessidade de aprofundar a abordagem, garantindo que essa comunicação seja mais clara, detalhada e significativa para a comunidade escolar.

Essas divergências revelam uma necessidade de avaliar como essas reuniões estão sendo conduzidas e se estão alcançando os pais de forma clara e acessível. Além disso, pode ser oportuno verificar se essas apresentações permitem que os pais compreendam o impacto dos resultados no contexto escolar e participem mais ativamente do processo educacional.

Na assertiva 32, em relação aos respondentes, 4 concordam pouco que a escola conscientiza os estudantes sobre a importância das avaliações externas, enquanto 2 concordam. Esse resultado indica que todos concordam em algum grau que a escola conscientiza os alunos e familiares sobre a relevância de sua

participação nas avaliações do Simave/Proeb como um mecanismo para medir a qualidade da educação.

Segundo Burgos (2020), a apropriação dos resultados das avaliações externas requer uma comunicação eficaz com todos os atores da comunidade escolar para que se compreenda não apenas os dados em si, mas também seu papel como ferramenta de transformação educacional.

Quadro 10 - Respostas das entrevistadas sobre ações que incentivam a participação dos alunos nas avaliações externas do Proeb

33- A escola adota ações que incentivam a participação dos alunos nas avaliações externas do Proeb? Se a resposta for positiva, descreva essas ações.	
Entrevistados	Fala dos entrevistados
P1	Sim, com palestra.
P2	Sim, palestras, dinâmicas, projetos de leitura.
P3	Premiação/nota avaliativa nas disciplinas
P4	Sim, explicando a importância e comunicando aos pais e alunos as datas para evitar possíveis faltas, incentivo com premiação, tanto de participação como de resultados.
P5	Em partes. Vejo que os anos iniciais do Ensino Fundamental são oferecidos brindes. Nos anos finais do Ensino Fundamental e médio, há conversas e pontuação.
P6	Sim. Houve o acolhimento dos alunos, incentivo por meio de palestras, vídeos e brindes.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os relatos mostram que a escola trabalha para incentivar os alunos na participação das avaliações externas. Especificamente no Ensino Médio, dando ênfase em conversas sobre o tema e oferecendo incentivos, como pontuação extra nas disciplinas. Tais medidas são atrativas para os alunos.

Burgos (2020) destaca que a linguagem da avaliação deve ser integrada ao cotidiano escolar para criar um senso comum de corresponsabilidade. Assim, “a avaliação externa estaria deixando, gradualmente, de ser operacionalizada por meio

de uma linguagem sistêmica, e passando a fazer parte de um renovado senso comum escolar, aproximando-se, por essa via, do agir comunicativo” (Burgos, 2020, p. 1084).

Quadro 11 - Respostas das entrevistadas sobre como a escola utiliza os dados do Simave/Proeb para a melhoria da prática do ensino-aprendizagem dos alunos

34- Como a escola utiliza os dados do Proeb (3º ano do Ensino Médio de Língua Portuguesa) para a melhoria da prática de ensino-aprendizagem dos alunos?	
Entrevistados	Fala dos entrevistados
P1	Incentivando sempre.
P2	Buscando avaliar as principais dificuldades dos alunos e criando metodologias que possam atender a dificuldade apresentada. Incentivando a prática de leitura de gêneros textuais diferentes e participação de projetos de leitura.
P3	Para busca de aperfeiçoar a prática, com atividades diferenciadas, com direcionamento melhor ao que está falho.
P4	Buscando estratégias para neutralizar as dificuldades dos alunos.
P5	A escola apresenta os dados e orienta os professores a realizarem um plano de intervenção pedagógica.
P6	Ainda há necessidade da intensificação de ações com base nesses dados. É preciso maior engajamento do serviço pedagógico com a gestão nesse aspecto.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As falas dos entrevistados revelam um esforço conjunto, embora algumas lacunas sejam pontuadas no processo de apropriação e uso desses dados.

A resposta do P2, que menciona "avaliar as principais dificuldades dos alunos e criar metodologias que atendam essas dificuldades", reflete essa integração da avaliação como uma linguagem prática. Segundo Burgos (2020), a avaliação externa, ao ser incorporada ao cotidiano escolar, transforma-se em uma linguagem que orienta a prática pedagógica e promove uma racionalidade comunicativa entre os atores escolares.

A fala do P6, que menciona "ainda há necessidade da intensificação de ações com base nesses dados", apresenta um desafio comum apontado por Burgos (2020) e Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) sobre a dificuldade de transformar dados em práticas eficazes, especialmente quando falta uma coordenação efetiva entre a gestão e o corpo docente.

Quadro 12 - Respostas das entrevistadas sobre o que pode ser feito para que os professores tenham uma maior habilidade em se apropriar e usar os resultados das avaliações externas do Proeb

35- O que você acha que pode ser feito pela escola para que os professores tenham uma maior habilidade em se apropriar e usar os resultados das avaliações externas do Proeb?	
Entrevistados	Fala dos entrevistados
P1	Por meio de incentivo.
P2	Utilizar a tecnologia para conhecimento dos gêneros textuais, como filme, documentário, jogos. Partindo de uma melhor preparação dos professores, através de cursos, por exemplo.
P3	Capacitação frequentemente com auxílio de resultados na prática.
P4	Melhores condições de trabalho, salas com uma menor quantidade de alunos, proibição do uso de celular pelos alunos em sala de aula.
P5	É necessária a capacitação dos professores.
P6	Proporcionar mais momentos de reflexão voltados para avaliação externa.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As falas destacam a importância de capacitações, condições de trabalho adequadas e momentos de reflexão, evidenciando a necessidade de um planejamento institucional que dê suporte a esses elementos. Burgos (2020) enfatiza que o investimento em formação continuada tem produzido resultados interessantes, como a responsabilização dos atores escolar.

Criar espaços e utilizar os horários específicos de Módulo II para debates entre professores e proporcionar momentos de formação sobre os resultados do Proeb podem promover o engajamento entre os sujeitos da educação.

Na próxima subseção, serão apresentados os estudos das entrevistas para dar continuidade ao processo de análise do caso em questão: como os resultados da avaliação educacional de Língua Portuguesa, realizada pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) são apropriados pelos professores do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, entre 2017 e 2023?

3.3.2 Análise dos Dados das Entrevistas

Nesta seção será apresentada a análise dos dados referente às entrevistas realizadas com integrantes das equipes gestora e pedagógica da Escola Estadual Zoé Machado. Foram entrevistados um representante da equipe gestora e três Especialistas em Educação Básica que atendem no Ensino Médio.

No intuito de conduzir melhor a análise das respostas obtidas durante as entrevistas, organizamos o material em três partes. Inicialmente, trouxemos as questões sobre: I- Entendimento sobre as avaliações externas do Simave; II- Relevância e apropriação dos resultados das avaliações externas/Simave; e III- O papel do gestor escolar na articulação e na aplicação dos dados das avaliações externas junto ao planejamento das ações pedagógicas. No quadro 13, observamos as respostas dos sujeitos entrevistados no que se refere à relevância das avaliações externas para a prática como supervisor pedagógico na escola objeto de pesquisa.

Quadro 13 – Recorte das entrevistas: questão 1

(continua)

1- Enquanto supervisor pedagógico, as avaliações externas são consideradas relevantes para sua prática? Descreva.	
Entrevistados	Fala dos entrevistados
SA	Sinceramente, mais não do que sim. Porque assim, às vezes, igual os alunos falam que não caiu isso, aí eu não sei se a ordem do nosso plano de curso que não está contemplando a ordem do que eles pedem, do que eles avaliam isso porque o plano de curso deles é nacional e nós seguimos o de Minas né, algumas avaliações por exemplo não batem. Essa por exemplo, essas de

(conclusão)

1 Enquanto supervisor pedagógico, as avaliações externas são consideradas relevantes para sua prática? Descreva.

Entrevistados	Fala dos entrevistados
SA	Minas caem assim a do Proeb cai sim, porém o resultado demora tanto para sair que quando sai fica até difícil fazer é a intervenção legal para ela. De certa forma ela é relevante sim porque dá para saber como que está o desempenho da escola, considerando a margem de erro e nós temos um problema com Ensino Médio que eles não são interessados em fazer essas avaliações externas e isso influencia.
SB	Sim é de grande relevância, inclusive, uma grande dificuldade do professor conhecer mais sobre a necessidade, sobre o que realmente, qual era o objetivo é dessas avaliações. Até então, nós, pelo menos aquele grupo ali, não tinha esse esclarecimento e assim as dúvidas eram muitas: para quê, porque, qual objetivo.
SC	É, olhando por esse lado sim. Quando a gente tá fazendo aplicação na elaboração de toda articulação sim, somente quando vem os resultados que a gente fica um pouco frustrados porque a devolutiva não é a mesma principalmente com a participação dos alunos que a gente tem toda essa preocupação e a gente vê que o aluno ainda não tem tanta responsabilidade para estar realizando essas avaliações e assim a gente não obtendo o real, o objetivo que a gente quer, que é o foco principal que é aprendizagem do aluno, o desenvolvimento das habilidades
REG	Muito relevantes, tanto as internas quanto as externas né... as externas elas nos dão um parâmetro assim... de nível, em termos de rede, em termos de superintendência, é para o professor nortear o planejamento dele também se está de acordo ou não... e o resultado serve de parâmetro para essa avaliação.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observamos que, de modo geral, os entrevistados reconhecem a importância das avaliações externas como um meio de identificação dos parâmetros educacionais e o nível de aprendizagem dos alunos.

O entrevistado SA reconhece a relevância das avaliações externas, mas acaba destacando que há uma demora nos resultados, o que dificulta intervenções efetivas. Apesar dessas dificuldades, admite a utilidade das avaliações para entender o desempenho geral da escola, ilustrando a dualidade entre a aplicação teórica e os obstáculos práticos na gestão educacional. Esse desafio também é apresentado por Boudett *et al.* (2020) ao apontarem a importância de respostas ágeis, baseadas em dados para melhorar práticas pedagógicas.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) também comungam da mesma ideia, que as avaliações externas enfrentam desafios em sua implementação, especialmente quando os resultados demoram a ser devolvidos, comprometendo sua utilidade como instrumento de intervenção imediata.

É importante observar que apesar de muitos pesquisadores se dedicarem ao estudo das avaliações de sistema e aos problemas delas decorrentes, estas reflexões parecem ter pouco impacto entre os gestores das políticas, visto que a incorporação da crítica e uso dos conhecimentos elaborados para a reorientação das avaliações parece estar fora do rol de intenções dos técnicos responsáveis pelo gerenciamento das avaliações (Bauer; Alavarse; Oliveira, 2015, p. 1378).

A demora do resultado das avaliações externas acaba comprometendo a função dos instrumentos de intervenção. Essa desarticulação entre a pesquisa e a prática também implica a lentidão na devolutiva, que pode afetar a capacidade de ação imediata dos gestores. Corroborando com essa ideia, SB e SC, juntamente com REG, reconhecem a importância das avaliações para orientar as práticas educacionais, apesar das frustrações com a demora e a precisão dos feedbacks.

Essas preocupações são convergentes com as ideias de Lück (2009), que discute a essencialidade da clareza e da relevância das avaliações para que professores e gestores possam efetivamente alinhar seus métodos e objetivos pedagógicos com as exigências curriculares. A ênfase na necessidade de resultados prontos e precisos para uma implementação eficaz reforça a teoria de que avaliações bem administradas são fundamentais para o avanço e a adaptação das práticas educativas ao contexto e às necessidades dos alunos.

A partir desse contexto, o quadro 14 apresenta como os supervisores pedagógicos analisam os resultados obtidos pela escola com o intuito de embasar suas práticas educativas.

Quadro 14 - Recortes das entrevistas: questão 3

(continua)

3- Como você analisa os resultados obtidos por esta escola e de que forma essa informação pode embasar suas práticas pedagógicas?	
Entrevistados	Fala dos entrevistados
SA	Primeiramente nós temos que trabalhar a cabeça dos alunos... conscientizar, mas assim buscar uma forma de conscientizar porque só falar... falar com eles não está funcionando. É um desafio, é um desafio grande que nós temos. Você pensa que é necessária uma outra forma de conscientizar? Sim, repensar, um outro jeito, só que assim, alguns dados nós vemos que são reais, por exemplo Matemática, em Matemática na área de exatas eles estão com aprendizado bem abaixo dos outros, não está bom a Língua Portuguesa não está boa a área de Humanas, mas a área de exatas está pior.
SB	Então a cada resultado que vem, e quando nós nos reunimos para avaliar ali os resultados é... para os alunos da zona rural, para os alunos nossos alunos aqui, é... não são bons, não são bons... eu falo que eles estão no caminho, porque o fato deles estarem sendo submetido essas provas, conhecendo esse mundo é... o campo aí de avaliação, é... o mundo das provas... então já faz facilita a vida pós a área de estudo, tempo de estudo deles aqui. Então assim, é relevante, é importante, os resultados não são excelentes, mas eu acredito assim, que nós estamos é no caminho. Não são bons, nem excelente, nós somos assim, é... medianos, posso colocar assim.
SC	A análise que eu faço é... na devolutiva dessa análise é... porque nem sempre são verdadeiros. Eu acredito que poderia ser bem melhor se a participação dos alunos fosse mais sincera, se

(conclusão)

3 Como você analisa os resultados obtidos por esta escola e de que forma essa informação pode embasar suas práticas pedagógicas?	
Entrevistados	Fala dos entrevistados
SC	realmente o aluno, ele fosse sincero na resolução dessas questões, porque eles levam muito pelo lado é... “de não estar nem aí” de não focar naquilo ali e fazer por fazer. Então isso acaba atrapalhando nesta análise depois, que é o que nós estamos sofrendo e ainda vem toda a cobrança lá de cima, da Secretaria de Educação e aí é essa dificuldade que nós temos: que analisamos não o real em si.
REG	Nós conseguimos entender que ainda precisamos trabalhar muito no trabalho coletivo, é... um planejamento mais sólido, ainda parte muito no planejamento individual. Alguns componentes que conseguem trabalhar em conjunto eles têm obtido um êxito melhor, sabe. A área de Linguagens é um diferencial, que consegue, os anos iniciais então, conseguem ter um destaque né. Elas trabalham muito em conjunto, as vezes é o mesmo professor por dois ou três anos daquele mesmo aluno. Nós percebemos que influencia no resultado. Um pouco diferente das áreas das exatas, é um público que eles já são, eles já têm um perfil mais individual, eles não trabalham tanto no coletivo, nos projetos, no planejamento, tem este diferencial. Então eu penso que já influencia.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Notamos que o REG e o SA destacam a necessidade de repensar as estratégias de conscientização e de engajamento dos alunos, enfatizando que é necessário repensar novas formas de envolver e comprometer os alunos na resolução dessas avaliações externas. Eles destacam que a mera transmissão de conteúdo não é suficiente para melhorar o desempenho em Matemática e outras áreas. Este ponto de vista está em consonância com os autores Lück (2009) e Boudett *et al.* (2020), que argumentam que a apropriação efetiva dos resultados das avaliações externas deve ser integrada a uma prática pedagógica reflexiva e adaptativa, sugerindo que a gestão

pedagógica deve ir além da análise superficial dos dados e envolver uma compreensão profunda das necessidades específicas dos alunos, levando a uma abordagem mais personalizada e eficaz no planejamento pedagógico.

O SB aponta a relevância dos resultados das avaliações para entender o progresso dos alunos, mesmo que estes não sejam excepcionais. Ele percebe que o simples fato de os alunos estarem expostos a avaliações regulares prepara-os para desafios futuros, ressaltando a importância do processo em si, além dos resultados.

Esta perspectiva é reforçada por Soligo (2010) e Santos (2017) que discutem como a constante avaliação pode criar um ambiente de aprendizado mais responsivo e informado, promovendo uma cultura de melhoria contínua, que é essencial para o desenvolvimento educacional.

Por outro lado, o SC destaca a importância de os alunos serem sinceros ao responder essas avaliações, pois muitos deles respondem por responder, não mostrando responsabilidade com o processo, o que acaba comprometendo os resultados e, em consequência, a análise dos mesmos.

Nessa perspectiva, o quadro 15 analisa, sob a ótica dos supervisores e diretor, se os resultados do Simave são mais relevantes para os professores dos anos de escolaridade que são avaliados.

Quadro 15 - Recortes das entrevistas: questão 5

(continua)

5- Na sua opinião, os resultados do Simave são mais relevantes para professores de determinados anos de escolaridade em comparação a outros? Por que acha isso?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	A relevância maior é para de português e matemática porém uso das outras áreas também pode trabalhar de forma interdisciplinar pode corrigir um erro ortográfico, pode corrigir uma leitura, “você tem que melhorar essa leitura aí”, vai trabalhar um texto por exemplo de Geografia pede mal aluno para ler um trecho isso é trabalhar é responsabilidade de todos, mas na verdade a responsabilidade, o peso maior é em cima de Língua Portuguesa e Matemática e se o resultado for bom, o mérito vai para ele e se

(continuação)

5- Na sua opinião, os resultados do Simave são mais relevantes para professores de determinados anos de escolaridade em comparação a outros? Por que acha isso?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	o resultado for muito ruim também a culpa recai em cima desses professores não que não que seja mais importante, mas é mais relevante acaba sendo mais relevante.
SB	Então, eu não vejo assim não, na minha visão aqui ele é relevante desde o primeiro ano lá da do Ensino Fundamental, até o terceiro ano do Ensino Médio, é importante sim. Então acho que é importante porque o aluno já sendo direcionado para a vida, está sendo direcionado assim, que ele vai acontecer, que isso é importante, esse método de avaliação vai acontecer em todas as etapas. Esse método de avaliação vai acompanhar para a vida inteira. Então eu vejo que é importante estar envolvido nessa temática de avaliação, de prova.
SC	Sim, favorece na maioria das vezes para Português e Matemática. Acredito ser relevantes para todos. E se todos tivessem esse engajamento o resultado seria bem melhor.
REG	Eu entendo até hoje, eu acredito que é uma visão geral, a grande maioria dos professores dos anos iniciais, eles se apropriam mais dos resultados como o resultado deles do que os demais. Os demais sempre associam pela rotatividade de professores também, que esse resultado não é de responsabilidade dele também, que ele não tem essa sensação de pertencimento. Ele entende que é um processo, mas ele não está tão responsável dentro do processo por aquele resultado. Eu vejo que os outros não entendem que eles devem trabalhar essa área, assim a avaliação avalia outros pontos, mas o peso realmente tem sido mais para Língua Portuguesa e Matemática.

(conclusão)

5- Na sua opinião, os resultados do Simave são mais relevantes para professores de determinados anos de escolaridade em comparação a outros? Por que acha isso?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
REG	É associado até pela nomenclatura né... se viesse assim, uma outra nomenclatura para avaliação que não fosse Língua Portuguesa e Matemática, talvez ele não se sentisse tão responsabilizado.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As percepções dos entrevistados em relação à relevância dos resultados do Simave para professores de diferentes anos de escolaridade e disciplinas são bem convergentes. O SA destaca a importância predominante de Português e Matemática, enfatizando que os professores dessas áreas enfrentam maior pressão, tanto nos sucessos quanto nos fracassos. Ele propõe que o envolvimento de outras disciplinas de forma interdisciplinar poderia enriquecer a compreensão e a aplicação dos resultados, essa é uma ideia que se alinha com as recomendações de Lück (2009) sobre a importância de uma abordagem colaborativa na análise de dados de avaliações, defendendo que os educadores devem trabalhar juntos para integrar insights de avaliações em suas práticas pedagógicas, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e melhoramento coletivo.

O SC e o Diretor A corroboram com a mesma ideia, apontando para a necessidade de um envolvimento mais amplo, que inclua todas as disciplinas, para uma interpretação mais eficaz dos resultados das avaliações. Para Bauer, Alvarse e Oliveira (2015), as avaliações externas em larga escala têm como objetivo avaliar o nível de aprendizado dos estudantes brasileiros em disciplinas específicas, geralmente Português e Matemática, e relacionar esses resultados a diversas condições, tanto externas quanto internas à escola, que podem influenciar positivamente ou negativamente a aprendizagem nessas áreas. Assim:

Ademais, tem se alertado para o fato de que a definição de padrões (standards) de proficiência gera um empobrecimento curricular, impulsionando redes de ensino a direcionarem esforços para garantir o ensino do que é cobrado nas avaliações, deixando de lado outros

conteúdos fundamentais para a educação básica das crianças e adolescentes em idade escolar (Bauer; Alavarse; Oliveira, 2015, p. 1374).

Por outro lado, o SB apresenta uma perspectiva que valoriza a relevância contínua das avaliações desde os anos iniciais até o final do Ensino Fundamental, argumentando que essas práticas avaliativas preparam os alunos para desafios futuros, acompanhando-os por toda a vida acadêmica. Essa visão é apoiada por Boudett *et al.* (2020), que discutem a importância de cultivar uma cultura de avaliação constante para melhorar a educação.

Em contrapartida, o REG ressalta uma desconexão sentida por professores devido à rotatividade, sugerindo que muitos não se sentem integralmente responsáveis pelos resultados, devido à falta de pertencimento.

E essa é a realidade da escola Zoé Machado, um quadro de funcionários grande e que ano a ano sofre com a rotatividade de professores para suprir cargos vagos ou até mesmo situações bem individualizadas de substituições.

Em sequência, para uma melhor compreensão dos dados, será analisado o quadro 16 que apresenta o entendimento dos professores em relação às avaliações externas do Simave.

Quadro 16 - Recorte das entrevistas: questão 6

(continua)

6- Como você acredita que os professores compreendem, do ponto de vista pedagógico, as avaliações externas, especialmente as realizadas pelo Simave?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Assim, eu acredito que eles entendem para que serve, mas também entendem que ... o estado quer números. Entende de forma mais superficial... tem que aplicar... isso, tipo cumprir tabela, mas assim, tem muitos professores que trabalham, tem professor que trabalha aquele conteúdo ali volta e meia dá um “simuladinho,” que já é de acordo essas avaliações são... Em grande parte, os professores compreendem, porém, alguns não né... alguns é mais superficial e faz as coisas mesmo né... assim

(continuação)

6- Como você acredita que os professores compreendem, do ponto de vista pedagógico, as avaliações externas, especialmente as realizadas pelo Simave?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	tem professor que está começando agora, está começando a entender agora o processo para que serve essas avaliações.
SB	Tem um professor que até coloca assim: “Isso são números isso são números”. Ele até coloca são números, mas por que que o governo então, porque o sistema não leva isso para a prática, coloca esses meninos dentro de um laboratório de informática, coloca esses meninos dentro de um laboratório de pesquisa, avalia eles ali enquanto prática, avalia na prática avalia eles ali porque talvez, até ouvi um professor falando assim: “talvez aquele aluno com menos conhecimento do que o outro, ele se sai muito bem.” Ele se sai muito bem porque vai chegar ali marcar, e... vai dar sorte de acertar todas? E assim levando para o para a fala de todos os professores, e é uma fala quase unânime nessas avaliações aqui: “Elas são apenas para compor ali, os dados do sistema, os dados dessa área aí...” mas não tem tanta importância não no quesito operacional, não é esse, não estão dando tanta importância para o aluno porque ele não consegue receptionar.
SC	Sim, eles compreendem muito bem como que é que tem que ser todo esse processo de avaliação. Tanto é que depois da devolutiva, alguns né, não são todos, acaba trabalhando novamente essas avaliações dentro de sala de aula enfatizando principalmente nas habilidades que não foram atingidas. Mas nem todos, nem todos... hoje eu vejo uma grande preocupação na maioria das vezes somente pelos professores de Língua Portuguesa.
REG	A grande maioria não entende, a grande maioria se acostumou com a rotina dela anualmente, mas ele entende com um protocolo que o governo tem que cumprir e que ele não tem esse

(conclusão)

6- Como você acredita que os professores compreendem, do ponto de vista pedagógico, as avaliações externas, especialmente as realizadas pelo Simave?

Entrevistados	Fala dos Entrevistados
REG	pertencimento também. Que é um protocolo para justificar os investimentos. Eu estou dizendo a visão de gestora que eu tenho dos demais professores, então acaba que a equipe de especialistas, a equipe gestora e a equipe de Língua Portuguesa e Matemática ela se preocupa muito mais do que o restante da escola como um todo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro apresenta uma visão diversificada, destacando uma desconexão entre as intenções pedagógicas e a prática das avaliações. O SA sugere que enquanto alguns professores percebem as avaliações como meramente quantitativas e superficiais, outros tentam integrá-las ao conteúdo pedagógico através de simulados, porém ele acrescenta que essa dificuldade pode ser pautada pelo fato de ter profissionais iniciando agora a carreira e, em consequência, também começando a compreender o processo dessas avaliações. Essa variação na compreensão e aplicação dos resultados das avaliações reflete a complexidade discutida por Brooke (2012), ao argumentar que uma eficaz apropriação dos dados de avaliações externas depende do entendimento profundo de seu propósito e da sua relevância no contexto pedagógico.

O SB, por outro lado, critica a percepção dos professores de que as avaliações são focadas apenas em números e não em resultados pedagógicos significativos que devem analisar a aprendizagem real dos alunos.

Por outro lado, o REG observa uma resistência entre os professores que veem estas avaliações como uma obrigação governamental, “um protocolo” a ser seguido, mais do que uma ferramenta de desenvolvimento educacional.

O SC reconhece que, apesar de alguns professores entenderem bem o processo e usarem os resultados para melhorar a prática pedagógica, essa não é uma realidade universal, apontando para uma necessidade de mais formação e

engajamento no uso de resultados de avaliações por parte de todos os professores. A partir dessas percepções, Lück (2009) enfatiza a importância de os educadores serem capacitados para interpretar e utilizar dados de avaliação de maneira que verdadeiramente aprimore o ensino e a aprendizagem.

A partir do entendimento sobre as avaliações externas do Simave pelos professores, buscamos, no quadro 17, compreender quais estratégias a escola Zoé Machado utiliza para melhorar a compreensão dos professores sobre essas avaliações.

Quadro 17 - Recorte das entrevistas: questão 7

(continua)

7- Quais estratégias a escola utiliza para melhorar a compreensão dos professores sobre as avaliações externas?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Que eu estou vendo, praticamente nenhuma. Eu só vejo, só estou vendo cobrança, mas para compreensão... assim pelo menos assim, nossa parte do pedagógico nós fizemos pouco, mas, mostramos lá como que entra no sistema, como que olha o resultado de cada aluno, como que olha o resultado global, como que sabe os descritores lá que o aluno mais errou, mas assim, para compreensão da avaliação para os professores... teve informação de metodologia ativas que foi válido, mas focada na avaliação não tenho nenhuma.
SB	Sim, tem através das vídeoconferências para diretores supervisores tem sim esse repasse, tem sim essa forma de estar, digamos assim, nos ensinando né, a comunicar com a situação, tem esse tipo de treinamento sim do ano passado pra cá. Exatamente através do <i>Google Meet</i> , tem.
SC	Proporcionando as atividades pedagógicas nas questões que não foram alcançados os objetivos nas habilidades e proporcionando intervenção pedagógica continuamente dentro da sala de aula, dentro das aulas elaboradas pelos professores.

(conclusão)

REG	Eu entendo que nós temos assim, meio que pecado nesse ponto. É como é uma coisa que tem que cumprir um protocolo, vem as orientações, vem a mobilização vem a capacitação dos aplicadores, mas realmente essa sensibilização precisa ser melhorada. Nós temos feito muito pouco ainda.
-----	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise desse quadro revela uma série de desafios dentro do contexto pedagógico. O SA aponta uma carência significativa em estratégias efetivas, mencionando apenas a existência de uma cobrança genérica e informações básicas sobre como acessar e interpretar resultados no sistema. Essa abordagem indica uma falta de integração aprofundada dos resultados das avaliações na prática pedagógica cotidiana.

O SB e o SC, por outro lado, destacam a existência de iniciativas como videoconferências para repasse de informações pela SRE, bem como a utilização de atividades pedagógicas focadas em habilidades específicas não alcançadas pelos alunos. No entanto, o REG expressa uma preocupação crítica sobre a sensibilização e o verdadeiro engajamento dos professores com os resultados das avaliações. Ele observa que as avaliações são vistas como meros protocolos a serem seguidos, sem uma conexão real com as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Esta perspectiva ressalta a dificuldade em realizar as práticas de formação diante da realidade da sala de aula, apontando para uma necessidade de estratégias mais contextualizadas, conforme discutido por Soligo (2010), que sugere a necessidade de práticas de gestão pedagógica que efetivamente vinculem a teoria à prática.

No quadro 18, a seguir, observamos quais as dificuldades encontradas ao trabalhar junto aos professores com as avaliações externas do Simave.

Quadro 18 - Recorte das entrevistas: questão 11

(continua)

11- Quais obstáculos você encontra ao trabalhar com essas avaliações junto aos professores?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	É mais o tempo. Geralmente quando é cobrado a intervenção está sendo trabalhada outros projetos juntos, está sendo cobrado outras demandas da superintendência, fica tudo atribulado. Acaba trabalhando essa intervenção no automático e não dá tempo de ter muita conferência, não dá tempo de ter aquele feedback, assim, pra ver se os alunos realmente aprenderam, consolidou aquela habilidade ali que trabalhou, porque aplicou a intervenção, mas não dá nem como para ver se realmente consolidou e depois verificar se ele aprendeu. As grandes demandas que a superintendência, a Secretaria de Educação em si manda, atrapalha. Planilha demais atrapalha, formulário demais... depois que teve a pandemia tudo é formulário. É muita burocracia, e assim, muita demanda que tem que trabalhar, tem que tirar foto tem que é mandar é resultado e aí muitos professores reclamando que não está conseguindo dar aula efetivamente na sala de aula porque sempre tem um projeto e tira o foco que é a aprendizagem. Não que os projetos vindos não sejam importantes, mas são muitos, um atrás do outro... é um excesso.
SB	Inúmeros, sim inúmeros. Por exemplo, antes quando nós recebemos o comunicado da data da avaliação, eu mesma vou na sala de aula, vou lá juntamente com os professores também, a gente tenta conscientizar os alunos, porque os alunos fazem as mesmas perguntas: “Para que isso? O que vai acontecer com isso?” Então assim nós procuramos também ter consciência disso e passar essa consciência para os alunos, porque eu vejo que os professores têm uma certa, vamos colocar é... tem alguns empecilhos dos professores aplicarem, tem, mas em relação aos

(conclusão)

11- Quais obstáculos você encontra ao trabalhar com essas avaliações junto aos professores?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SB	alunos, eles são maiores, porque eles ainda não têm 100 % de consciência da real importância da relevância na aplicação. Os professores têm consciência sim, da importância dessas avaliações, eles se envolvem na aplicação dessas avaliações, mas assim, eles iniciam esse... vamos colocar, essa maratona, mas ele já vem lá a finalização como se fosse algo infrutífero.
SC	Seria mesmo o comprometimento né, de todos os professores, e de alguns até a falta de conhecimento de que essa ferramenta bem utilizada iria trazer bons resultados para escola.
REG	O tempo é um... compromete um pouco, porque isso tem que ter tempo para você entender o sistema, tempo para você abrir o sistema, olhar e a motivação de cada professor por querer fazer aquilo. Então é o tempo e a motivação de cada profissional. As muitas demandas da Secretaria Estadual de Educação atrapalham... influencia, porque espalha muito, salpica muito a educação diária, Jovem de Futuro, tem escola tem GIDE, então assim, você fica assim sem saber muito como o foco, então a nossa Secretaria... mas eu entendo que todo o foco deve ser pautado pelo aluno, mas a apropriação dos dados, nós temos que ter um tempo mais específico e longo para essa interpretações. Tem professor que tem muita dificuldade de interpretar...o gestor tem dificuldade!

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na fala do SA fica em evidência o desafio do tempo e das múltiplas demandas que afetam a capacidade dos especialistas em acompanhar efetivamente a prática dos professores e de se engajar significativamente com as avaliações externas. Ele menciona que as intervenções pedagógicas muitas vezes são realizadas "no automático", sem tempo adequado para revisão ou feedback para assegurar que os alunos realmente absorveram o conteúdo.

O SB ressalta a falta de consciência e a resistência dos alunos e professores em relação ao propósito e à relevância das avaliações. Isso indica uma lacuna na responsabilização, comunicação e na formação em relação aos professores e uma falha na conscientização em relação aos alunos sobre os benefícios e o significado dessas avaliações. A pesquisa de Lück (2009) sobre a resistência à mudança e a importância de uma cultura de avaliação positiva nas escolas reflete diretamente essa questão, destacando a necessidade de estratégias de engajamento mais eficazes.

O SC aponta para a falta de comprometimento e conhecimento sobre como as avaliações podem ser utilizadas para melhorar os resultados da escola. Ele sugere que, embora os professores estejam cientes do processo, muitos não se envolvem de forma eficaz. Brooke e Cunha (2011) relatam a necessidade de formação contínua e suporte para os professores para entenderem e aplicarem dados de avaliação em suas práticas pedagógicas.

O REG também menciona o tempo como um fator crítico, além da motivação dos professores, que muitas vezes não veem o valor ou o impacto direto dessas avaliações em suas práticas cotidianas. Ele destaca a dificuldade em gerenciar o grande volume de informações e demandas da Secretaria de Educação, o que dilui o foco e dificulta a implementação de estratégias de melhoria baseadas nos dados das avaliações.

No que se refere à apropriação dos dados resultados do Simave/Proeb, buscamos analisar, no quadro 19, como ela é realizada na escola Zoé Machado.

Quadro 19 - Recorte das entrevistas: questão 9

(continua)

9- É realizada a apropriação dos dados das avaliações externas do Proeb? Como elas acontecem?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Eu acho que acontece muito individualmente, talvez estejamos pecando nisso né... eu particularmente eu não estou conseguindo acompanhar, então assim eu sei por fotos que eu vejo, pelo que o professor me mostra, mas eu não estou conseguindo acompanhar, estar lá corpo a corpo. As vezes está trabalhando uma intervenção, mas não é nem em cima daquele dado ali, e assim a escola é muito

(continuação)

9- É realizada a apropriação dos dados das avaliações externas do Proeb? Como elas acontecem?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	grande acontece muitas coisas ao mesmo tempo eu tento acompanhar, mas eu não consigo acompanhar da forma que eu deveria.
SB	De certa forma, a grande maioria, não. Em uma escala de dez professores 2, 3 se apropriam desses dados.
SC	Sim. Assim, não efetivamente, é realizada apropriação, todos tem esse conhecimento, mas efetivamente nem sempre. É de forma mais superficial.
REG	Primeiro passo é a superintendência que divulga né... pela equipe lá da do setor pedagógico da DIPE, eles encaminham que saiu os resultados, que nós devemos ver, os procedimentos necessários, explicam como entrar no sistema, informam as especialistas, o gestor escolar, organiza um cronograma de repasse para os professores, e a partir daí é o que é feito. Porém, algumas coisas nós encontramos uma certa limitação. Era para usar os momentos de módulo II para essa capacitação. Às vezes não bate direitinho, às vezes as próprias especialistas e os demais da escola assim, para o gestor sozinho fazer esses repasses, não dá, ficava moroso, cansativo... então acabava repartindo para todo mundo. E agora no último sistema, é de acesso a mais pessoas, coisa que antigamente vinha uma cartilha. Vinha um livrinho com esses resultados, e elas escaneavam passavam em um datashow, mas agora já tem um sistema, todo mundo tem acesso e consegue ver, a grande maioria, mas eles não se interessam tanto. Agora a gestão da escola, ela tem esse ponto de vista, e por um tempo, é realmente ficou um pouco... é... sem essa credibilidade no resultado. Entendia-se que o resultado não era o real da escola, por conta do jeito que o aluno também às vezes fazia a prova.

(conclusão)

9- É realizada a apropriação dos dados das avaliações externas do Proeb? Como elas acontecem?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
REG	Então o próprio professor virava e falava assim “Mas esse não é o resultado do meu aluno”, então falava assim, mas nós vamos partir de qual ponto, mas esse resultado que nós temos. Então a partir daí nós também começamos a trabalhar com quem está aplicando a prova, já que isso vem a influenciar no resultado. Nesse ano por exemplo, baseado nos resultados do ano passado, nós conseguimos perceber algumas falhas na formação dos professores, então nós percebemos que alguns tinham muita facilidade para as tecnologias, para as metodologias ativas, e outros que estavam anos luz de distância, então aí, a escola partindo do resultado que a escola obteve as avaliações externas, outras além do Proeb também, nós percebemos que precisava de uma capacitação em metodologias ativas, em linguagens de Português e Matemática e assim foi feita essa capacitação.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao analisarmos a fala do SA, fica destacado que a apropriação dos dados acontece de forma individualizada, indicando uma falta de estratégia coletiva e integrada. Ele sugere que, apesar de alguns esforços para trabalhar com os dados em intervenções, a abordagem geral é fragmentada e reativa, não proativa. Isso se alinha com as preocupações levantadas por Boudett *et al.* (2020), que enfatizam a importância de uma cultura escolar que integre a avaliação de dados como parte de uma estratégia pedagógica contínua e colaborativa.

O SB ressalta que apenas uma minoria dos professores se apropria efetivamente dos dados, o que sugere uma disseminação limitada das informações e um comprometimento restrito com a melhoria pedagógica baseada em dados. Este fenômeno pode ser reflexo das barreiras identificadas por Lück (2009), que discute a resistência em algumas culturas escolares à integração de dados de avaliação na prática pedagógica.

Por outro lado, o SC observa que, embora haja um conhecimento geral sobre o processo de avaliação, a apropriação efetiva dos dados é superficial. Este ponto ressalta a diferença entre ter acesso aos dados e utilizá-los de maneira significativa para impulsionar a prática pedagógica. O REG, por sua parte, descreve como todo o processo é realizado pela superintendência, que inclui divulgação dos resultados e repasse para os especialistas sobre como acessar e interpretar os dados. No entanto, ele também menciona limitações na realização das capacitações e um desengajamento geral, indicando que o processo formal não se traduz necessariamente em uma apropriação prática e engajada dos dados.

Quadro 20 - Recorte das entrevistas: questão 10

(continua)

10-Você julga necessário que todos os professores da escola se envolvam na apropriação dos resultados do Simave? Por quais motivos?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Sim. Porque a educação, o ensino é obrigação de todos né, todos tem que tomar como responsabilidade, não é só professor de Português e Matemática não; igual falei naquela hora, até pedindo o aluno para tomar leitura, vai ler um trecho ali ... “Ah eu estou corrigindo a atividade e vejo que aluno está escrevendo errado”, Corrige!
SB	Sim. É necessário porque é um componente está ligada a outro, se um aluno tiver um bom desempenho em Português ele vai muito bem, vai estar apto para compreender ali o enunciado das perguntas de Matemática, ele vai ter uma visão de mundo lá em Geografia, ele vai conhecer o passado lá na história, então assim, é uma interligada com a outra é uma junção da outra que faz todo então, é necessário sim, que todos os professores estejam embasado dos resultados, embasado de tudo que está relacionado ao Proeb e também, aí que entra também a atuação do supervisor né... estar fazendo essa ligação, está fazendo essa intermediação.
SC	Sim, porque seria uma forma coletiva que não iria abranger somente 2 disciplinas Português e Matemática como na maioria

(conclusão)

10-Você julga necessário que todos os professores da escola se envolvam na apropriação dos resultados do Simave? Por quais motivos?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SC	das vezes acontece, sendo que como eu disse antes, há esse engajamento, porém de forma segmentada né, não é todos os professores, mas se a gente conseguisse atingir como um todo seria excelente.
REG	Com certeza. E o principal é que precisava conhecer o resultado individual de cada aluno, mas todos os professores.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas dos entrevistados são unânimes, que o envolvimento de todos os professores na apropriação dos resultados das avaliações externas do Simave é essencial. Todos os participantes expressam um consenso sobre a necessidade de um esforço coletivo para interpretar e responder aos dados dessas avaliações, destacando que a responsabilidade não se limita aos professores de Português e Matemática, mas se estende a todas as disciplinas.

Bauer, Alavarise e Oliveira (2015), por sua vez, discutem o conceito de responsabilização na Educação, ressaltando que a responsabilidade pela qualidade educacional deve ser compartilhada entre todos os atores do sistema educacional. Eles sugerem que a apropriação dos resultados de avaliações deve ser uma prática coletiva que visa à melhoria contínua do processo educativo.

De acordo o Guia do Supervisor Pedagógico SEE/MG (2008), analisar os resultados das avaliações externas, estudar os boletins pedagógicos, conhecer as metas propostas e planejar as intervenções adequadas, com o intuito de promover e melhorar a aprendizagem dos alunos, são tarefas coletivas que envolvem toda a comunidade escolar: direção, especialistas, professores alfabetizadores e pais.

O SA argumenta que o envolvimento interdisciplinar dos professores é importante, não só para a correção de erros, mas como parte de uma prática educativa integrada, que beneficia a aprendizagem em todas as áreas. O SC vê a necessidade de um engajamento coletivo como uma forma de expandir o impacto das avaliações para além do Português e da Matemática, enquanto o REG aponta para a importância

do conhecimento detalhado dos resultados por todos os professores para uma intervenção pedagógica mais eficaz.

Quadro 21 - Recorte das entrevistas: questão 12

(continua)

12- Sobre os resultados das avaliações externas da sua escola, como você tem acesso a eles?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	É, tem uma planilha que chama Painel MG. Eu tive acesso a ele a poucos dias, eu não tinha acesso a ele. Antes eu olhava no resultado geral lá mesmo do site do Proeb/Simave. Agora nós da equipe pedagógica temos acesso pelo e-mail do pedagógico, porque antes era só pelo e-mail da direção e acredito que só equipe pedagógico que tem acesso a esse Painel MG.
SB	Então, a partir desse ano nós tivemos a oportunidade de ter um acesso bem mais claro. Hoje nós temos um Painel de dados certo. O Painel de dados você vai inserindo, você sabe o resultado da sua escola, no Painel de dados você tem ali, se você quiser um tamanho menor, você tem uma abrangência menor, se você quiser uma abrangência maior, você tem.
SC	Encontra esses resultados nos sites da própria Secretaria de Educação e também os cadernos que são enviados depois para nós na escola. E quando eu falei site também já é o site da Secretaria de Educação que é dentro, onde a gente encontra essa ferramenta do Simave.
REG	Eles estão no Simave. É, igual eu disse, antes eles vinham através de uma cartilhazinha, até bem recente nós guardávamos todas essas cartilhazinhas, e por último que nós descartamos. Lá fala desses resultados, comparando a escola com a rede, a escola com uma regional, então lá tem os dados bem interessantes e é pelo Simave. No ano passado eles lançaram um site, e eles colocaram vários cards no Painel que dá acesso, então tem um card específico das diferentes avaliações lá. Antes era só para o gestor,

(conclusão)

12- Sobre os resultados das avaliações externas da sua escola, como você tem acesso a eles?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
REG	e havia aquela preocupação de passar a senha do e-mail da escola para muitos, e igual aqui eram 6 especialistas no ano passado e se algum especialista abrisse um e-mail e fizesse com que passasse despercebido pela gestão, então foi solicitado que fosse aberta pelo e-mail do pedagógico que elas têm acesso, e a partir desse ano eles deram para todo mundo o acesso ao painel.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao analisar as respostas dos entrevistados, observamos um foco em questões de transparência da informação dentro da escola, a partir do momento que as supervisoras tiveram o acesso aos dados do Painel de Informações, que antes era destinado apenas ao diretor da escola. Os participantes destacam uma evolução no modo como os dados são acessados e compartilhados entre os membros da equipe pedagógica, realizando um movimento em direção a uma maior democratização e utilização dos resultados das avaliações para fins pedagógicos. Na escola Zoé Machado essa é uma ação que ainda está com passos tímidos, tem muito trabalho a ser feito com a apropriação dos dados.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015, p. 1376) enfatizam a importância das avaliações em larga escala como ferramentas de gestão, deixando claro que “encontram-se os defensores da publicização dos resultados e, até mesmo, dos ranqueamentos, que consideram que tais práticas dão transparência para o público”.

Por outro lado, o SC e o REG ressaltam o uso de sites e ferramentas on-line, como o Simave e o Painel de Dados da SEE/MG, que facilitam o acesso contínuo aos dados de avaliações externas. O REG destaca a transição de relatórios impressos para o acesso digital, que melhora a disseminação e a análise dos dados.

Quadro 22 - Recorte das entrevistas: questão 14

14- Você considera que os resultados são de fácil compreensão?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Sim, os resultados são de fácil compreensão, vem tabulado vem o que o aluno mais errou, qual a habilidade, o descritor. Porém a quantidade de cobranças dificulta um pouquinho, porque o SIGAE por exemplo é muita coisa que tem que colocar lá, que tem que ficar alimentando, poderia ser mais unificado e poderia os projetos focar mais no aprendizado aluno. Foca mais no socioemocional, mas não é tudo.
SB	Não, não. De jeito nenhum, não é de fácil compreensão. No início desse ano nós tivemos um trabalho para desenvolver do PRA, ele ficou praticamente pela metade, porque nós não tínhamos a compreensão desses dados como temos hoje.
SC	Não. há muita dificuldade por parte do todo, tem muitos professores que tem essa dificuldade de fazer essa leitura dos resultados, tem hora que a gente explica em reunião, mas a gente vê ainda que tem colegas que tem dificuldade, principalmente ao acesso à mídia. Então para ler gráficos, pior ainda.
REG	Não. Eu acho que é complexo ainda. Aquela descrição alfanumérica, ela é interessante, mas para quem está começando ainda, vê com certa dificuldade, não memoriza, então assim, mas eu não vejo ainda outro método não. Se você perguntasse “você tem alguma sugestão?” Talvez se simplificasse um pouco mais, mas segundo o que eu já estudei, ele ainda é mais simples do que alguns outros parâmetros e algumas outras avaliações como a análise do PISA esses outros que são muito mais complexos ainda a análise, mas eu não tenho uma sugestão.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas dos entrevistados revelam uma tendência para uma percepção de que os dados são de difícil compreensão. O SA percebe os resultados como relativamente fáceis de compreender devido à sua apresentação tabulada e detalhada por descritores de habilidades. No entanto, ele menciona que as múltiplas exigências

administrativas acabam obstruindo uma análise mais focada e produtiva desses resultados.

Os SB e SC apontam uma dificuldade significativa na interpretação dos dados, com SC destacando especificamente problemas no entendimento de representações gráficas e acesso à mídia digital. O REG também reconhece a complexidade dos resultados, mencionando a descrição alfanumérica como um obstáculo para quem está menos familiarizado com esses sistemas.

Esse ponto ressoa com as críticas discutidas por Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) que mencionam que a gestão e o uso excessivo de dados podem às vezes desviar a atenção das necessidades pedagógicas reais:

A inexistência de clareza a respeito dos objetivos da avaliação e a dificuldade de definir e produzir consenso em torno de padrões de qualidade claros, que permitam comparar longitudinalmente os resultados obtidos e que possam ser utilizados para analisar as possíveis mudanças que se operam a partir das políticas e programas implementados, faz com que a preocupação recaia sobre os resultados das provas e sua dimensão técnica, não se enfatizando as análises contextuais que permitiriam um melhor entendimento da situação educacional e uma intervenção mais efetiva (Bauer; Alavarse; Oliveira, 2015, p. 1374).

Quadro 23 - Recorte das entrevistas: questão 16

(continua)

16 - Na sua visão, os professores enfrentam dificuldades no significado dos termos como "proficiência média", "padrões de desempenho", "matriz de referência", entre outros utilizados nas avaliações externas do Proeb?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Eu acredito que tem dificuldade sim. Um monte de interrogaçãozinha, vão direto no resultado. É complicado, olhar os dados. É complicado também você analisar o resultado ali da turma e do aluno com a proficiência média, o padrão de desempenho ou com padrões de referência são muitas coisas pra fazer a relação.
SB	Com certeza, até porque a nossa mentalidade assim... o professor tem horários de 50 minutos, ele vai para sala de aula ministrar a aula e não tem essa disponibilidade, ele não está com essa

(conclusão)

16 - Na sua visão, os professores enfrentam dificuldades no significado dos termos como "proficiência média", "padrões de desempenho", "matriz de referência", entre outros utilizados nas avaliações externas do Proeb?

Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SB	intenção de propor, procurar a resposta para esses termos não. Ele acredita que uma aula bem dada em sala de aula surte mais efeito que se apropriar desses termos: matriz curricular, eles não têm essa consciência não.
SC	Sim, muita dificuldade, muita. Quem tem menos dificuldade é o professor de Matemática, e o de Português. Hoje, ele já tem um entendimento bem maior, mas os demais têm muita dificuldade, porque parece que eles não sentem que isso é direcionado a todos, parece que eles sentem que é direcionada somente para essas 2 disciplinas. As outras áreas, não se sente envolvidos ou até responsáveis pelo resultado, e até dificuldade que eles têm também de estar trabalhando isso depois em sala de aula.
REG	Muitas...muitas. Têm uns que do que do mesmo jeito que entram na reunião sai. Ele faz de conta que está entendendo, mas ele não está entendendo nada, se você perguntar a ele daqui um mês, ele não lembra mais nada do que ele viu naquela reunião, bem capaz de falar que nunca viu aquilo. Antes de eu ser gestora, quando eu participava das reuniões é... eu ainda entendia também naquela época, que eram resultados da área de Língua Portuguesa e Matemática. Então, eu tinha essa visão aí muito limitada. Então os professores dos demais eu acredito que têm essa visão.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas dos entrevistados revelam um desafio significativo para os professores em relação à compreensão de conceitos-chave como "proficiência média", "padrões de desempenho", e "matriz de referência". O REG e o SA destacam que há uma dificuldade generalizada entre os professores em compreender os termos técnicos e em aplicar essas informações para analisar os resultados de maneira eficaz, ocasionando uma lacuna no que diz respeito ao sistema de formação

continuada para professores, que deveria incluir um entendimento claro sobre esses conceitos e seus desdobramentos na dinâmica escolar.

O REG e o SC mencionam que os professores que veem as avaliações e seus termos como relevantes são apenas os que ministram as disciplinas de Português e Matemática, demonstrando um envolvimento limitado por parte dos professores de outras disciplinas. Nesse contexto, há uma necessidade de esclarecer para toda a equipe de professores, de todas as disciplinas, como os resultados das avaliações impactam todas as áreas do conhecimento e como todos podem contribuir para o desenvolvimento dos alunos baseado nessas informações.

O SB relata sobre a falta de tempo e de interesse dos professores em se aprofundar nos conceitos das avaliações externas, preferindo focar no ensino direto em sala de aula, o que demonstra uma desconexão entre as práticas avaliativas e as atividades cotidianas de ensino, já que os professores não veem a relevância imediata desses termos para a melhoria da aprendizagem dos alunos. Burgos, Santos e Ferreira (2012) discutem a importância de uma responsabilização educacional que seja compreendida e aceita pelos professores como parte integral de suas práticas pedagógicas, sugerindo que a efetividade das avaliações depende dessa integração.

Quadro 24 - Recorte das entrevistas: questão 18

(continua)

18- Quais ações que a equipe pedagógica desenvolve na escola, com base nos dados do Proeb?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Não fizemos. A não ser aquela planilha que a gente montou para poder tabular e cada uma aplicar na sala.
SB	Então assim, o meio é esse. A gente tem ali uma coordenadora da SRE que está à disposição para que tendo as dúvidas a gente possa estar tirando as dúvidas com eles. A escola não tem uma ação própria para isso não.
SC	Realiza o repasse, atendimento individualizado lá na sala da supervisão que a gente sempre tenta mostrar, passar isso para o professor, e essas regiões mesmo aproveitando os módulos individuais de cada professor na hora modulo II.

(conclusão)

18- Quais ações que a equipe pedagógica desenvolve na escola, com base nos dados do Proeb?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
REG	Hoje nós temos os as intervenções pedagógicas, temos a equipe do PRA, que acompanha e eu vejo que elas fazem um acompanhamento muito superficial. Teve uma época que nós tivemos uma equipe do PIP que acompanhava a escola mais de perto. Eu entendia aquela análise dos resultados e o acompanhamento e o replanejamento das informações mais eficiente. Tinha planilhas expostas, tinham cronograma de atividade, tinha um momento Proalfa, tinha um momento Proeb obrigatório pela Secretaria de Estado. Eu sou dessa época que tinham esses momentos, porém chegou um momento que eles falaram que nós estávamos trabalhando em função da avaliação e não estávamos avaliando a Educação então tudo era trabalhado em função da avaliação. Nós tínhamos especialistas na superintendência responsável por determinadas escolas, semanalmente um analista da superintendência visitava a escola. Todo o material do PIP era arquivado na escola e ela acompanhava, havia um portfólio que eram feitos com o PIP e eram arquivados e ela comprovava de acordo com o portfólio que eram criados com os resultados do aluno e com o resultado dele também. Então era um trabalho bem sequencial.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise das respostas dos entrevistados revela um cenário o qual a utilização desses dados na prática educacional demonstra ser limitada, fragmentada. O SA menciona apenas a criação de uma planilha para tabulação dos dados, sem indicar ações subsequentes mais profundas que integrem esses dados no planejamento pedagógico. Essa é uma tentativa que se alinha à ideia de Boudett *et al.* (2020) sobre a necessidade de organizar dados de forma que sejam acessíveis e compreensíveis

para todos os membros da equipe educacional, porém é uma atitude muito tímida, pois não apresenta ações de intervenção depois da tabulação dos dados.

Na mesma linha, o SB também relata a falta de iniciativas próprias da escola, dependendo de suporte externo para esclarecer dúvidas, indicando uma passividade na utilização dos dados, contrariando as recomendações de Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), que enfatizam a necessidade de usar dados de avaliação para guiar decisões pedagógicas.

O SC descreve esforços para repassar informações aos professores e realizar intervenções pedagógicas, mas admite a superficialidade dessas intervenções. O REG descreve um sistema anterior, que era mais integrado e sistemático, com especialistas acompanhando as escolas regularmente, refletindo uma estratégia mais alinhada com as boas práticas pedagógicas.

A reflexão do REG sobre um período em que as ações estavam excessivamente focadas em preparar os alunos para as avaliações expõe que “chegou-se um momento que eles falaram que nós estávamos trabalhando em função da avaliação e não estávamos avaliando a educação então tudo era trabalhado em função da avaliação” e isso revela um desafio crítico identificado por Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), que refletem sobre a prática de “ensinar para o teste”, fato que pode desvirtuar os objetivos educacionais mais amplos e limitar o potencial das avaliações como ferramentas para uma verdadeira melhoria educacional.

Quadro 25 - Recorte das entrevistas: questão 20

(continua)

20- Em sua percepção, os resultados das avaliações são utilizados para se pensar o planejamento anual, pela equipe pedagógica e pelos professores?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Eu vou ter que falar no futuro né, porque para agora não agora parou ano que vem naqueles dias escolares lá que nós temos nós vamos ter que montar um plano de ação em cima desses resultados. Por agora não fizemos nada, não.
SB	Sim, inclusive uma ação com a bibliotecária, ela não veio no início de 2023, ela veio em abril a maio de 2023, baseado nos resultados do Proeb mesmo. Quando nós vimos ali, que a leitura estava bem

(conclusão)

20- Em sua percepção, os resultados das avaliações são utilizados para se pensar o planejamento anual, pela equipe pedagógica e pelos professores?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SB	aquém e a escrita também, nós sugerimos à bibliotecária para direcionar o hábito de leitura, a fluência e com isso melhorar o resultado dos alunos como um todo.
SC	Não sempre. Porque, acaba que com esse emaranhado de coisas, muita coisa dentro da escola, acaba deixando passar despercebida essas situações. É muito difícil usar esses dados para planejar, uma vez que já vem um plano praticamente quase pronto da Secretaria Estadual de Educação. As muitas demandas da SEE vêm interferindo, principalmente falando como base nesse ano de 2024 e também os outros anos anteriores. A cada dia a demanda é muito grande e acaba atropelando uma coisa em cima da outra e o foco principal que é a aprendizagem e o resultado das avaliações acaba passando despercebido.
REG	Até então, tem deixado a desejar, porque já vem o plano de curso, então o professor independentemente de como foi ele foi, tenta seguir o plano de curso que é extenso, então ele olha muito pouco o resultado para ele se planejar, deveria olhar mais, mas ele segue o plano de curso que já vem meio que pronto acabado.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O SA menciona que ainda não foi feita uma ação efetiva com os resultados atuais e que planejamentos futuros estão previstos. Por sua vez, o SC ressalta a dificuldade de integrar os dados das avaliações no planejamento pedagógico devido ao excesso de demandas. Essa dificuldade comunga com as preocupações levantadas por Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) acerca dos desafios enfrentados pelas escolas devido à complexidade dos dados e à falta de tempo ou recursos para análises profundas, resultando em uma superficialidade no uso dessas informações para o planejamento educacional.

O REG pontua sobre a preocupação dos professores em cumprir o plano de curso que é bem extenso e com isso limita a utilização dos resultados das avaliações para ajustes mais personalizados no ensino. As respostas dos entrevistados revelam uma lacuna entre a teoria e a prática, frequentemente causada por estruturas rígidas e sobrecarga de responsabilidades nas escolas.

Quadro 26 - Recorte das entrevistas: questão 22

22- Existe reunião de planejamento, baseado nos resultados das avaliações?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Não, estamos cobrando da direção esse momento agrupado por seguimento para poder planejar.
SB	Como eu te disse, essas reuniões de planejamento é o módulo individual. Nós nos reunimos, eu, a professora de Português e de Matemática de forma coletiva no Módulo II.
SC	Superficialmente, porque depois cada professor retorna para suas casas e lá sozinho no individual que eles planejam suas ações.
REG	Só pra planejar as intervenções, porque as intervenções são a cobrança e a intervenção não deixa de ser um planejamento para você usar o resultado para tomar uma atitude. Então aí, tem essa reunião de elaborar as intervenções pedagógicas, quais são as propostas, e os registros dependendo como foi a exigência, o registro da proposta dá mais trabalho do que a execução, então tem sido um desafio. O professor volta e meia vem e fala assim: “O tempo que eu estou registrando essas planilhas, eu já estaria fazendo, criando material, fazendo coisas diferentes...” Então tem hora que o registro é mais dispendioso de tempo para o profissional do que o próprio planejamento, que é o que ele vai fazer.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas dos entrevistados ao questionamento revelam variantes importantes sobre como esses dados são utilizados nas práticas pedagógicas da escola. O SA indica que não há reuniões organizadas especificamente para planejamento, mas que há um anseio que esses encontros aconteçam. Isso sugere

uma lacuna na estrutura organizacional, que impede o uso efetivo dos dados de avaliação para o planejamento colaborativo.

O SB e o SC apontam que as reuniões para planejamento acontecem de forma superficial e que os professores planejam mais efetivamente sozinhos, o que pode indicar uma desconexão entre as reuniões de planejamento e a prática efetiva em sala de aula. Por outro lado, o Supervisor B descreve uma prática na qual as reuniões coletivas ocorrem com professores de Português e Matemática.

O REG menciona que as reuniões existem principalmente para planejar intervenções baseadas nos resultados, mas destaca a queixa dos professores sobre a carga administrativa e burocrática, como o preenchimento de inúmeras planilhas e registros das ações, que muitas vezes consome tempo que poderia ser melhor aproveitado em atividades pedagógicas diretas. E essa é uma das maiores queixas dos professores: a sobrecarga de serviços burocráticos que acabem interferindo na execução das práticas pedagógicas.

Quadro 27 - Recorte das entrevistas: questão 24

(continua)

24- Sobre seu ponto de vista como supervisor pedagógico, o que pode ser feito para amenizar as dificuldades em relação no uso dos dados do Simave/Proeb?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Pode ser realizado dados mais práticos de fácil entendimento. O professor já olhar ali já entender, aquelas nomenclaturas enormes, a questão de letras com números aquele tanto de termos poderia ser mais sucinto. Tem um detalhe também, as vezes o aluno é testado determinada habilidade, mas na forma que caiu na prova ele não entendeu, porque às vezes ele estudou na sala de aula de outra forma, porque as avaliações elas têm um padrão de questões e as vezes o aluno ele estuda na sala de aula, mas de outra forma.
SB	Eu acredito que um profissional da SRE, trabalhando... estando aqui conosco, não todos os dias, mas fazendo esses esclarecimentos em momentos oportunos, esse seria o primeiro

(conclusão)

24- Sobre seu ponto de vista como supervisor pedagógico, o que pode ser feito para amenizar as dificuldades em relação no uso dos dados do Simave/Proeb?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SB	passo, com um profissional habilitado para isso, tipo um treinamento.
SC	Proporcionar mais momentos de formações vindo da superintendência de ensino. Propor esse momento, direcionar especificamente para essa demanda que é do Simave/Proeb.
REG	Eu penso que tinha que ter uma equipe, que o investimento é muito alto e tem muita coisa envolvida. Então eu acredito que se tivesse uma equipe, por exemplo, que fosse voltada mais para essa análise dos dados, alguém de fora, que tivesse fora da caixinha da gente assim... para poder apresentar, igual as minhas do PIP vinham antes, seria melhor.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nas respostas dos participantes da pesquisa, o SA sugere que a simplificação dos dados e dos termos utilizados nas avaliações poderia facilitar a compreensão e a aplicação pelos professores, como por exemplo a descrição dos termos alfanuméricos na matriz de referência e também nos objetivos dos planos de curso.

O SB e o REG destacam a importância de um suporte externo especializado, como a presença de profissionais da SRE, para capacitar e esclarecer dúvidas, proporcionando uma maior integração entre os níveis de gestão e a escola. Por sua vez, o SC menciona a necessidade de mais formações e momentos de capacitação sobre os dados das avaliações, uma ideia que é respaldada pelos princípios de formação contínua discutidos por Lück (2009), que vê a formação como uma peça central na melhoria contínua da prática pedagógica.

Quadro 28 - Recorte das entrevistas: questão 25

25- Durante o tempo de atuação nessa função, você já participou de alguma formação sobre apropriação de resultados das avaliações externas/Proeb? Como foi essa experiência?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Formação, não. Participei de repasse. Formação para o uso dos dados, não. Eles mostram como olhar, aonde que vai lá no sistema, mas formação para usar aqueles dados, não. Esse Painel MG mesmo, pelo menos eu não participei ainda, não vi nenhuma ficha de reunião lá para participar, para olhar, ele também é algo novo.
SB	Não, não... eu não nunca participei. Eu Acredito que se eu procurar eu vou encontrar, mas eu não participei de nenhuma formação. E se fosse para ter uma formação, seria preferencialmente, mas diante de tudo que nós estamos vivendo a on-line já seria um bom início. Eu vejo que a presidencial tem mais aproveitamento, tem um compromisso maior, o fato de estar ali naquele lugar aprendendo, entendendo.
SC	Nunca.
REG	Eu penso que tinha que ter uma equipe, que o investimento é muito alto e tem muita coisa envolvida. Então eu acredito que se tivesse uma equipe, por exemplo, que fosse voltada mais para essa análise dos dados, alguém de fora, que tivesse fora da caixinha da gente assim... para poder apresentar, igual as meninas do PIP que vinham antes, seriam melhor.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas dos entrevistados revelam uma carência significativa de treinamento formal, que aborde efetivamente como usar os dados das avaliações para melhorar as práticas pedagógicas. As respostas dos SA e SB em relação à falta de formação específica para o uso prático dos dados, indicam apenas a participação em repasses informativos, que mostram como acessar e onde encontrar os dados no sistema. Essa limitação mostra uma desconexão entre o acesso aos dados e a capacidade de interpretá-los e de aplicá-los de maneira eficiente. O SC simplesmente

afirma que "Nunca" participou de tais formações, o que reforça a percepção de uma estrutura insuficiente de apoio profissional para os educadores, no que diz respeito ao uso dos dados de avaliações.

Por outro lado, o REG sugere a necessidade de uma equipe especializada para orientar na análise e apropriação dos dados, indicando que as políticas públicas investem um valor muito alto para lidar com a complexidade dos dados das avaliações. Essa percepção corrobora com a teoria de que a formação para a interpretação e apropriação dos dados deve ser considerada um investimento essencial na capacitação docente, não apenas uma exigência administrativa.

A falta de formação específica, como mencionado pelas respostas, destaca uma área crítica de necessidade que, se atendida, poderia potencialmente transformar o uso de dados de avaliações em uma ferramenta poderosa para a melhoria escolar. Nesse contexto, Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) argumentam que as políticas educacionais e as práticas administrativas devem facilitar a formação contínua dos professores em métodos de análise de dados. Isso não apenas melhoraria a qualidade do ensino, mas também fortaleceria a responsabilização e a transparência no sistema educacional.

Quadro 29 - Recorte das entrevistas: questão 26

(continua)

26- De que forma a gestão escolar pode auxiliar os professores na utilização dos resultados das avaliações externas?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SA	Nós podemos ajudá-los no entendimento dos dados para poder aplicar, para fazer essa tabulação, mas as vezes até nós ficamos perdidos. Precisamos de entendimento primeiro para depois poder passar para o outro né.
SB	Então, é dando assistência ao professor, por exemplo, o professor ele já tem aquela obrigatoriedade de estar ali em sala de aula, levar seu planejamento. Então é uma das umas das atribuições do supervisor é acompanhar, é orientar é dar aquela assistência. Cabe a mim, enquanto supervisor, mostrar o resultado, trazer à tona os resultados. Acredito que parte de mim esse compromisso

(conclusão)

26- De que forma a gestão escolar pode auxiliar os professores na utilização dos resultados das avaliações externas?	
Entrevistados	Fala dos Entrevistados
SB	de estar trazendo esses dados para que o professor possa conhecer.
SC	Bom, a gestão ela encontra uma dificuldade muito grande, como já citei antes, a gente tem todo um cronograma, tem todo um tempo já direcionado e assim, tentamos. Nem sempre acontece. Proporcionar esses momentos como o reforço escolar, depois que apropria os resultados. É uma reunião com os professores... é a comunidade escolar para fazer esse repasse, mas nem sempre é possível realizar isso com eles.
REG	Eu acredito que é reunindo com a equipe pedagógica. A equipe pedagógica tenta mostrar de forma simplificada, mas eu também não vejo muito por onde, talvez o próprio sistema simplificasse essas resultado da apresentação. A falha que está sendo mesmo na formação. É a forma de transmitir ao professor, não é o livro didático. Deveria ter uma equipe mais capacitada para ajudar a identificar onde está a falha para ter um replanejamento e ter um planejamento correto, de intervenção pedagógica, de colocar em prática.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise da resposta do SA sugere que a gestão escolar pode ajudar os professores a entenderem os dados para que possam ser aplicados de forma eficiente, ressaltando a necessidade de formação dentro da própria equipe gestora, antes de transmitir esse conhecimento para o corpo docente.

Por sua vez, o SB enfatiza a responsabilidade dos supervisores em oferecer assistência direta aos professores, mostrando resultados e ajudando no planejamento baseado em dados. Já o SC destaca as limitações de tempo, mencionando que, apesar das intenções, a gestão muitas vezes não consegue proporcionar todos os momentos necessários, como a apropriação dos dados e o repasse para a comunidade escolar, proporcionar o reforço escolar e tudo isso diante das inúmeras

demandas cobrada pelo sistema educacional. Isso ilustra um ponto importante discutido por Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) sobre os desafios logísticos e administrativos que podem impedir a utilização de forma eficiente dos dados de avaliação.

Já o REG aponta para a necessidade de uma formação mais consistente e sugere que simplificar a apresentação dos dados poderia facilitar sua utilização pelos professores. Ele ressalta a necessidade de uma equipe pedagógica mais capacitada para orientar e apoiar os professores na interpretação dos resultados das avaliações.

3.3.3 Principais conclusões da pesquisa

Nesta seção, partindo das considerações realizadas na análise anterior, buscamos identificar as categorias principais relacionadas às lacunas apontadas pelos professores e pela equipe gestora, as quais têm influenciado negativamente a apropriação dos resultados das avaliações do Simave/Proeb pela escola investigada. Para isso, apresentamos o quadro a seguir, que destaca três categorias de análise e estabelece sua conexão com as fragilidades e as dificuldades evidenciadas durante a análise dos dados coletados.

Quadro 30 – Principais conclusões da pesquisa

(continua)

Categorias de análise	Conclusão da pesquisa
Entendimento sobre as avaliações externas do Simave	Fragilidade na compreensão dos termos utilizados nas avaliações externas do Simave/Proeb por alguns professores e especialistas. Fragilidade na concepção do papel e dos objetivos das avaliações externas, principalmente pelos professores das disciplinas não avaliadas.

(conclusão)

Categorias de análise	Conclusão da pesquisa
Apropriação dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb	Falta de envolvimento e responsabilização de TODOS pela utilização e apropriação dos resultados das avaliações externas.
	Manifestação dos professores pela continuidade de formação continuada sobre apropriação de resultados, através de oficinas pedagógicas.
	A apropriação dos resultados da avaliação do Simave/Proeb ocorre de modo superficial, evidenciando dificuldades em se utilizar os dados como instrumentos de intervenção na prática pedagógica.
Gestão Pedagógica e Planejamento	Necessidade de monitoramento contínuo do planejamento, orientação e acompanhamento para a implementação das intervenções propostas pela gestão escolar e equipe pedagógica.
	Ausência de ação articulada entre os diversos atores educacionais. Falta de engajamento dos alunos na participação e na realização das avaliações externas do Simave/Proeb.
	Necessidade de fundamentação teórica, discussão e reflexão em relação às práticas que visam à apropriação de resultados das avaliações externas.
	Ausência da concepção de responsabilidade compartilhada pelos resultados obtidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com o quadro 30, as informações revelam que, embora o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas na Escola Estadual Zoé Machado de Jaíba (MG) esteja em desenvolvimento, ainda existem aspectos que necessitam ser repensados e aprimorados.

Após a análise dos questionários aplicados aos professores e das entrevistas semiestruturadas realizadas com o representante da equipe gestora e as especialistas

de Educação, constatamos que os professores de Língua Portuguesa, que é a disciplina avaliada pelo sistema, conhecem bem os termos e a estrutura das avaliações externas do Simave/Proeb e, de certa forma, aplicam seus conhecimentos no planejamento escolar.

Por outro lado, a equipe gestora e pedagógica reconhece uma fragilidade na apropriação de dados como um todo, principalmente em relação aos professores das disciplinas que não são avaliadas pelo sistema, percebendo um certo desconhecimento dos termos e da estrutura das avaliações e, de certa forma, não se sentem responsáveis pelos resultados da escola.

No entanto, percebe-se que as iniciativas propostas ainda são limitadas, evidenciando a necessidade de maior engajamento e comprometimento coletivo em prol dessa finalidade.

Diante dos desafios identificados no processo de apropriação, destacamos a importância de um aprofundamento mais detalhado sobre o sistema de avaliação externa, seus componentes e objetivos. Além disso, é essencial fortalecer a interação entre a equipe gestora e pedagógica na partilha de responsabilidades, bem como promover ações de formação e capacitação que auxiliem os professores a compreender e desempenhar plenamente seu papel como agentes fundamentais no processo avaliativo, uma vez que a responsabilidade pela aprendizagem dos alunos e pelo resultado nas avaliações externas deve ser de todos os atores escolares.

É relevante destacar que a presente análise não tem como objetivo criticar a escola ou o sistema de avaliações externas, tampouco estabelecer verdades absolutas. Reconhecemos o empenho da escola em avançar no processo de apropriação dos resultados das avaliações externas. No entanto, os dados analisados apontam a existência de fragilidades que ainda precisam ser enfrentadas. Assim, o objetivo é propor estratégias que auxiliem na superação dessas dificuldades, tornando o processo mais eficiente e alinhado às necessidades da escola.

A pesquisa revelou lacunas significativas na apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb pelos professores da escola.

Um dos principais desafios identificados foi a ausência de um processo sistemático e estruturado para a análise e integração desses dados ao planejamento pedagógico da instituição. Apesar da ampla disponibilidade de informações oferecidas pelo Simave, não há mecanismos estabelecidos para que os professores incorporem esses resultados às suas práticas pedagógicas de forma consistente. Essa deficiência

compromete a efetividade do uso dos dados como ferramenta para a melhoria contínua da aprendizagem.

A cultura de avaliação desempenha um papel fundamental no contexto educacional, pois não se limita apenas à atribuição de notas. Quando bem estruturada e formativa, ela promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo e reflexivo, centrado no desenvolvimento integral do estudante, em vez de focar apenas em sua classificação. Ao incorporar práticas como a autoavaliação e o feedback construtivo, essa abordagem estimula a autonomia e a responsabilidade dos alunos em relação ao próprio aprendizado. No entanto, a ausência de uma cultura de avaliação representa uma lacuna significativa, que precisa ser superada para que as práticas avaliativas possam alcançar todo o seu potencial transformador (Santana, 2024).

Outro ponto crítico identificado foi o planejamento pedagógico da escola, que tem se mostrado frágil e pouco direcionado pelos dados das avaliações externas. Esse cenário demonstra uma desconexão entre o diagnóstico das necessidades dos alunos, evidenciado pelos resultados do Proeb, e a formulação de estratégias pedagógicas voltadas para atender a essas demandas. A ausência de um acompanhamento contínuo do planejamento escolar compromete a efetividade das ações propostas, dificultando a obtenção de melhorias significativas no processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa evidenciou, ainda, uma desconexão entre a teoria e a prática pedagógica na escola. A falta de formação continuada e específica para os professores é um fator determinante para essa desconexão. Sem capacitação adequada, os docentes encontram dificuldades para aplicar práticas pedagógicas que respondam as demandas identificadas nas avaliações externas. Essa lacuna evidencia a necessidade de investimento em formação contínua, que proporcionem aos professores não apenas o entendimento dos resultados das avaliações, mas também ferramentas práticas para traduzir esse conhecimento em melhorias no ensino.

Além disso, a pesquisa destacou a baixa participação e engajamento dos alunos nas avaliações externas, o que limita a representatividade e confiabilidade dos resultados obtidos. Essa situação reflete uma necessidade urgente de envolvimento mais ativo da comunidade escolar, incluindo estudantes, professores e famílias no entendimento do papel e da relevância dessas avaliações.

Com base nas reflexões apresentadas, a próxima seção trará um Plano de Ação Educacional (PAE) elaborado com o objetivo de aprimorar o processo de apropriação dos resultados das avaliações do Simave/Proeb. A construção desse plano foi fundamentada nas contribuições dos profissionais que participaram do questionário e nas respostas obtidas durante as entrevistas. Essas participações foram essenciais para a obtenção das conclusões que embasam a formulação das propostas apresentadas no PAE.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A CULTURA DO USO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS DO SIMAVE/PROEB

Este estudo teve como propósito compreender de forma mais aprofundada os usos e as práticas adotados pela Escola Estadual Zoé Machado em relação à apropriação dos resultados das avaliações do Simave. Durante a pesquisa, foi apresentada a proposta de investigação e as expectativas em relação à análise da realidade escolhida. O texto inicia com uma contextualização sobre o surgimento das avaliações externas e os fatores que levaram à sua implementação. Como um processo, essas avaliações evoluíram para políticas públicas que têm sido desenvolvidas e aprimoradas ao longo do tempo. Também foi abordada a organização interna da escola em questão e também dos dados referentes aos resultados do Simave/Proeb, ao longo dos sete anos avaliados neste estudo, fazendo uma relação com a Superintendência Regional a qual pertence.

Este estudo analisou a estagnação do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa, entre 2017 e 2023, observando o baixo desempenho no 3º ano do Ensino Médio. A pesquisa buscou contribuir para o uso mais eficaz dos resultados das avaliações externas, promovendo a melhoria da qualidade do ensino. Propomos como hipótese que a formação dos profissionais escolares é essencial para uma melhor utilização desses dados, capacitando-os para compreender os conceitos técnicos e básicos relacionados às avaliações.

No terceiro capítulo, foi apresentado o referencial teórico selecionado, composto por autores que exploram o tema da avaliação externa e seus impactos. Com base nesse embasamento teórico, foram analisadas as respostas obtidas durante a pesquisa de campo. O estudo evidenciou que a equipe escolar demonstra uma certa fragilidade na motivação para adotar práticas de ensino coletiva voltadas à melhoria dos resultados.

A pesquisa de campo buscou avaliar a relevância das avaliações externas para o trabalho pedagógico, investigando se os profissionais da Educação possuem conhecimentos sobre essas avaliações e sobre como ocorre a apropriação e a utilização dos resultados na escola. Com base nos dados coletados e nas análises realizadas, não foi possível confirmar se a ausência de formação específica em avaliações externas influencia diretamente o uso dos resultados pela equipe escolar, uma vez que, os professores de Língua Portuguesa, participantes da pesquisa,

demonstraram ter conhecimento sobre as avaliações externas do Simave/Proeb e sobre a apropriação dos dados, enquanto os supervisores relataram ter dificuldade nos termos que compõem as mesmas avaliações e que não há um engajamento por parte dos professores que ministram os outros componentes curriculares. Contudo, foi identificado que a escola precisa estruturar-se melhor para entender e superar desafios que dificultam a apropriação dos resultados obtidos.

É importante esclarecer que a análise isolada das devolutivas das avaliações externas não garante a apropriação efetiva dos resultados. Essa apropriação ocorre quando a equipe escolar compreende sua proposta pedagógica, interpreta os dados obtidos, compara-os com os de outras instituições e define, de forma criteriosa, ações voltadas para o desenvolvimento das habilidades essenciais dos estudantes. Em resumo, a apropriação dos resultados pela escola exige iniciativas conscientes e autônomas por parte da equipe, que deve utilizar os dados das avaliações externas de maneira organizada e estratégica. Além disso, é fundamental que esses resultados não sejam vistos como os únicos indicadores de sucesso, mas como ferramentas para impulsionar metas mais ambiciosas no trabalho coletivo.

Uma parte dos participantes da pesquisa, principalmente dos professores, relatou a existência de uma cultura de apropriação dos resultados, utilizando os dados como base para planejar estratégias de intervenção junto aos alunos. Porém, os supervisores pedagógicos discordam dessa afirmação, principalmente em relação aos professores dos outros componentes curriculares. Isso ressalta que ainda há desafios significativos a serem superados e a importância de trabalhar a apropriação dos resultados para aprimorar a prática pedagógica para alcançar uma melhoria consistente no desempenho dos estudantes ao término do 3º ano do Ensino Médio.

Inicialmente, o plano de ação estava direcionado exclusivamente aos professores de Língua Portuguesa, considerando a relevância dessa disciplina para o desempenho nas avaliações externas. No entanto, durante as entrevistas realizadas com a equipe gestora e pedagógica, foi identificado que as necessidades de formação não se restringem apenas a essa área, mas abrangem todos os professores dos demais componentes curriculares. Essa constatação revelou uma lacuna mais ampla na apropriação e no uso dos dados das avaliações externas. Dado que o Módulo II é um momento coletivo de planejamento e reflexão pedagógica, envolvendo toda a equipe docente, tornou-se evidente a necessidade de incluir todos os professores na formação. Essa abordagem ampliada visa promover uma compreensão integrada dos

resultados educacionais e fortalecer as práticas pedagógicas de forma colaborativa e alinhada aos objetivos institucionais.

Em suma, neste capítulo, apresentamos o PAE, composto por seis propostas de ação que visam fortalecer a cultura de apropriação de resultados das avaliações externas, identificadas no contexto da Escola Estadual Zoé Machado. A intenção desse plano também é buscar o envolvimento responsável da equipe gestora, de professores e da comunidade escolar no processo de uso de resultados das avaliações externas e internas, incentivando a utilização pedagógica, tanto da aplicação das provas, quanto da análise dos dados e da implementação de ações de intervenção.

Objetivamos que essa prática se torne rotina no percorrer do ano letivo para o gestor, o professor e o supervisor, através de estudos, reflexões, planejamento e monitoramento das ações. Essa abordagem visa elevar a qualidade educacional da unidade de ensino, promovendo a equidade e colaborando para a melhoria do ensino oferecido.

As ações a serem desenvolvidas no contexto escolar são:

Ação 1: Reunião com equipe gestora, equipe pedagógica e professores para implementação do PAE.

Ação 2: Criação de um Grupo Diretivo (GD) entre a equipe de profissionais.

Ação 3: Formação continuada/oficinas sobre apropriação de resultados das avaliações externas do Simave/Proeb.

Ação 4: Responsabilização e fortalecimento das atividades interdisciplinares com a criação de Plano de Intervenção.

Ação 5: Organização e promoção da divulgação dos resultados.

Ação 6: Promoção de momentos de sensibilização da comunidade escolar.

Ação 7: Monitoramento e avaliação das ações do PAE.

Apresentamos, no Quadro 31, uma síntese detalhada das propostas do PAE, estruturada com base na ferramenta 5W2H. Essa metodologia recebeu seu nome a partir das iniciais das diretrizes em inglês, que orientam a elaboração de planos de ação: *What?* (o que será feito – etapas), *Why?* (porque será feito – justificativa), *Where?* (onde será feito – local), *When?* (quando será feito – tempo), *Who?* (quem será o responsável – responsabilidade), *How?* (como será feito – método) e *How much?* (quanto custará – custo) (Machado, 2019).

Quadro 31 - Síntese do detalhamento das propostas do Plano de Ação Educacional

(continua)

<i>What?</i> O que será feito?	<i>Why?</i> Por que será feito?	<i>Where?</i> Onde será feito?	<i>When?</i> Quando será feito?	<i>Who?</i> Por quem será feito?	<i>How?</i> Como será feito?	<i>How much?</i> Quanto? (custo)
Ação 1- Reunião com equipe gestora, equipe pedagógica e professores para implementação do PAE.	Sensibilizar para a importância do uso dos dados das avaliações externas no planejamento docente, incentivando a colaboração entre os pares e promovendo a responsabilidade compartilhada pelos resultados.	Na escola.	Segundo dia escolar, destinado ao planejamento de 2025.	Gestores da escola com o apoio dos vice-diretores.	A gestora organizará uma reunião com professores e supervisores para apresentar os resultados da pesquisa e, em seguida, a proposta do PAE.	Sem custos.

(continuação)

<i>What?</i> O que será feito?	<i>Why?</i> Por que será feito?	<i>Where?</i> Onde será feito?	<i>When?</i> Quando será feito?	<i>Who?</i> Por quem será feito?	<i>How?</i> Como será feito?	<i>How much?</i> Quanto? (custo)
Ação 2 - Criação de um Grupo Diretivo (GD) entre a equipe de profissionais.	Incentivar a colaboração entre os pares e fortalecer a consciência de responsabilidade compartilhada pelos resultados.	Na escola.	Terceiro dia escolar, destinado ao planejamento de 2025.	Gestor da escola, os vice-diretores e os especialistas.	Promover discussões entre os profissionais para incentivar o trabalho colaborativo e a divisão de responsabilidades, de forma equilibrada.	Sem custos.
Ação 3 - Formação continuada/ oficinas sobre apropriação de resultados das avaliações externas do Simave/Proeb.	Aprofundar o conhecimento sobre as avaliações externas do Simave e incentivar a	Na escola.	Reunião de Módulo II, do mês de fevereiro, março e abril.	Gestor, convidado especialista no assunto e professores.	Promover discussões e estudos sobre os processos de avaliação do Simave, facilitando o acesso aos	R\$ 1.200,00 (Referente à despesa com transporte e taxa de honorários do convidado)

(continuação)

<i>What?</i> O que será feito?	<i>Why?</i> Por que será feito?	<i>Where?</i> Onde será feito?	<i>When?</i> Quando será feito?	<i>Who?</i> Por quem será feito?	<i>How?</i> Como será feito?	<i>How much?</i> Quanto? (custo)
Ação 3- Formação continuada/ oficinas sobre apropriação de resultados das avaliações externas do Simave/Proeb.	utilização dos dados como ferramenta para aprimorar a gestão pedagógica.	Na escola.	Reunião de Módulo II, do mês de fevereiro, março e abril.	Gestor, convidado especialista no assunto e professores.	resultados, compreendendo os termos técnicos e refletindo sobre a importância da participação e da apropriação dos dados obtidos.	especialista no assunto).
Ação 4 – Responsabilização e fortalecimento das atividades interdisciplinares com a criação de Plano de Intervenção.	Diante das fragilidades identificadas e dos desafios relacionados à apropriação dos dados que a escola precisa enfrentar, esta	Na escola.	2º Módulo II de cada mês (entre abril e outubro),	Gestor, especialista e professores.	Elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica, com a participação da equipe gestora e pedagógica e de todos os professores,	Sem custos.

(continuação)

<i>What?</i> O que será feito?	<i>Why?</i> Por que será feito?	<i>Where?</i> Onde será feito?	<i>When?</i> Quando será feito?	<i>Who?</i> Por quem será feito?	<i>How?</i> Como será feito?	<i>How much?</i> Quanto? (custo)
Ação 4 – Responsabilização e fortalecimento das atividades interdisciplinares com a criação de Plano de Intervenção.	estratégia visa sugerir ações que, ao serem implementadas pela equipe, podem contribuir para a melhoria dos resultados dos estudantes.	Na escola.	2º Módulo II de cada mês (entre abril e outubro).	Gestor, especialista e professores.	definindo as responsabilidades de cada um.	Sem custos.
Ação 5 - Organização e promoção da divulgação dos resultados.	Divulgar e tornar público os resultados e as necessidades de intervenções.	Na escola, nas entidades parceiras da escola e comunidade e nas redes sociais.	Uma vez por mês. (fevereiro a novembro)	PEUB.	Criação do Mural informativo da escola, gráficos, panfletos. Cartazes e vídeos nas redes sociais da escola.	R\$500,00 (Referente ao pagamento de panfletos na gráfica).

(continuação)

<i>What?</i> O que será feito?	<i>Why?</i> Por que será feito?	<i>Where?</i> Onde será feito?	<i>When?</i> Quando será feito?	<i>Who?</i> Por quem será feito?	<i>How?</i> Como será feito?	<i>How much?</i> Quanto? (custo)
Ação 6 – Promoção de momentos de sensibilização da comunidade escolar.	Informar resultados da escola das avaliações do Simave/Proeb; Motivar a participação e a melhoria do desempenho dos alunos.	No pátio da escola.	Maio e novembro.	Gestor, especialista e professores.	Por meio de reunião coletiva de pais, com a participação dos alunos e dos funcionários da escola.	Sem custos.
Ação 7 - Monitoramento e avaliação das ações do PAE.	Acompanhar e avaliar os pontos que necessitam de ajustes e aprimoramentos nas proposições do PAE,	Na escola.	De fevereiro a novembro.	Grupo Diretivo.	Preenchimento de formulários de avaliação e monitoramento de cada ação realizada, seguido da elaboração de	Sem custos.

(conclusão)

<i>What?</i> O que será feito?	<i>Why?</i> Por que será feito?	<i>Where?</i> Onde será feito?	<i>When?</i> Quando será feito?	<i>Who?</i> Por quem será feito?	<i>How?</i> Como será feito?	<i>How much?</i> Quanto? (custo)
Ação 7 - Monitoramento e avaliação das ações do PAE.	utilizando-os como base de dados para a elaboração do relatório final das ações realizadas.	Na escola.	De fevereiro a novembro.	Grupo Diretivo.	um relatório final sobre a execução do PAE.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base nos dados coletados, o Plano de Ação será executado em etapas conforme as propostas, levando em conta a realidade da escola e os recursos disponíveis, como datashow, papel, toner, impressora, cartolina, papel pardo, pincéis, canetas variadas, computador e acesso à internet. Dessa forma, a implementação do Plano de Ação Educacional não apresentará grandes dificuldades, desde que a equipe esteja engajada, organize os trabalhos e realize as ações de forma sistemática e contínua, promovendo mudanças na realidade da escola. O Plano propõe ações a serem implementadas na escola pesquisada, as quais serão descritas nas próximas seções.

4.1 DETALHAMENTO DE AÇÕES DO PAE

O PAE apresentado é formado por sete ações sugeridas com base na análise dos dados coletados, por meio de entrevistas e questionários mencionados em capítulo anterior. As ações propostas são viáveis para a gestão escolar e sua equipe, visando consolidar uma cultura eficaz de compreensão, análise e apropriação dos resultados das avaliações do Proeb.

4.1.1 Ação 1 - Reunião com equipe gestora, equipe pedagógica e professores para implementação do PAE

A primeira ação do PAE foi desenvolvida com o intuito de apresentar aos especialistas e aos professores, sujeitos diretamente relacionados à equipe pedagógica, os principais desafios a serem superados, a partir dos resultados desta pesquisa. A Secretaria de Estado de Educação (SEE) orienta que, nos três dias que antecedem o início do ano letivo, as equipes escolares realizem reuniões para planejar o ano escolar.

Dessa forma, pensamos em iniciar as atividades do PAE no segundo dia dessas reuniões, após a gestão realizar a recepção dos professores e apresentar o feedback sobre o desempenho do ano anterior. Esse momento será dedicado à reflexão sobre as estratégias pedagógicas adotadas pela escola para análise de

resultados e à apresentação do PAE, permitindo que a equipe defina, de maneira colaborativa, a melhor forma de executar o plano.

Para garantir que a reunião seja organizada e estimule a adesão dos profissionais às ações subsequentes, é essencial planejar cada etapa, desde a divulgação até sua execução. Todo o processo de organização e condução da reunião será coordenado pela gestora da escola, com o suporte dos vice-diretores e supervisores.

A reunião será divulgada com um dia de antecedência, e os participantes receberão, por e-mail, o convite, a pauta e um arquivo em PDF com informações relevantes para o entendimento prévio dos principais pontos tratados nesta pesquisa. O quadro 32 apresenta os passos detalhados para a realização da reunião.

Quadro 32 – Passos para a execução da reunião de implementação do PAE

Local da reunião	Refeitório da Escola Zoé Machado	
Dia	03 de fevereiro de 2025	
Assuntos a serem abordados	Duração	Material
Apresentação em slides: objetivos, metodologia utilizada e resultados da pesquisa.	8:00 às 9:00	Slides preparados pela gestora.
Discussão sobre a relevância da formação continuada dos professores no aprimoramento do processo de aprendizagem dos alunos.	9:00 às 9:30	Não se aplica.
Exposição em slides – Quadro síntese das propostas de ações do PAE.	9:30 às 10:30	Slides preparado pela gestora.
Avaliação da ação 1.	10:30 às 10:50	Formulário on-line: disponibilização de link para preenchimento.
Agradecimento pela colaboração na pesquisa.	10:50 às 11:00	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A reunião acontecerá no dia 03 de fevereiro de 2025, durante o segundo dia escolar, que é destinado ao planejamento coletivo anual. Com duração prevista de 3 horas, o encontro terá início às 8h e término às 11h. Na primeira parte, será realizada uma apresentação, em slides, com um resumo da pesquisa, abordando os objetivos, a questão norteadora, o desenvolvimento, os dados coletados, a análise e as conclusões. Posteriormente, serão propostas duas perguntas para fomentar o debate, sendo elas:

- A formação dos profissionais sobre avaliações externas pode contribuir para a utilização dos resultados?
- Como a utilização dos resultados das avaliações externas podem contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos?

Esperamos que a discussão promova a conscientização dos profissionais sobre a importância da formação continuada para compreender a estrutura das avaliações externas, seus processos e a forma como a utilização dos resultados pode contribuir para o acompanhamento do aprendizado dos alunos. Após o debate, a gestora apresentará as propostas de ações descritas no PAE, juntamente com o cronograma de execução, conforme indicado no quadro 32.

Para encerrar a reunião, propomos a aplicação de uma avaliação da ação 1, por meio do preenchimento de um formulário. As informações coletadas serão utilizadas como base para a elaboração do relatório final e ajudarão a identificar a necessidade de ajustes ou de novas proposições para as ações subsequentes.

4.1.2 Ação 2 - Criação de um Grupo Diretivo (GD) entre a equipe de profissionais

Conforme Lück (2009, p. 118) aponta, cabe ao diretor escolar "o papel da liderança que consiste em levar os seus participantes a focalizar os aspectos importantes da experiência, identificar as suas características, analisar seus resultados sob o enfoque dos objetivos educacionais". Assim, é responsabilidade dele criar equipes de trabalho e distribuir as tarefas visando a organização escolar e a melhoria da qualidade da Educação oferecida na instituição.

A pesquisa constatou que, embora os professores demonstrem interesse pelos resultados do Simave, os supervisores e alguns professores das disciplinas não

avaliadas enfrentam dificuldades para conectar as habilidades avaliadas aos conteúdos a serem trabalhados. Outro aspecto identificado foi o impacto da carga de trabalho burocrático, que limita o acompanhamento contínuo e próximo das atividades em sala de aula pela gestão pedagógica. Com base no exposto, a ação 2 do PAE propõe a formação de um Grupo Diretivo (GD) como uma estratégia para abordar essas questões.

O GD será responsável por liderar os estudos voltados à compreensão e à utilização dos resultados das avaliações externas e internas, desenvolvendo intervenções baseadas no desempenho dos alunos. Além disso, o grupo oferecerá suporte à gestão no monitoramento das ações previstas no PAE. O Quadro 33 a seguir apresenta os detalhes da reunião, destinada à criação do GD.

Quadro 33 – Descrição da reunião para a formação do Grupo Diretivo

(continua)

Local da reunião	Refeitório da Escola Zoé Machado	
Dia	04 de fevereiro de 2025	
Assuntos a serem abordados	Duração	Material
Início da reunião com uma música para sensibilizar os participantes e incentivar o desenvolvimento de uma gestão participativa.	8:00 às 8:30	Vídeo: Dias Melhores de Jota Quest Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kMSU0gRsbY8
Dinâmica de formação de grupos para estudo do texto. Logo após a leitura, será realizada a apresentação dos grupos e a discussão conduzida pela gestora.	8:30 às 10:30	Texto em PDF de Márcia Cristina da Silva Machado: “A gestão estratégica como o caminho para implantação da gestão participativa no sistema educacional”.

(conclusão)

Local da reunião	Refeitório da Escola Zoé Machado	
Dia	04 de fevereiro de 2025	
Assuntos a serem abordados	Duração	Material
Formação do Grupo Diretivo (GD) – Objetivos do grupo; – Composição e escolha dos professores representantes.	10:30 às 11:00	Slides preparados pela gestora.
Avaliação da reunião	11:00 às 11:30	Formulário on-line: disponibilização de link para preenchimento.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A formação do Grupo Diretivo (GD) está programada para o terceiro dia escolar do ano de 2025, mais precisamente para o dia 05 de fevereiro, das 8:00h às 11:30h. Será responsabilidade do gestor escolar mobilizar e organizar a participação de professores e supervisores no GD. Para incentivar o engajamento dos participantes, o gestor formará grupos para a leitura do texto, com o tema gestão participativa, logo após os estudos, a equipe fará a apresentação do texto lido com o objetivo de proporcionar conhecimento sobre o assunto. O GD será constituído pela equipe gestora (diretor, vice-diretores e supervisor pedagógico) e por professores, representando cada ano de escolaridade, escolhidos pelos próprios colegas.

Propomos que o GD se reúna mensalmente, preferencialmente às segundas-feiras, que é o dia que antecede o horário de Módulo II coletivo, para planejamento, estudo e monitoramento das ações propostas. No primeiro encontro, o gestor apresentará o cronograma de atividades aos membros do grupo, conforme detalhado no quadro 34.

Quadro 34 – Cronograma de atividades do Grupo Diretivo (GD) de 2025

Atividades do GD	Data	Duração
Reunião para a apresentação da proposta de atividades, elaboração de cronograma para iniciar o planejamento do minicurso 1.	10/02/25	2h
Execução do minicurso 1 da ação 3 do PAE.	11/02/25 e 18/02/25	6h
Reunião para planejamento do minicurso 2 da ação 3 do PAE.	10/03/25	2h
Execução do minicurso 2 da ação 3 do PAE.	11/03/25 e 18/03/25	4h
Reunião para planejamento do minicurso 3 da ação 3 do PAE.	07/04/25	2h
Execução do minicurso 3 da ação 3 do PAE.	08/04/25 e 15/04/25	4h
Acompanhamento da execução do planejamento docente.	Março a outubro de 2025	30 minutos a cada bimestre
Elaboração do relatório final das atividades e acompanhamento realizado pelo GD.	03/11/25	2h
Apresentação do relatório final à comunidade escolar.	10/11/25	1h30min

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O cronograma de atividades do Grupo Diretivo (GD), conforme apresentado no quadro, está programado para começar em fevereiro e se encerrar em novembro de 2025. As atividades previstas poderão ser ajustadas, ampliadas ou validadas pelos integrantes do grupo. O acompanhamento das ações realizadas em sala de aula ocorrerá bimestralmente, sendo conduzido em momentos diferentes por dois membros do GD: o diretor, o vice-diretor ou supervisor, juntamente com o professor representante do respectivo ano de escolaridade.

Os aspectos descritos anteriormente permitirão ao Grupo Diretivo (GD) monitorar a execução do planejamento docente e oferecer um feedback aos

professores, destacando os pontos observados e sugerindo melhorias para aprimorar o planejamento. É responsabilidade do gestor preparar e sensibilizar os professores para esse processo, enfatizando a importância do trabalho colaborativo e participativo. Em nenhum momento, o objetivo da gestão escolar será fiscalizar ou criticar negativamente o trabalho desenvolvido em sala de aula.

4.1.3 Ação 3 - Formação continuada: oficinas sobre a apropriação de resultados das avaliações externas do Simave/Proeb

A terceira ação propõe a oferta de formação continuada para os professores, por meio de cursos e oficinas pedagógicas. Inicialmente, será apresentado um curso com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as avaliações externas de forma mais sistematizada, incentivando a reflexão sobre a utilização produtiva dos resultados dessas avaliações no planejamento docente. Ao longo do curso, poderão surgir temas que servirão de base para a criação de oficinas pedagógicas, as quais poderão ser realizadas periodicamente, após essa formação inicial. O quadro 35 apresenta a síntese da proposta do curso.

Quadro 35 - Síntese da proposta do programa de formação de docentes

(continua)

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Por quem?	Como?	Quanto?
Etapa 1 - Aprofundando os conhecimentos sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – Simave/Proeb; - Breve linha do tempo sobre as avaliações externas no âmbito nacional e estadual; - Conhecendo o Simave/Proeb e seus indicadores.	Reconhecer a avaliação externa como ferramenta para a gestão pedagógica; Explorar diferentes perspectivas de pensadores sobre as avaliações externas.	Escola e local escolhido pelo professor	11/02/25 e 18/02/25	GD e professores	Por meio de estudos, debates em grupo e reflexões, baseadas nas bibliografias relacionadas ao tema das avaliações externas. O encontro será iniciado pelo GD, com a exibição de um vídeo, seguida por comentários e reflexões. – Organizar quatro grupos de estudo, em que cada grupo receberá um dos textos previamente enviados por e-mail e deverá apresentar, em plenária, a visão do autor sobre a avaliação educacional.	Sem custos.

(continuação)

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Por quem?	Como?	Quanto?
Etapa 1 - Aprofundando os conhecimentos sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – Simave/Proeb; - Breve linha do tempo sobre as avaliações externas no âmbito nacional e estadual; - Conhecendo o Simave/Proeb e seus indicadores.	Reconhecer a avaliação externa como ferramenta para a gestão pedagógica; Explorar diferentes perspectivas de pensadores sobre as avaliações externas.	Escola e local escolhido pelo professor	11/02/25 e 18/02/25	GD e professores	– Refletir e responder à questão: Qual é a minha percepção sobre as avaliações externas?	Sem custos.

(continuação)

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Por quem?	Como?	Quanto?
Etapa 2 Relembrando ferramentas e conceitos de acesso aos resultados do Simave/Proeb. -Responsabilização: equipe gestora (Vice-diretor e Especialista). - Importância da análise e Apropriação dos resultados da escola.	- Conhecer os conceitos, termos técnicos e ferramentas de navegação do portal Simave. – Sensibilizar todos os atores escolares sobre a responsabilização da apropriação dos resultados da escola.	Na sala de informática da escola	11/03/25 e 18/03/25	GD, convidado especialista no assunto e professores.	Utilização dos computadores/notebooks para acessar o portal do Simave e explorar todas as suas abas de navegação. Apresentação, por meio de slides, dos conceitos relacionados à elaboração das avaliações externas. Cada grupo receberá um envelope contendo os nomes dos conceitos abordados e, em seguida, realizará uma discussão e reflexão sobre eles.	R\$1.200,00. (Referente à despesa com transporte e taxa de honorários do convidado especialista no assunto).

(conclusão)

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Por quem?	Como?	Quanto?
Etapa 3 Refletindo sobre as possibilidades de utilizar os resultados do Simave no planejamento docente.	– Compreender e usar os resultados das avaliações externas do Simave no planejamento docente.	Na escola	01/04/25 e 08/04/25	GD e professores	Atividade prática em grupo para análise dos resultados de Língua Portuguesa de todas as séries, com foco na exploração das matrizes de referência. Cada grupo deverá selecionar um descritor com menor percentual de acerto e elaborar uma atividade para abordar a dificuldade identificada.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O curso de formação para professores é estruturado em três módulos que abordam temas relacionados às avaliações externas. O tema da Etapa 1 é “Aprofundando os conhecimentos sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave)”. É essencial disseminar o conhecimento sobre essas avaliações na escola, promovendo seu entendimento, como uma ferramenta para diagnosticar a qualidade do ensino oferecido. Muitas vezes, as avaliações externas são vistas de forma negativa, como uma cobrança governamental, devido à falta de conhecimento sobre o tema. Quando algo não é compreendido, surgem barreiras para sua utilização, seja por receio ou por não admitir as dificuldades.

O objetivo dessa formação é aprofundar o conhecimento sobre as avaliações externas, incentivar o engajamento de todos no processo avaliativo e desmistificar sua função. Além disso, buscamos demonstrar como os resultados podem ser utilizados para diagnosticar pontos a serem aprimorados no planejamento, contribuindo para a melhoria do desempenho dos alunos.

A Etapa 1 será realizada em dois momentos. O primeiro, não presencial, será destinado à leitura de materiais, enviados por e-mail aos participantes, relacionados ao tema. O segundo momento será presencial, com duração de duas horas, realizado na escola. Nesse encontro, os participantes assistirão a um vídeo sobre avaliações e, em seguida, serão divididos em quatro grupos. Cada grupo trabalhará com um dos textos já estudados, organizando uma plenária para responder às seguintes questões:

- Qual é o ponto de vista dos autores sobre as avaliações externas?
- Qual é a minha percepção sobre as avaliações externas?
- É possível utilizar os dados fornecidos pelas avaliações? De que forma?

A Etapa 2 será realizada no dia 11 de março de 2025, das 17h30 às 19h30, sob a coordenação dos integrantes do GD e do convidado especialista no assunto para prestar esclarecimentos e auxiliar o grupo. Espera-se que os professores utilizem os conhecimentos adquiridos em atividades do cotidiano escolar, como a análise do currículo e a elaboração do planejamento pedagógico, e não apenas no período de divulgação dos resultados.

Com o tema “Relembrando ferramentas e conceitos de acesso aos resultados do Simave/Proeb”, a Etapa 2 abordará os principais termos e conceitos relacionados às avaliações externas, como apropriação de resultados, proficiência, habilidades, descritores, escala de proficiência, matriz de referência, distribuição de alunos por

padrões de desempenho, além do que se espera para o Proeb, entre outros tópicos relevantes.

Durante a atividade, os professores utilizarão seus dispositivos móveis e computadores para acessar, em tempo real, o glossário disponível no Novo Portal do Simave (Minas Gerais, [2023b]). Após essa interação, será promovida uma discussão coletiva para aprofundar a compreensão dos conceitos apresentados.

A Etapa 3 é especialmente relevante, pois aborda um dos principais desafios enfrentados pelas escolas: a utilização dos resultados das avaliações para repensar e aprimorar as práticas pedagógicas, de forma que as deficiências identificadas sejam corrigidas ou minimizadas. Em alguns casos, como no 3º ano do Ensino Médio, o trabalho direto com o aluno que realizou o teste é inviabilizado, já que ele encerrou um ciclo. Contudo, com os alunos do 1º, 2º e 3º anos do período letivo seguinte, isso é possível, uma vez que eles permanecem na mesma instituição. Nessa situação, os resultados das avaliações servem como base para reorientar o planejamento e as práticas pedagógicas.

Este curso não terá custos adicionais, pois utilizará materiais e serviços já contemplados nos recursos destinados à manutenção e custeio.

Para maior clareza sobre o curso de formação, o quadro 36 apresenta sugestões de bibliografias e a carga horária destinada a cada módulo.

Quadro 36 – Sugestões de bibliografia e carga horária do curso de formação continuada aos professores

(continua)

Carga horária	Bibliografia
Etapa 1 6 horas	Vídeo: 1. <i>Avaliação: Prêmio ou Punição?</i> AVALIAÇÃO: Prêmio ou Punição? [S. l.: S. n.], 2008. 1 vídeo (4min30seg). Publicado pelo canal Simoneteodoro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6rHvpwKOpQg&list=PL5Vdb6Dyg9NwgA4nAIWdebQV4piLFabaj . Acesso em: 19 jan. 2025.

(continuação)

Carga horária	Bibliografia
Etapas 1 6 horas	Vídeo: 2. <i>História da Avaliação Educacional no Brasil</i> CAED: História da Avaliação Educacional no Brasil, [S. l.: S. n.], 2018. 1 vídeo (39min47seg). Publicado pelo canal TER PPGP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8NBmWp6EFYw. Acesso em: 18 jan. 2025. Textos: 1. <i>Avaliações em larga escala: uma sistematização em debate</i> BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 set. 2023. 2. <i>Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados</i> MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, 2012. Disponível em: https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/117. Acesso em: 27 set. 2023. 3. <i>Avaliação externa: como compreender e utilizar resultados</i> NOVA ESCOLA. Avaliação externa: como compreender e utilizar resultados. In: Nova Escola, São Paulo, [2019?]. Disponível em: https://novaescola.org.br/avaliacao-externa-compreender-e-utilizar-resultados/. Acesso em: 24 set. 2023.

(conclusão)

Carga horária	Bibliografia
Etapa 2 4 horas	1. <i>Glossário com termos e conceitos utilizados no Simave</i> CAED. Glossário. Juiz de Fora (MG): CAEd/UFJF, 2020. Disponível em: https://simave.educacao.mg.gov.br/resources/arquivos/glossario/GLOSSARIO.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025. 2. <i>Acesso ao Novo portal do Simave</i> MINAS GERAIS. Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. In: Simave, [S. l.], [2023b]. Disponível em: https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/pagina-inicial. Acesso em: 27 set. 2023.
Etapa 3 4 horas	1. <i>Sistema Mineiro de avaliação e equidade da educação Pública – SIMAVE: Orientações Pedagógicas</i> MINAS GERAIS. Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. In: Simave, [S. l.], [2023b]. Disponível em: https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/pagina-inicial. Acesso em: 27 set. 2023. 2. Como utilizar os resultados do Proalfa e Proeb (p. 28-29) MINAS GERAIS. Formação de gestores escolares: Unidade 3 – Garantia do Direito à Aprendizagem. In: MINAS GERAIS. Cadernos de Estudo Gestão Pedagógica. Belo Horizonte: SEE, 2019. p.1-39. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1SJvpUy7Q193Qtr9X5NKCvHcKcUHGyTH7. Acesso em: 19 jan. 2025. 3. Análise dos resultados do Proeb (Língua Portuguesa) - 2024 impressos ou por meio do Portal do Simave (Minas Gerais, [2023b]).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O curso terá uma carga horária total de 16 horas. É importante destacar que o tempo dedicado à participação no curso será descontado da carga horária referente ao Módulo II dos professores e contabilizado como desenvolvimento profissional para avaliação de desempenho individual dos servidores. Ao final do curso, será emitido um certificado referente aos três módulos, assinado pelo GD.

Espera-se que, por meio desse curso, os professores e supervisores consigam identificar as habilidades e descritores que os alunos têm demonstrado maior dificuldade em aprender. Isso permitirá a reavaliação das práticas pedagógicas, o planejamento docente e a proposição de estratégias para superar as dificuldades detectadas.

Após a conclusão do curso, o GD poderá elaborar um novo calendário para continuar a formação continuada por meio de oficinas pedagógicas. Essas oficinas poderão abordar temas sugeridos com base no levantamento das habilidades não assimiladas pelos alunos, identificadas em avaliações externas ou internas.

É fundamental que as oficinas pedagógicas sejam fundamentadas em uma parte teórica, garantindo que os professores tenham acesso ao conteúdo que possibilite a reflexão e o aprimoramento de suas práticas de ensino.

4.1.4 Ação 4 - Responsabilização e fortalecimento das atividades interdisciplinares com a criação de Plano de Intervenção

A partir dos resultados encontrados na análise dos resultados das avaliações externas do Simave/Proeb, na etapa 3 do curso de formação, a equipe pedagógica terá a oportunidade de rever conceitos e apropriar-se dos resultados das avaliações externas e, conseqüentemente, analisarão e repensarão o planejamento a ser desenvolvido no corrente ano.

A ação 4 concentra-se no fortalecimento das atividades interdisciplinares, por meio da elaboração de um Plano de Intervenção Pedagógica que envolva todos os atores do processo avaliativo, inclusive abrangendo todas as disciplinas, que podem ser agrupados por áreas do conhecimento, garantindo a corresponsabilidade no enfrentamento das fragilidades detectadas.

Embora o foco do estudo seja na disciplina de Língua Portuguesa, é essencial que todos os educadores, independentemente de sua área de atuação, participem do

processo de análise desses resultados. Essa participação ampla garante uma compreensão mais abrangente do desempenho educacional dos estudantes, permitindo estratégias interdisciplinares que podem apoiar a melhoria dos alunos de maneira mais holística. A participação dos professores de diferentes disciplinas favorece uma responsabilidade compartilhada por lidar com as lacunas identificadas no desempenho dos alunos, particularmente nas áreas relacionadas às habilidades de linguagem, que são fundamentais em todo o currículo.

Ao longo do ano, durante as reuniões de Módulo II, mais especificamente na terceira reunião de cada mês, entre abril e outubro, a equipe gestora, o especialista e os professores se reunirão para analisar os dados das avaliações externas, identificar as necessidades específicas e realizar um planejamento, propondo intervenções articuladas entre diferentes áreas do conhecimento. Assim, o trabalho colaborativo permitirá que cada membro da equipe assuma responsabilidades claras na execução das ações sugeridas, visando aperfeiçoar as práticas docentes, atender às demandas reais dos alunos e, conseqüentemente, elevar o nível de qualidade da aprendizagem dos alunos e também dos resultados educacionais obtidos pela escola. Para melhor organizar as análises e as atividades propostas, será estabelecido um formulário, conforme ilustrado no quadro 37, para mapeamento das habilidades e o direcionamento das ações do planejamento.

Quadro 37 - Formulário de mapeamento das habilidades

Escola Estadual: _____ Ano de escolaridade: _____		
Mês: _____ Ano: _____		
Componente curricular: _____		
Habilidade Avaliada	Conteúdo	Proposta de Intervenção

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Essa ação não implica custos financeiros imediatos. No entanto, a implementação das atividades pode gerar despesas posteriores, com materiais de papelaria ou itens similares. O valor a ser investido dependerá das ações que forem definidas no momento de sua execução. Segue a seguir o quadro 38, com o cronograma dos planejamentos coletivos, por área do conhecimento.

Quadro 38 – Cronograma de ações interdisciplinares por meio do trabalho colaborativo

Local da reunião	Refeitório da Escola Zoé Machado	
Assuntos a serem abordados	Data	Duração
Análise das habilidades avaliadas e planejamento por área do conhecimento.	15/04/24	2h
Análise das habilidades avaliadas e planejamento por área do conhecimento.	19/05/24	2h
Análise das habilidades avaliadas e planejamento por área do conhecimento.	16/06/24	2h
Análise das habilidades avaliadas e planejamento por área do conhecimento.	15/07/24	2h
Análise das habilidades avaliadas e planejamento por área do conhecimento.	18/08/24	2h
Análise das habilidades avaliadas e planejamento por área do conhecimento.	15/09/24	2h
Análise das habilidades avaliadas e planejamento por área do conhecimento.	20/10/24	2h

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.1.5 Ação 5 - Organização e promoção da divulgação dos resultados

A divulgação dos resultados das avaliações externas é essencial para a comunidade escolar, sobretudo para pais e responsáveis, que desejam conhecer o desempenho da escola e as iniciativas para aprimorá-lo. Contudo, a realização de apenas um dia de reunião não basta para comunicar esses dados de maneira ampla, e a presença da família nem sempre é satisfatória.

A quinta ação consiste em organizar e promover a divulgação dos resultados das avaliações e das necessidades de intervenção junto à comunidade escolar e além dela, garantindo transparência e envolvimento de todos no processo de melhoria da qualidade educacional.

Essa divulgação ocorrerá mensalmente, abrangendo o ambiente interno da escola, as entidades parceiras, a comunidade e as redes sociais. Os professores de uso da biblioteca serão responsáveis pela criação e pela manutenção de um mural informativo, assim como pela produção de gráficos, de folders, de panfletos, de cartazes e vídeos, veiculados tanto no espaço físico da escola quanto nos canais digitais disponíveis. Nesses materiais serão divulgados o nome das avaliações, o programa Simave/Proeb, as turmas avaliadas, o nível de desempenho e o resultado geral da escola. Ao destacar as habilidades já desenvolvidas pelos estudantes, esses materiais tornam visíveis as conquistas alcançadas e as ações de intervenção futuras, incentivando o engajamento familiar e o reconhecimento do trabalho pedagógico em curso.

4.1.6 Ação 6 – Promoção de momentos de sensibilização da comunidade escolar

A sexta ação envolve a realização de um momento de sensibilização da comunidade escolar, com o intuito de divulgar os resultados obtidos pela escola nas avaliações do Simave/Proeb e fomentar a participação ativa de todos: pais, alunos, professores, equipe gestora e pedagógica na busca pela melhoria do desempenho dos alunos.

Prevista para ocorrer no pátio da escola em duas etapas, sendo a primeira no mês de maio e a segunda no mês de novembro. Essa iniciativa contará com o envolvimento do gestor, do especialista e dos professores, que serão responsáveis por apresentar as informações de maneira clara e contextualizada. Além disso, a reunião coletiva de pais, com a presença de alunos e demais funcionários, propiciará um espaço de diálogo aberto, com o esclarecimento de dúvidas e o compartilhamento de propostas pedagógicas, fortalecendo os vínculos entre a família, a equipe escolar e os estudantes, e contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais participativo e comprometido. O objetivo da primeira reunião é informar aos pais e aos alunos a real importância das avaliações externas do Simave/Proeb e como seus resultados são utilizados nas políticas públicas. Já na segunda reunião, o objetivo é sensibilizá-los quanto ao envolvimento e à participação na realização dessas

avaliações. Segue o cronograma, no quadro 39, das reuniões sobre essa sensibilização.

Quadro 39 – Cronograma das reuniões de sensibilização

Roteiro	Data	Duração	Responsável pela ação
Reunião de pais para sensibilizar sobre a real importância das avaliações externas do Simave/Proeb e como seus resultados são utilizados nas políticas públicas.	12/05/24	2h	GD
Reunião de pais para sensibilizá-los quanto ao envolvimento e à participação na realização dessas avaliações.	10/11/24	2h	GD

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.1.7 Ação 7 - Monitoramento e avaliação das ações do PAE

O monitoramento e a avaliação de cada ação realizada são fundamentais para assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento das etapas seguintes. Conforme Lück (2009, p. 43), “monitoramento e avaliação são duas faces de uma mesma moeda que representa o cuidado e o interesse por determinar a qualidade efetiva do trabalho realizado”. Dessa forma, não se trata de limitar as ações nem de exercer controle punitivo, mas de refletir criticamente sobre as práticas, revisando-as e ajustando-as, quando necessário, de modo a garantir o aprendizado efetivo e a concretização dos objetivos propostos.

A sétima ação consiste no monitoramento e na avaliação sistemática de todas as iniciativas propostas no PAE, assegurando que as metas e os objetivos sejam acompanhados de maneira contínua. Ao longo do período entre fevereiro e outubro, a equipe diretiva adotará formulários específicos para avaliar e registrar o andamento

de cada ação, identificando pontos que demandem ajustes, aprimoramentos ou maior atenção. Os dados coletados durante esse processo servirão de base para a elaboração de um relatório final, no qual serão consolidados os resultados alcançados e apontadas possíveis estratégias de fortalecimento do trabalho pedagógico, garantindo maior clareza e eficiência na condução das práticas educativas. Para isso, foi definido o formulário para coleta de dados, conforme aspectos descritos no quadro 40.

Quadro 40 – Formulário para monitoramento e avaliação do PAE

Ações	Responsável pela Ação	Data prevista	Data de Realização	Fragilidades da Ação	Potencialidades da Ação	Sugestões
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir do levantamento e do preenchimento desse formulário pelo Grupo Diretivo, será elaborado um relatório ao final do PAE a ser apresentado à comunidade escolar, no dia da sensibilização da comunidade, que será realizada 10 de novembro de 2024. Além disso, o material poderá ser exposto no quadro de avisos, tanto na entrada da escola quanto na sala dos professores, com o propósito de tornar públicas e acessíveis as etapas de desenvolvimento do Plano de Ação.

Após a implementação das propostas, é indispensável verificar se a execução do PAE alcançou o efeito desejado, provocando mudanças significativas no comportamento e na postura dos envolvidos no processo avaliativo. É importante que todos os envolvidos assumam suas responsabilidades, assegurando que o uso sistemático dos resultados contribua para o aprimoramento da aprendizagem e o desempenho dos estudantes da Escola Estadual Zoé Machado nas avaliações externas do Simave/Proeb.

Portanto, o presente Plano de Ação Educacional (PAE) tem a intenção de contribuir positivamente no que diz respeito à apropriação dos dados da avaliação externa pelos professores efetivos e contratados, ao longo de diferentes prazos. A curto prazo (1 ano), o plano viabiliza formações e reuniões estratégicas que capacitam os professores para interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas no planejamento pedagógico, promovendo um alinhamento inicial entre os professores efetivos e os contratados. A médio prazo (3 anos), a consolidação de uma cultura de análise de dados permite que os professores efetivos, já mais experientes na interpretação dos indicadores, atuem como mentores dos contratados, auxiliando-os na adaptação às práticas pedagógicas, baseadas em evidências. A longo prazo (5 anos), a institucionalização do uso sistemático dos dados e a colaboração contínua entre os docentes fortalecem a cultura de ensino orientada por evidências, garantindo que tanto os profissionais efetivos quanto os contratados se beneficiem de um ambiente de aprendizagem mais estruturado, favorecendo a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal investigar como os gestores, a equipe pedagógica e os docentes da Escola Estadual Zoé Machado apropriam e integram os resultados das avaliações externas do Simave/Proeb ao processo de planejamento escolar. Além disso, buscamos analisar de que forma esses profissionais se apropriam e utilizam tais resultados em suas práticas pedagógicas.

Este objetivo surgiu após as análises de alguns dados que apontavam que os estudantes, especialmente os alunos do 3º ano do Ensino Médio, vinham apresentando baixo desempenho nas avaliações externas do Simave/Proeb, especialmente no conteúdo de Língua Portuguesa. Além disso, foi percebido que a equipe gestora, a pedagógica e a docente apresentam fragilidades na apropriação dos resultados das avaliações externas estaduais, aplicadas anualmente na rede.

Diante do baixo desempenho observado, emergiu a necessidade de entender essa lacuna e refletir sobre as práticas pedagógicas da instituição e dos fatores que contribuem para esse cenário, visando identificar estratégias eficazes de melhoria.

É necessário reconhecer que as avaliações vão muito além da aplicação de testes para mensurar o desempenho dos estudantes. Trata-se de um processo mais amplo, que exige compreensão e integração sistemática à rotina escolar. Seu propósito não deve se limitar à medição de resultados, mas sim orientar estratégias, traçar novos caminhos e promover mudanças significativas nas práticas de ensino e aprendizagem. Assim, as avaliações devem atuar como ferramentas que guiem os professores, proporcionando feedbacks relevantes sobre os rumos tomados e incentivando a busca por soluções inovadoras, que impactem positivamente o trabalho pedagógico.

Com base no exposto, a pesquisa buscou analisar as práticas pedagógicas na escola campo de estudo, visando responder à questão de como os dados do Simave/Proeb são apropriados e interpretados. Partindo da premissa de que é possível utilizar esses resultados como suporte para as práticas de ensino e gestão, e com base no referencial teórico adotado, concluímos que as avaliações externas desempenham um papel importante ao revelar tanto as fragilidades quanto as potencialidades da escola.

A pesquisa, conduzida por meio de questionários aplicados aos professores de Língua Portuguesa e de entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora e

pedagógica, revelou que as avaliações externas têm o potencial de promover reflexão e análise sobre os rumos a serem seguidos. Contudo, a análise dos relatos apontou a ausência de um trabalho coletivo e sistemático em torno da apropriação dos dados das avaliações. Além disso, nem todos os integrantes da escola fazem uso deles de forma efetiva. A equipe gestora e pedagógica, por conta das diversas demandas do sistema educacional, não consegue encontrar tempo suficiente para estudos e formações relacionadas ao processo e aos resultados das avaliações externas. Ainda, os dados evidenciam que os parte dos envolvidos possuem um conhecimento limitado ou apenas superficial sobre o Simave/Proeb.

Diante disso, o quarto capítulo apresenta a proposição de um Plano de Ação Educacional com o objetivo de fomentar um aprofundamento de estudos, de reflexão e de formação, voltados à apropriação dos resultados da avaliação externa do Proeb.

A conclusão desta pesquisa trouxe à tona uma importante reflexão sobre a postura e o envolvimento que toda a equipe escolar deve assumir em relação às avaliações externas e à utilização prática de seus resultados. Além disso, abre caminho para a exploração de questões futuras, a saber: Como solucionar os principais desafios enfrentados pelas escolas para consolidar a apropriação dos resultados como uma prática cultural? É necessário aguardar novas políticas públicas ou a escola tem a capacidade de se reorganizar e promover essas mudanças de forma autônoma?

O Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública possibilitou um aprofundamento teórico e promoveu reflexões sobre a importância de políticas públicas voltadas para a formação de professores e gestores, tornando-os mais capacitados e motivados a enfrentar os desafios do cenário educacional.

Defendemos que os profissionais da Educação reconheçam as avaliações externas como ferramentas valiosas que, quando devidamente aproveitadas, podem gerar impactos significativos no aprendizado dos estudantes e, consequentemente, refletir positivamente no desempenho escolar e na qualidade do ensino ofertado.

Por fim, a expectativa é que essa pesquisa sirva como referência para outros gestores escolares que enfrentam desafios semelhantes aos identificados neste estudo. A intenção é que possam adaptar e aplicar as ações sugeridas no Plano de Ação Educacional, com o objetivo de reavaliar posturas, reformular práticas e traçar novos caminhos para o fortalecimento do processo educacional em suas instituições.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Alessandra Aparecida Carvalho. **Avaliação externa e gestão pedagógica**: o caso da Escola Estadual Prefeito Maurício de Azevedo. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufff.br/jspui/bitstream/ufff/12003/1/alessandraaparecidacarvalhoaguiar.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- ALARCÃO, Isabel; ROLDÃO, Maria do Céu. **Supervisão**: um contexto de desenvolvimento profissional dos professores. Mangualde (Portugal): Edições Pedago, 2009.
- ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 7ª edição. São Paulo: Papyrus, 2005.
- ARAÚJO, Maria Benildes Uchôa de. A gestão Pedagógica faz Diferença na Escola? **Revista Educação & Linguagem**, Aracati (CE), ano 6, n. 1, p. 69-89, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2019/05/5_REdLi_20191.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.
- BAGNO, Marcos. Linguagem. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/linguagem>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2023.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- BOUDET, Kathryn Parker; CITY, Elizabeth A.; MURNANE, Richard J.; KORMAN, Rafael Faermann. **Data Wise**: Guia para o Uso de Evidências na Educação. Porto Alegre: Penso Editora, 2020.
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 55, p. 17, 22 mar. 2005. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/Portaria_931_NovoSaeb.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria Nº 986, de 21 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 245, p. 49-59, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-986-de-21-de-dezembro-de-2017-1284078-1284078>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Saeb 2021**: Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb 2021: nota técnica. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tecnica_2021.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). *In: Gov.br*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, [2023a].

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. *In: Gov.br*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, [2023b]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. Perguntas frequentes. *In: PNE em Movimento*, Brasília, [2024]. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, n. 2, p. 17-79, nov. 2011. Disponível em: https://fvc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/estudos_e_pesquisas_educacionais_vol_2.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

BROOKE, Nigel. **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann; SANTOS, Maéve Melo dos; FERREIRA, Patrícia Valesca Gomes. Avaliação, alfabetização e responsabilização: os casos de Minas Gerais e Ceará. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, (MG), v. 2, n. 2, p. 24-44, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32342>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BURGOS, Marcelo, *et al.* Infrequência e evasão escolar: nova fronteira para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. **Desigualdade e Diversidade-Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-105, jul./dez. 2014. Disponível em: https://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/DD_15_5-Burgos.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

BURGOS, Marcelo Baumann. A avaliação externa e os novos sujeitos da educação. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1082-1102, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32024>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CAEd. Início. *In: CAEd*, Juiz de Fora, [2023]. Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/index.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

CAVALIERE, Ana Maria. A construção social do aluno: desafio da escola, da família e da vizinhança. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 48-52, jan./jun. 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822015000200006. Acesso em: 27 out. 2024.

CHRISTOPHE, Micheline; ELACQUA, Gregory; MARTINEZ, Matias; OLIVEIRA, João Batista Araujo e. **Educação baseada em evidências: como saber o que funciona em educação**. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2015. Disponível em:

<https://www.alfaebeto.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Educacao-Baseada-em-Evidencias-Como-saber-o-que-funciona-em-educacao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

COELHO, Salete do Belém Ribas; LINHARES, Clarice. Gestão Participativa no Ambiente Escolar. **Revista Eletrônica Latu Sensu**, [S. l.], ano 3, n. 1, mar. 2008.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó (SC), v. 6, n. 3, p. 161-174, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1386>. Acesso em: 18 jan. 2025.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE JAÍBA. Início. In: **DIJ**, Jaíba (MG), [2024a]. Disponível em: <https://www.dij.org.br/>. Acesso em: 23 out. 2024.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE JAÍBA. Geração de energia solar atrai 500 milhões de dólares. In: **DIJ**, Jaíba (MG), [2024b]. Disponível em: <https://www.dij.org.br/geracao-de-energia-solar-atrai-500-milhoes-de-dolares/>. Acesso em: 25 out. 2024.

EITERER, Carmem Lúcia; MEDEIROS, Zulmira; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; COSTA, Tânia Margarida Lima (org.). **Metodologia em Pesquisa da Educação**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://ava.pr2.uerj.br/pluginfile.php/6896/mod_folder/content/0/Metodologia%20de%20Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 18 já. 2025.

FISHER, Beatriz Terezinha Daudt. Avaliação da aprendizagem: obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância do processo. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em larga escala**: foco na escola. São Leopoldo (RS): Liber Livro, 2010. p. 21-36.

FONSECA, João José Saraiva de. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA4&dq=FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza:+UEC,+2002.+Apostila.&ots=OSQY_zblg6&sig=LXahZilWd5Zv-7RVYN1bIXtejlw#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 2 set. 2024.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. A complexidade da gestão dos projetos político-emancipatórios desafiando a reinvenção da supervisão escolar. **Espaço Inovação - Revista Pedagógica ASSERS**, Porto Alegre, v. 3, p. 9-13, 2005.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 99, p. 501-521, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/j6vfq3bV7hnGQzXtmVJttRm/#>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca IBGE. *In: Gov.br*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, [2002]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=31814&view=detalhes#:~:text=Hist%C3%B3rico%3A%20A%20regi%C3%A3o%20onde%20hoje,esquerda%20do%20Rio%20Verde%20Grande>. Acesso em: 23 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Downloads. *In: Gov.br*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, 2023a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/MG/. Acesso em: 9 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Bases cartográficas contínuas – Estados. *In: Gov.br*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15807-estados.html>. Acesso em: 2 dez. 2024.

INEP. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**: documentos de referência – versão preliminar. Brasília: MEC/INEP, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/saeb_documentos_referencia-versao_preliminar.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: c. Acesso em: 26 out. 2023.

LÜCK, Heloísa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. 2ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 17 edição. Cortez: São Paulo, 2005.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/117>. Acesso em: 27 set. 2023.

MACHADO, Márcia Cristina da Silva. **A Gestão Estratégica como caminho para implantação da Gestão Participativa no Sistema Educacional**. Juiz de Fora (MG): UFJF/PPGP, 2014. (No prelo).

MACHADO, Márcia Cristina da Silva. **Gestão estratégica e participativa: considerações acerca do planejamento e do controle em três níveis**. Juiz de Fora (MG): UFJF/PPGP, 2019. (No prelo).

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadão (orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto N° 6.605, de 26 de junho de 1962**. Cria Grupo Escolar com a denominação “Zoé Machado”, no Núcleo Colonial da região do Jaíba. Belo Horizonte: ALMG, 1962. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/6605/1962/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei N° 10.704, de 27 de abril de 1992**. Cria municípios e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 1992. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/10704/1992/>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução N° 14, de 03 de fevereiro de 2000**. Instituiu o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Belo Horizonte: SEE, 2000a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução N° 104, de 14 de julho de 2000**. Reedita, com alterações, a Resolução nº 14, de 03 de fevereiro de 2000, que instituiu o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE e cria o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB. Belo Horizonte: SEE, 2000b. Disponível em: <https://simave2018.caeduffj.net/wp-content/uploads/2019/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-104-DE-14-DE-JULHO-DE-2000.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei N° 15.293, de 05 de agosto de 2004**. Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Belo Horizonte: ALMG, 2004. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/15293/2004/?cons=1>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Guia de Reorganização e Implementação do Plano de Intervenção Pedagógica**. Belo Horizonte: SEE, 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de Boas Práticas da Equipe Regional das SRE de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE, 2010. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/49073/>. Acesso em: 18 jun. 2023

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto 45.849, de 27 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Educação. Belo Horizonte: ALMG, 2011. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/45849/2011/?cons=1>. Acesso em: 8 set. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto Nº 46.125, de 04 de janeiro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004. Belo Horizonte: ALMG, 2013. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/46125/2013/>. Acesso em: 8 set. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE, 2018. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/educacao-infantil-e-ensino-fundamental/historico-de-elaboracao>. Acesso em: 5 set. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução Nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: SEE, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4-692-de-29-de-dezembro-de-2021/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MINAS GERAIS. **SIMAVE**: Revista do professor - Língua Portuguesa. Juiz de Fora (MG): CAEd/UFJF, 2022. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/resources/arquivos/colecoes/2022/SIMAVE2022RELP.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto Nº 48.709, de 26 de outubro de 2023**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Educação. Belo Horizonte: ALMG, 2023a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48709/2023/>. Acesso em: 11 out. 2023.

MINAS GERAIS. Plano de Recomposição das Aprendizagens para 2023. *In*: **Educação.mg**, Belo Horizonte, 2023b. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/concursos-e-editais/plano-recomposicao-das-aprendizagens-pra-2023/>. Acesso em: 28 set. 2023.

MINAS GERAIS. Portal Educação. *In*: **Educação.mg**, Belo Horizonte, [2023a]. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MINAS GERAIS. Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. *In: Simave*, [S. l.], [2023b]. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 27 set. 2023.

MINAS GERAIS. As Superintendências Regionais de Ensino – SRE. *In: Educação.mg*, Belo Horizonte, [2023c]. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/superintendencias-regionais-de-ensino-sres/>. Acesso em: 8 set. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução Nº 4.968, de 23 de fevereiro de 2024**. Estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-n-o-4-968-2024/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES; Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Igor Martins; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. Geografia das Exportações de Frutas no Projeto Jaíba–MG: transportes e interconexões com os mercados globais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 60, p. 34-64, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20830>. Acesso em: 26 out. 2024.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira de, *et al.* O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, III, Natal, 2016. **Anais [...]**. Natal: CONEDU, 2016. p. [1-13]. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf. Acesso em: 6 out. 2020.

PARO, Vitor. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia Escolar**: Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSISTOLATO, Rodrigo; VIANA, Guilherme. Os gestores educacionais e a recepção dos sistemas externos de avaliação no cotidiano escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 13-28, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Fd3QPM4xws687NsyDXNvrnh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2025.

SANTANA, Maria Valquiria Barbosa. Avaliação externa e cultura escolar: reflexões sobre a cultura de avaliação na escola. *In: CASTRO, Paula Almeida; LIMA, Marcondes dos Santos (Org.). CONEDU: História da Educação (Vol. 02)*. Campina Grande: Realize Editora, 2024. p. 518-535. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/106064>. Acesso em: 8 dez. 2024.

SANTOS, Vanda de Lourdes. **O Baixo Desempenho em Matemática no Ensino Médio**: conhecendo uma realidade mineira. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6736/1/vandadelourdessantos.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento: Revista de Educação**, Niterói (RJ), ano 3, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SIMADE. Portal SIMADE. In: **SIMADE**, [S. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.portalsimade.educacao.mg.gov.br/portal-simade/home.jsf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, Roberto Cláudio Bento da. **Apropriação dos Resultados do SPPECE pelos Gestores Escolares**: um Estudo de Caso Envolvendo duas Escolas do interior do Ceará. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da educação básica na gestão escolar. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara (SP), n. 9, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9275>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, dez. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a07.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023

VELOSO, Luísa; ABRANTES, Pedro; CRAVEIRO, Daniela. A avaliação externa das escolas como processo social. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto (Portugal), n. 33, p. 69-88, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13532/1/A%20avalia%20a7%20a3o%20externa%20das%20escolas%20como%20processo%20social.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19013/11044>. Acesso em: 16 out. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada com a diretora e os especialistas da Educação Básica (supervisores pedagógicos) da Escola Estadual Zoé Machado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

CAEd – CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO/
PPGP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A presente entrevista tem cunho estritamente acadêmico e faz parte de uma pesquisa vinculada ao Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, do PPGP da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo é investigar o processo de apropriação dos resultados da avaliação em larga escala, em específico o Simave/Proeb, pelos professores de Língua Portuguesa, do Ensino Médio, da Escola Estadual Zoé Machado, e como percebem o significado dessa avaliação em relação ao trabalho colaborativo da equipe.

É importante esclarecer que as informações coletadas nesta entrevista serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Portanto, peço que responda da maneira mais sincera possível.

- ✓ Entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- ✓ Apresentação do entrevistador (se necessário) e da pesquisa;
- ✓ Pedir para o entrevistado/a se apresentar e dizer sobre:

Caracterização do participante

Formação acadêmica: Curso Superior/IES, Pós-graduação (tipo e área):

Número de anos como supervisor pedagógico:

Número de anos como supervisor pedagógico nesta escola:

Ocupou algum outro cargo antes de ser supervisor pedagógico?

I - Importância das avaliações externas do Simave

1. Enquanto supervisor pedagógico, as avaliações externas são consideradas relevantes para sua prática? Descreva.

2. Sobre o uso dos dados provenientes dessas avaliações, qual a sua percepção a respeito deles?
3. Como você analisa os resultados obtidos por esta escola e de que forma essa informação pode embasar suas práticas pedagógicas?
4. De que maneira tais resultados contribuem para a gestão pedagógica?
5. Na sua opinião, os resultados do Simave são mais relevantes para professores de determinados anos de escolaridade em comparação a outros? Por que acha isso?

II - Entendimento dos professores em relação ao Simave e às avaliações externas

6. Como você acredita que os professores compreendem, do ponto de vista pedagógico, as avaliações externas, especialmente as realizadas pelo Simave?
7. Quais estratégias a escola utiliza para melhorar a compreensão dos professores sobre as avaliações externas?
8. O repasse dos resultados é feito para todos os professores ou de forma segmentada? A que atribui essa diferença?
9. É realizada a apropriação dos dados das avaliações externas do Proeb? Como elas acontecem?
10. Você julga necessário que todos os professores da escola se envolvam na apropriação dos resultados do Simave? Por quais motivos?
11. Quais obstáculos você encontra ao trabalhar com essas avaliações junto aos professores?

III - Uso e apropriação dos resultados das avaliações

- 12- Sobre os resultados das avaliações externas da sua escola, como você tem acesso a eles?
- 13- Como você utiliza os resultados das avaliações externas junto aos professores?
- 14- Você considera que os resultados são de fácil compreensão?
- 15- Quais dificuldades você encontra em relação aos termos e processos usados nas avaliações externas?
- 16- Na sua visão, os professores enfrentam dificuldades no significado dos termos como "proficiência média", "padrões de desempenho", "matriz de referência", entre outros utilizados nas avaliações externas do Proeb?

- 17- Você acredita que a falta de conhecimento desses termos interfere no uso adequado dos dados? Por quê?
- 18- Quais ações que a equipe pedagógica desenvolve na escola, com base nos dados do Simave?
- 19- Você saberia me dizer como a escola utiliza os dados do Proeb (3º ano do Ensino Médio de Língua Portuguesa) para a melhoria da prática do ensino e aprendizagem dos alunos?
- 20- Em sua percepção, os resultados das avaliações são utilizados para se pensar o planejamento anual pela equipe pedagógica e pelos professores?
- 21- Existem reuniões direcionadas à análise de resultados das avaliações?
- 22- Existe reunião de planejamento, baseado nos resultados das avaliações?
- 23- Já existiu alguma proposta/recomendação vinda da SRE sobre o uso dos resultados?
- 24- De acordo com o seu ponto de vista como supervisor pedagógico, o que pode ser feito para amenizar as dificuldades em relação ao uso dos dados do Simave/Proeb?
- 25- Durante o tempo de atuação nessa função, você já participou de alguma formação sobre a apropriação de resultados das avaliações externas/Simave? Como foi essa experiência?
- 26- De que forma a gestão escolar pode auxiliar os professores na utilização dos resultados das avaliações externas?

Fonte: Adaptado de Aguiar (2020).

**APÊNDICE B - Questionário on-line aplicado aos professores da Escola
Estadual Zoé Machado**

Prezado (a) Professor (a)

Este questionário é parte integrante da pesquisa de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública do PPGP da Universidade Federal de Juiz de Fora -MG e é estritamente de cunho acadêmico para conclusão da minha dissertação cujo título provisório é **“Apropriação e uso dos resultados de Língua Portuguesa do Ensino Médio no Proeb em uma Escola Norte Mineira: desafios para o aprimoramento da aprendizagem”**. Este questionário tem como objeto investigar o processo de apropriação dos resultados da avaliação em larga escala, em específico do Simave/Proeb, pelos professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio da Escola Estadual Zoé Machado e como percebem o significado dessa avaliação em relação ao trabalho colaborativo da equipe.

Ele subsidiará a proposição de um Plano de Ação que possa contribuir com melhoria da qualidade do trabalho realizado na escola.

É importante esclarecer que as informações coletadas e os resultados das análises serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa. Portanto, peço que responda de maneira mais sincera possível. Todas as informações prestadas serão mantidas em sigilo e não é necessário se identificar. Neste questionário não haverá resposta certa ou errada.

Obs.: Considere os últimos 07 (sete anos), entre 2017 e 2023, para responder as assertivas apresentadas.

Desde já agradeço a sua colaboração, sinceridade e disponibilidade. Atenciosamente,

Elisângela Maria Barbosa Martins
Mestranda PPGP

QUESTIONÁRIO

BLOCO I - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Estas questões são sobre sua formação, sua experiência profissional e características funcionais:

1- Qual é a sua idade? _____

2- Qual é o seu sexo?

() Masculino.

() Feminino.

() Prefiro não dizer.

3- Qual é a sua formação? _____

4- Possui Pós-graduação? Em qual área?

() Sim () Não

Se sim, em qual área? (Resposta aberta) _____

5- Experiência profissional como professor(a):

() Menos de 2 ano.

() 2 a 7 anos.

() 8 a 14 anos.

() 15 a 20 anos.

() Mais de 20 anos.

6- Há quanto tempo você leciona nessa escola?

() Menos de 1 ano.

() 2 a 5 anos.

() 6 a 10 anos.

() 11 a 15 anos.

() Mais de 16 anos.

7- Qual é o seu tipo de vínculo com a escola pesquisada?

() Efetivo.

() Contratado Temporariamente.

8- Durante os últimos 4 anos, você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação) sobre avaliações externas?

() Sim.

() Não.

9- Qual é o seu grau de interesse em participar de uma formação sobre avaliações externas?

() Muito interessado(a).

() Interessado(a).

() Pouco interessado(a).

() Não tenho interesse.

BLOCO II- ENTENDIMENTO SOBRE AVALIAÇÕES EXTERNAS/SIMAVE

	Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
10	Consigo diferenciar avaliações externas de internas.				
11	Conheço a política pública, o programa e os processos das avaliações externas realizadas pelo Simave/Proeb.				
12	Sei diferenciar a matriz curricular da matriz de referência.				
13	Tenho dificuldade em associar as habilidades da matriz de referência aos conteúdos a serem trabalhados.				
14	Compreendo o significado de proficiência média alcançada pela escola.				
15	Tenho compreensão sobre o que são os padrões de desempenho.				

BLOCO III – RELEVÂNCIA E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS/SIMAVE

16- Para você, qual é o grau de contribuição dos resultados das avaliações externas/Simave para o trabalho do professor?

() Não contribui.

() Contribui pouco.

() Contribui.

() Não Contribui.

	Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
17	Os resultados do Simave são mais significativos para os professores cujos anos de escolaridade são avaliados.				
18	Há uma pressão maior sobre os professores das disciplinas avaliadas nos resultados do Simave/Proeb				
19	Considero que TODOS os professores dos componentes curriculares se preocupam com os resultados do Simave/Proeb.				
20	Os resultados do Simave/Proeb são discutidos entre os professores, inclusive envolvendo os responsáveis				

	por disciplinas não avaliadas.				
21	Utilizo os resultados das avaliações externas como uma forma de diagnóstico do desempenho dos alunos.				
22	Eu analiso os resultados do Simave/Proeb e os utilizo para (re)pensar o planejamento e modificar as estratégias de ensino para minhas aulas.				
23	Considero os resultados das avaliações externas de fácil entendimento.				
24	A partir dos resultados, consigo identificar as habilidades que os alunos ainda não consolidaram.				
25	A equipe gestora/pedagógica promove oficinas para a interpretação dos resultados das avaliações externas.				
26	Todos os professores participam do processo de interpretação dos resultados das avaliações externas.				
27	A análise e a apropriação dos resultados dos Simave/Proeb pelos professores, especialistas e direção tem contribuído para				

	melhorar o desempenho dos estudantes.				
28	Os resultados obtidos pela escola são compreendidos por todos os professores.				
29	Não tenho acesso aos resultados das avaliações externas da escola.				
30	Faço uso de todas as ferramentas disponíveis para acessar os resultados das avaliações do Proeb.				

BLOCO IV – RELEVÂNCIA DA COMPREENSÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS/PROEB PELA EQUIPE GESTORA E PEDAGÓGICA

	Qual é a sua opinião em relação às seguintes afirmações?	Concordo	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo
31	Os resultados da avaliação do Simave/Proeb são apresentados aos pais em reuniões.				
32	A escola conscientiza os estudantes sobre a responsabilidade e o compromisso de participar da avaliação externa para mensurar a qualidade da educação como retorno ao investimento em políticas públicas.				

33- A escola adota ações que incentivam a participação dos alunos nas avaliações externas do Proeb? Se a resposta for positiva, descreva essas ações.

34- Como a escola utiliza os dados do Proeb (3º ano do Ensino Médio de Língua Portuguesa) para a melhoria da prática de ensino e aprendizagem dos alunos?

35- O que você acha que pode ser feito pela escola para que os professores tenham uma maior habilidade em apropriar e usar os resultados das avaliações externas do Proeb?

Fonte: Adaptado de Aguiar (2020).